



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 6

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 26 de janeiro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a “**Verificação de poderes dos Srs. Deputados [Rui Miguel Oliveira Martins](#) e [Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto](#)”, cuja apresentação coube Sr. Deputado José Eduardo (PS).**

Submetida a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Prosseguiu-se com uma **Comunicação do Governo Regional ao Parlamento**, proferida pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*), tendo-se seguido as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as José Pacheco (CH), António Lima (BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), João Bruto da Costa (PSD), Vasco Cordeiro (PS), Nuno Barata (IL) e Paulo Estêvão (PPM).

De seguida, o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) usou da palavra para fazer uma **Declaração Política**, na qual intervieram os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*).

A **Declaração Política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), na qual intervieram os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Prosseguindo, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) justificou o “**Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XII – “Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística”**”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, tendo-se seguido a intervenção do Sr. Deputado Francisco César (*PS*). Foi aprovada por maioria.

Aprovada a urgência, passou-se ao debate do [Projeto de Resolução n.º 10/XII – “Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Pedro Pinto (*CDS-PP*), Elisa Sousa (*PSD*), Francisco César (*PS*), António Lima (*BE*), Rui Anjos (*PS*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Foi entregue uma declaração de voto pelo Grupo Parlamentar do CH.

Dando continuidade à agenda, seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 1/XII – “Recomenda ao Governo Regional a atribuição de um Subsídio de Risco aos Bombeiros Profissionais ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores como suplemento remuneratório”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), interveio no debate o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

Foi apresentado um requerimento para que a iniciativa baixasse à Comissão, o qual foi aprovado por maioria.

O **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 11/XII – “Medidas de Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia Covid-19”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi retirado pelo proponente.

Assim, prosseguiu-se com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 7/XII – “Recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antigénio”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A urgência foi justificada pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), tendo-se seguido as intervenções dos Srs. Deputados/as Tiago Lopes (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetida a votação, foi aprovada por maioria.

Após a aprovação da urgência, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) apresentou o [Projeto de Resolução n.º 7/XII – “Recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antigénio”](#).

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Ana Quental (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Tiago Lopes (*PS*), Carlos Furtado (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), a mesma foi aprovada por unanimidade.

Assim, seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Anjos (*PS*), Alexandra Manes (*BE*) e Nuno Barata (*IL*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 03 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, sejam bem-vindos. Espero que estejam todos bem.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Dou a palavra ao Sr. Secretário Tiago Branco para o efeito.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Marta Ávila Matos

Miguel António Moniz da Costa

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

CHEGA (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Como já foi perceptível na chamada, há a absoluta necessidade, quando não estamos no uso da palavra, de termos o microfone desligado para não interferir na nossa audição. E, portanto, peço às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que, quando não estiverem no uso da palavra, essa tem que ser uma regra para todos nós, tenhamos o nosso microfone desligado.

A nossa agenda tem um ponto prévio, que é a “**Verificação dos poderes dos Srs. Deputados Rui Miguel Oliveira Martins e Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**”, ambos do CDS. Para a apresentação do relatório elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem a palavra o Sr. Relator, o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo. Peço que faça a apresentação dos dois relatórios.

Deputado José Eduardo (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relatório e Parecer relativo à verificação de poderes dos candidatos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto e Rui Miguel Oliveira Martins

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu, no dia 5 de janeiro de 2021, com recurso ao sistema de videoconferência.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes dos candidatos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto e Rui Miguel Oliveira Martins.

Nos termos do disposto no Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O Regime de Execução do Estatuto dos Deputados estabelece que, em caso de vacatura “o Deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de Deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 22 de dezembro de 2020, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 22 de dezembro de 2020, assim como da comunicação para o mesmo efeito do candidato Pedro Jorge Escórcio Fins, ao abrigo do mesmo articulado legal, e com efeito na mesma data, a Direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 25 de outubro de 2020, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de

candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto, deverá substituir a Deputada Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos.

O candidato Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é médico dentista do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ilha Terceira tendo suspenso essas funções a 22 de dezembro de 2020, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

De igual modo, a Comissão procedeu à verificação dos poderes do candidato Rui Miguel Oliveira Martins.

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 22 de dezembro de 2020, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo Deputado Nuno António de Bettencourt Gomes, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 22 de dezembro de 2020, bem como do exercício de funções do candidato Alonso Teixeira Miguel como membro do XIII Governo dos Açores, a Direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Rui Miguel Oliveira Martins.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 25 de outubro de 2020, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto, deverá substituir o Deputado Nuno António de Bettencourt Gomes.

O candidato Rui Miguel Oliveira Martins não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é técnico superior do Quadro de Pessoal do Hospital da Horta, tendo suspenso essas funções a 22 de dezembro de 2020, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considera, por unanimidade, elegíveis os candidatos Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto e Rui Miguel Oliveira Martins e que os mesmos não estão em situações de incompatibilidade, concluindo que, podem assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 22 de dezembro de 2020.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

[Relatório e parecer sobre a verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Rui Miguel Oliveira Martins](#)

[Relatório e parecer sobre a verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto](#)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para a discussão desses relatórios. Não havendo, vamos proceder à sua votação.

Como ficou consensualizado na Conferência de Líderes, votaremos os dois relatórios simultaneamente. E como também sabem as Sras. e os Srs. Deputados, as nossas votações, neste modo de funcionamento telemático, começamos pelos Líderes Parlamentares. Por isso, vamos iniciar pelo Partido Socialista:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o seu sentido de voto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes. Iasalde Nunes...

João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vilson Gomes.

Deputado Vilson Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa. João Bruto da Costa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia. Eu voto a favor.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado. Carlos Furtado...

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, voto favoravelmente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes. Sr. Deputado Iasalde Nunes...

Dou a palavra ao Sr. Secretário Marco Costa para anunciar a votação.

Secretário: Sr. Presidente, a verificação de poderes dos Srs. Deputados Rui Miguel Oliveira Martins e Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, com 56 votos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados Rui Martins e Pedro Pinto, sejam bem-vindos a este Parlamento e desejo-vos, em nome da Assembleia, um bom trabalho.

Penso que estarão presentes. Sr. Deputado Rui Martins...

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sim, sim, Sr. Presidente, estou presente.

Muito obrigado pelas suas palavras. Bom dia a todos.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bom dia, Sr. Presidente. Estou presente. Muito obrigado pelas suas palavras. E saúdo todos os presentes.

Presidente: Muito obrigado. Bem-vindo. Bom trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Conforme deliberado e permitido no nosso Regime de Funcionamento por Meios Telemáticos, a Conferência de Líderes decidiu que as nossas manhãs estão reservadas para um período de tratamento de assuntos políticos, que estão reservadas a declarações políticas e comunicações do Governo Regional.

Temos a informação que o Governo Regional pretende, através do Sr. Presidente, fazer uma **Comunicação do Governo ao Parlamento**. Essa

matéria é regida pelo nosso Regimento, no artigo 75.º. E dou, de imediato, a palavra ao Sr. Presidente do Governo para a realização da sua Comunicação ao Parlamento. Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Um bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com gosto e devido preito, saúdo as Sras. e Srs. Deputados, no quadro desta primeira intervenção, sob a forma regimental de Comunicação Política do Governo ao Parlamento, que é feita imediatamente ao primeiro período legislativo que, no passado mês de dezembro, se dedicou exclusivamente à indispensável aprovação do Programa do XIII Governo, para este, assim, assumir efetividade de funções.

O temário desta comunicação não é, nem pretendia ser, surpreendente para o Parlamento, nem para os açorianos. A ocupação tem sido global e a preocupação é de todos para com todos. A crise é humanitária e sem circunscrição geográfica, atinge todos e em qualquer lugar.

A pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2 não tem qualquer preferência, muito menos de combate político, ataca e instala-se em qualquer hospedeiro para continuar e sobreviver. Sim, é um inimigo invisível e contra todos.

O assunto é, verdadeiramente, de saúde pública e deve mobilizar-nos a todos e em qualquer lugar para, unidos, o combater de todas as formas, com recurso à ciência, ao comportamento cívico de cada um e com medidas de apoio à prevenção e contenção da propagação, ao tratamento da doença da Covid-19, bem como, simultaneamente, de todas as outras doenças, e com medidas de apoio social, educativo e económico.

Importa cingir as palavras à atualidade pandémica nos Açores, aos factos, ao reconhecimento, à informação dos meios e, finalmente, ao apelo à cidadania.

Sras. e Srs. Deputados, da atualidade:

Na presente vaga epidemiológica, a situação da Região Autónoma dos Açores é complexa. No entanto, e no contexto da situação do País, os Açores são a Região em melhor situação, isto é, a menos grave.

Dos factos:

Na verdade, enquanto assistimos a uma tendência crescente de novos casos no todo nacional, os Açores constituem-se como exceção a essa tendência, tendo o menor valor de $R(t)$ do País, em 0,93, isto é, o indicador que define o grau de transmissão de infeção.

Foi constituída, nos Açores, uma equipa, sob a designação de Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia, para agir e propor com base em fundamentos científicos e independentes. À ciência e aos peritos o que é da ciência e da saúde pública. E têm revelado elevada competência.

Hoje, temos, nos Açores, 507 casos ativos. Já tivemos 916, que resultaram de transmissão comunitária, iniciada o ano passado.

A abordagem preventiva à transmissão é decisiva e foi assumida com o reforço da opção, consensual, de testar, testar, testar:

Com inovação se apostou na testagem massiva, designadamente na vila de Rabo de Peixe, cerca de 7 mil testes, com deteção de 119 positivos;

Primeira testagem em ambiente escolar, 4300 testes nas escolas de Rabo de Peixe e Vila Franca do Campo, com deteção de 68 positivos;

Na passada semana, testagem massiva na freguesia de Ponta Garça e vila de Rabo de Peixe, 3300 testes, detetados 85 positivos;

Esta semana, testagem massiva à ilha do Corvo, testes rápidos.

A atuação preventiva, identificando os casos positivos, determinando o seu isolamento, bem como a identificação e isolamento dos contactos próximos, tendo em vista conter a propagação da pandemia.

Foi implementado, nos Açores, o que designamos o sistema de semáforos, para proceder à sinalização atempada dos casos Covid-19. Este sistema é inédito a nível nacional. Este modelo de avaliação de risco implica a aplicação de medidas específicas para cada município e ilha, consoante esteja num dos três níveis de classificação e por ordem crescente: baixo, médio e alto risco.

É nestes termos que a ilha de São Miguel está ainda identificada, no semáforo, de alto risco e submetida, por isso, ao conjunto de constrangimentos e restrições previstas no Decreto Regulamentar Regional que instituiu este regime.

Foram adotadas medidas especialmente mais restritivas com base na especificidade epidemiológica registada em relação às freguesias, já citadas, de Rabo de Peixe e de Ponta Garça.

O facto é que a evolução epidemiológica nos respetivos concelhos diminuiu: O concelho da Ribeira Grande, que já contabilizou 548 casos positivos, tem, hoje, registados 273 casos positivos;

O concelho de Vila Franca do Campo contabilizou já 168 casos positivos e tem, agora, 66 casos positivos.

Estamos atentos e vigilantes para proteger a saúde pública nos Açores.

Entretanto, foi iniciado, com sucesso e critério, o processo de vacinação. Esta semana, para nossa grande satisfação, está concluída a segunda toma da vacina, isto é, estão vacinados e imunizados, para a Covid-19, 5160 açorianos.

Neste plano de vacinação, priorizamos a população idosa institucionalizada. Esta foi uma decisão com critérios éticos e solidários. Fomos pioneiros e inovadores no plano nacional e soubemos responder àqueles que mais precisavam. Também profissionais de saúde, porque na primeira linha de combate atuavam nas ilhas e atuam nas ilhas de alto risco.

Na próxima fase, no início do mês de fevereiro, e logo que recebamos o próximo lote de vacinas, a prioridade será a vacinação de todos os idosos institucionalizados das restantes ilhas.

Decidimos ainda que, na próxima fase, irão ser incluídos nas listas de prioridades os cidadãos portadores de deficiência institucionalizados e os idosos com mais de 75 anos que residam no seu domicílio ou com a família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do reconhecimento:

Uma palavra justa e penhorada de gratidão a todos os profissionais dedicados e que estiveram sempre e continuam a estar na linha da frente do combate. A saúde pública é da responsabilidade de cada um, mas o empenho destes profissionais no tratamento da doença de todos e o rastreio essencial para conter a pandemia tem sido decisivo. A sua exaustão é combatida pelo seu brio e carácter, que muito nos honra coletivamente e a quem devemos tributo. Muito obrigado.

Dos meios:

O Governo decidiu criar e implementar equipas multidisciplinares com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais nas localidades de maior risco e com a colaboração com as respetivas autarquias locais, para dar apoio, orientação e alojamento às pessoas testadas como positivas à Covid-19, bem como aos seus contactos próximos, e testagem a realizar no local.

Também, será realizado um rastreio regular, por deteção rápida de casos, em situações de aglomerados populacionais, escolas, lares e empresas de risco.

A capacidade instalada nos hospitais dos Açores é:

No Hospital de Ponta Delgada, 33 camas para doentes em ventilação e 163 camas para não ventilados;

No Hospital do Divino Espírito Santo da Ilha Terceira, 18 camas para ventilados e 56 camas para não ventilados;

No Hospital da Horta, 2 camas para doentes ventilados e 12 camas para não ventilados.

No apoio social, o destaque para o reforço solidário e excepcional aos agregados familiares que fiquem submetidos à perda de rendimento de um dos pais para apoio familiar ao filho que não foi ou não vai à escola por aplicação do ensino à distância. Um apoio significativo a atribuir no âmbito da Solidariedade Social Regional, com efeitos retroativos ao início do atual ano letivo, que compensa a totalidade do rendimento perdido por parte do elemento parental que falte ao trabalho para prestar apoio aos seus filhos e que abrange os rendimentos desse titular do apoio até ao rendimento bruto de 3,5 salários mínimos em vigor na Região. Esta é uma medida única no País, uma vez que repõe a totalidade do rendimento perdido.

No apoio ao emprego e à economia, extensão das medidas já aplicadas em 2020, designadamente o regime de lay-off, moratórias ao crédito, prorrogação e isenção de pagamentos e taxas, como por exemplo no exercício da atividade marítimo-turística ou das taxas aeroportuárias, medidas diretas de apoio às empresas com referência às linhas de crédito criadas no contexto extraordinário de pandemia, designadamente a Linha Covid-19 Açores, com operações aprovadas em torno dos 130 milhões de euros.

Em medidas a fundo perdido, o Programa de Manutenção de Emprego, que converte parte dos subsídios reembolsáveis em não reembolsáveis, associados às linhas de crédito Covid-19, em função da manutenção do emprego.

O Programa de Apoio à Liquidez das Empresas – APOIAR.PT Açores, disponível desde a passada sexta-feira, que compensará 20% das quebras de faturação acumuladas pelas empresas, de janeiro a setembro de 2020, por comparação ao período homólogo do ano anterior. Mas já estendemos

também o APOIAR.PT Açores, aliás, substancialmente melhorado, ao quarto trimestre de 2020, incluindo uma majoração para o dobro do apoio para os setores mais afetados: alojamento e restauração, aluguer de automóveis, agências de viagens e atividades culturais e desportivas.

Presidente: Sr. Presidente, tem que terminar.

O Orador: No Programa de Apoio aos Custos Operacionais das Empresas do Setor do Turismo, estamos a ultimar uma versão renovada, em diálogo com os parceiros sociais, que combina simplicidade e eficácia, tendo já aprovado operações no valor de 1 milhão de euros.

Com as medidas em curso de desburocratização e aceleração dos pagamentos, articuladas com os parceiros sociais e associações empresariais, temos previsto um forte reforço de pagamentos já em fevereiro.

No domínio dos apoios ao setor produtivo primário, tanto a agricultores e pescadores, em diálogo e concertação com as associações suas representativas, está em curso a aceleração de pagamentos e ativação de medidas de apoio à cessação de atividades e apoio ao rendimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, finalmente, o apelo à cidadania:

Antes o excesso de prudência do que a negligência na ação. Tem sido, nas nossas ilhas, esta a boa atitude geral de muitas pessoas, ao longo destes cansativos meses de pandemia. Com o encerramento das universidades, prevê-se que muitos dos nossos estudantes deslocados queiram regressar às suas casas, ao convívio das suas famílias. Contamos com ajuda de cada um deles no combate a esta pandemia, cumprindo, desde logo, as regras das autoridades de saúde regional.

Presidente: Sr. Presidente, tem de terminar.

O Orador: Mas apelo àqueles que não têm a compreensão exata da sua responsabilidade individual e pessoal, tem de ser mais intenso. Para estes, o

alerta de que o incumprimento leva ao risco de cometerem crime de desobediência, pois estamos a viver em estado de emergência. E as medidas legais de restrição adotadas não são meras orientações, são normas e obrigações. Para todos os que têm cumprido, o incentivo para que resistam ao cansaço e sejam educadores dos mais negligentes.

Em matéria de saúde pública, a saúde de cada um é decisiva para a saúde de todos, saúde e compromisso de cada um, com interesse geral.

Disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como prevê o nosso Regimento, estão agora abertas as inscrições para que os diversos Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares, querendo, possam usar da palavra. Estão abertas as inscrições. Agradeço que se inscrevam.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado. Mais inscrições...

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado, eu o não consegui ouvir, peço desculpa. Não estamos a conseguir ouvir. Tem que ligar o som, provavelmente.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, a palavra é para o Sr. Deputado José Pacheco.

Presidente: Portanto, o CHEGA inscreve o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado Carlos Furtado (CH): Exato.

Presidente: Agradeço outras inscrições. Bom, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E a questão vai diretamente para o Sr. Presidente do Governo, a quem saúdo: esta pandemia, numa região como a nossa, como os Açores, uma região

pequena, fragmentada em nove pedaços, como nós todos sabemos e vivemos, tem trazido consequências nefastas, até desastrosas, para a nossa economia. E falemos dos pequenos negócios, as micro e pequenas empresas familiares, que têm sentido na pele. Da informação que tenho, e pedia um esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo, temos uma situação em que, a partir de um certo horário, é apenas permitido entrega ao domicílio. A informação que também recebo é que as grandes superfícies continuam a fazer o comércio de alguns desses produtos, em concorrência com os pequenos empresários, mas em circunstâncias diferentes, em que podem, e peço esse esclarecimento, sendo assim ou não, em que numa grande superfície eu posso levar para casa, no pequeno comércio eu apenas posso entregar em casa. E pedia esse esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto aos outros Grupos Parlamentares se querem usar da palavra. Só podem usar da palavra por uma única vez, e o Sr. Presidente do Governo depois encerrará o debate.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.
António Lima.

Presidente: Mais inscrições? Eu agradeço que se inscrevam porque é isso que está combinado e definido. Abro as inscrições para se inscreverem todos de uma vez.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, queria-me inscrever. Catarina Cabeceiras.

Presidente: O CDS inscreve a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Mais inscrições?

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Presidente: João Bruto da Costa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo traz-nos uma comunicação onde faz um balanço daquela que tem sido a atuação deste XIII Governo Regional no que diz respeito ao combate à pandemia e às suas consequências mais diretas.

De facto, tudo indica que, na Região, neste momento, a situação tenha características, no que diz respeito à pandemia, naturalmente, de menor gravidade do que no resto do País. E ainda bem que assim é. É, de facto, um bom sinal, mas esse facto não nos pode deixar propriamente tranquilos. É preciso não baixar a guarda, continuar vigilante e continuar, obviamente, a conter o avanço da pandemia, porque, como já sabemos, esta pandemia e este vírus... rapidamente podemos passar de uma situação de relativa acalmia para uma situação de maior gravidade.

E acautelarmos o futuro e acautelarmos o combate à pandemia passa também por termos um Serviço Regional de Saúde que tenha, efetivamente, os meios e os recursos humanos que permitam combater a pandemia de forma eficaz. E o pessoal na Saúde, os recursos humanos na Saúde – os médicos, os enfermeiros, os assistentes operacionais, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica – têm sido incansáveis e têm feito um trabalho extraordinário, de grande sacrifício, por vezes, no combate a esta pandemia. E sabemos que eles são poucos. São poucos e têm sido sujeitos e têm feito muito por trabalhar, por vezes, em situações difíceis e longuíssimas horas.

E, neste sentido, a questão que deixo ao Sr. Presidente do Governo é: qual foi o reforço de pessoal no que diz respeito a pessoal ligado à primeira linha

do combate à pandemia – enfermeiros, médicos, assistentes operacionais? Que reforço é que este Governo já conseguiu para o Serviço Regional de Saúde? É que sem ele, numa situação de maior gravidade da pandemia na Região, sem esse reforço podemos viver uma situação muito difícil.

E não basta os elogios, efetivamente, aos técnicos de saúde, aos profissionais de saúde. É preciso que, para além, obviamente, das suas condições de trabalho e das suas carreiras, eles tenham, efetivamente, ao lado colegas que os ajudem nessa tarefa, que é combater a pandemia.

Mas conter a pandemia também tem impactos sociais. As medidas que são implementadas, grande parte delas têm impactos sociais e económicos muito sérios e obviamente que eles têm que ser mitigados. As medidas de contenção do vírus têm esses impactos, inevitavelmente, mas elas, muitas vezes, são, efetivamente, necessárias. Sem elas não era possível conter a pandemia.

E o Sr. Presidente do Governo referiu, e bem, que o Governo Regional criou, efetivamente, um apoio para os pais e encarregados de educação obrigados a ficar em casa devido ao encerramento das escolas. E ainda bem que o Governo o fez. O problema é que o Governo fez tarde. E fez tarde, depois de muitos alertas de pais, depois de uma situação muito difícil que muitos pais e encarregados de educação viviam e depois do Bloco de Esquerda por duas vezes ter alertado para essa ausência, para essa falta de apoio e ter até chegado a dar entrada de uma proposta neste Parlamento. O que é lamentável é que tenha sido preciso chegar a esse ponto para que o Governo o tivesse feito, mas ainda bem que o fez. Pena é não ter sido mais cedo.

Para além disso, os impactos na economia são também muito sérios. E há aqui um problema, aliás, dois problemas que eu gostaria de apontar aos apoios que têm sido criados:

Em primeiro lugar, os apoios que foram criados neste mês de janeiro não asseguraram a continuidade entre dezembro de 2020, entre o último dia de dezembro, onde terminavam vários dos apoios, e os novos apoios criados. É preciso não esquecer que muitos dos apoios que estavam em vigor, ou a sua totalidade, praticamente, procuravam garantir todo o emprego das empresas apoiadas. A verdade é que com essa descontinuidade poderá ter-se colocado aqui em risco postos de trabalho.

Mas, para além disso e mais grave, os apoios que o Governo criou, nomeadamente o Apoio à Liquidez e o Programa de Manutenção do Emprego II, não garantem a manutenção do emprego em todas as empresas apoiadas. O Programa do Apoio à Liquidez é fundamental. E ele, para o Bloco de Esquerda, até deve ser reforçado, não se pagando apenas 75%, aquilo que foi pago no ano passado, mas pagando a 100%. Mas tendo em contrapartida que todo o emprego é garantido e não apenas 90%, como defende e como propôs o Governo.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Para além disso, o Programa de Manutenção do Emprego II permite que haja até 25% de despedimentos nas empresas apoiadas. Um programa que se diz de manutenção do emprego não pode permitir despedimentos! Essa é uma contradição e uma insensibilidade social que não podemos deixar de apontar. E, aliás, já entregamos propostas no Parlamento para serem discutidas neste Plenário, se assim o Parlamento quiser, para recomendar ao Governo para alterar estes programas.

Em suma e concluindo, Sr. Presidente, a crise trazida pela pandemia é uma crise muito séria, seja ao nível da Saúde, seja ao nível da Economia e do ponto de vista social. Temos, efetivamente, de tratar de garantir que o Serviço Regional tem capacidade de resposta. E temos que conter a crise

social, apoiar as empresas, apoiá-las mais do que temos apoiado até aqui, garantido que esses apoios se traduzem na manutenção do emprego, porque, sem emprego, a crise social será muito mais intensa, será brutal. E, a partir daí, a nossa recuperação e a nossa Região será muito mais pobre.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após aquela que foi a comunicação do Sr. Presidente do Governo, é necessário salutar e reconhecer aquilo que tem sido o trabalho deste novo Governo na sua ação quanto ao controlo da pandemia e em todos os impactos que ela traz.

O Grupo Parlamentar do CDS entende que as medidas que têm sido tomadas têm sido feitas no bom caminho, de uma forma assertiva. Claro que sabemos, já o dizíamos antes, que nenhum governo estava preparado, em nenhum lugar do mundo, para combater esta pandemia, este inimigo invisível. Claro que há sempre ajustes, acertos que é necessário fazer, seja com este Governo, seja com outro qualquer governo, mas a verdade é que este Governo tem feito um papel muito assertivo naquele que é o combate a esta pandemia.

Na questão da Saúde é de salientar o trabalho feito, diferenciado de concelho para concelho. A implementação deste novo modelo semáforo, de forma a percebermos e também de ser mais fácil para todos os açorianos perceberem o que é que está a acontecer em cada concelho. A verdade é que temos conseguido controlar esta pandemia. Hoje, temos no nosso País quase 70% dos concelhos em risco extremo. A verdade é que temos conseguido fazer esse trabalho.

Não entendemos que o Governo tem baixado a guarda, antes pelo contrário, tem mantido sempre a sua ação de uma forma permanente. E acho que isso importante porque todos nós sabemos, e é algo que temos aprendido, que, realmente, hoje as coisas podem estar bem e amanhã podem não estar.

E, por isso, queríamos salientar e reiterar o nosso apoio às medidas que têm sido tomadas por parte deste Governo.

Existem princípios que nos parecem importantes, passos até pioneiros que temos feito, que este Governo tem feito, quer no sentido da vacinação priorizando os idosos, que até a nível nacional tal também será feito, bem como queríamos também transmitir a nossa satisfação quanto a estas prioridades da nova segunda fase da vacinação, quer abrangendo os idosos com mais de 75 anos, que certamente é um grupo vulnerável e de risco que é preciso acautelar, quer também as nossas pessoas com necessidades especiais, que também é um grupo de risco e que é necessário acautelar. E, portanto, isto foi uma boa notícia que o Sr. Presidente do Governo transmitiu agora.

Também queria dizer, quanto às medidas que têm sido tomadas, referenciar o facto do encerramento das escolas. Parece-nos que foi uma medida também importante no controlo da propagação do vírus. A verdade é que o fizemos e a nível nacional ainda não tinha sido tomada essa decisão. Entretanto, já o foi. Como tal, acho que temos dado passos bastante assertivos no combate a esta pandemia.

Também no apoio às empresas, e aí não podemos até concordar com aquilo que foi dito anteriormente, quanto ao apoio, por exemplo, imediato à liquidez e aos outros apoios que têm sido criados, consideramos que eles têm sido também tendo em conta a manutenção do emprego. E é preciso dizer que, por exemplo, no apoio à liquidez, 75% do valor recebido é para as empresas que mantiveram, efetivamente, o emprego até 31 de dezembro. E este valor

até pode levar a uma majoração de 10% para quem mantenha esse nível de emprego até junho de 2021.

A verdade é que, ainda ontem, antecipou-se o pagamento desta ajuda, estamos a falar de um valor de 9 milhões de euros. Acho que foi um passo importante para as nossas empresas, foi um balão de oxigénio para as nossas empresas.

Sabemos que muito mais há a fazer e temos a plena consciência que tudo o que este Governo, ou outro qualquer, fosse em lugar do mundo que fosse, tudo o que fizer será sempre pouco para aquilo que as empresas, as famílias e todos os açorianos estão a passar. Sabemos que são tempos difíceis.

A verdade é que a sensação, muitas vezes, que existe, até por parte das empresas, é que estamos consecutivamente no período de inverno, porque a verdade é que ainda este verão não existiu aquele folgo que todas as empresas ganham para aguentar estes períodos de maior dificuldade, que já o eram até mesmo antes da pandemia, é certo.

Sabemos que muito mais há a fazer, sabemos que melhorias são necessárias fazer, mas parece-nos que aqui há uma abertura e uma forma de trabalhar que nos parece ser uma mais-valia para o controlo de todos estes aspetos, ...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: Termina já, Sr. Presidente.

... que é o facto, também, do diálogo com os parceiros sociais, em acordar aquelas que são as medidas, aquelas que são as estratégias, sempre em concertação, quer com os parceiros sociais, quer com as autarquias. E isso parece-nos que é um passo muito importante e é uma forma de trabalhar que é fundamental para todos nós conseguirmos mitigar todos os impactos que são trazidos, quer na parte da Saúde, quer na parte da Economia, por esta pandemia.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do PSD, solicitamos esta comunicação do Sr. Presidente do Governo, porque ela vem ao encontro daquilo que são as necessidades de todo o Parlamento e também da sociedade açoriana de compreenderem o que realmente está em causa e as medidas que têm sido tomadas e a forma como o Governo também tem trabalhado nesta luta diária, constante, que é de todos nós, que é de todos os açorianos e que vem também de uma crise pandémica e, portanto, que é do mundo inteiro.

E, nessa medida, tal como o Sr. Presidente do Governo salientou e fez questão também de informar, nós, de facto, estamos numa terceira vaga, que é muito mais incisiva no contexto nacional português do que foram a primeira e segunda vagas e que têm, nessa medida, exigido um esforço maior de todos nós. Tem exigido um esforço maior e tem tido resultados diferentes, como muito bem foi salientado e como tem sido notícia até nacional, que os Açores, felizmente, nesta fase, conseguem estar melhor do que o País, mas que, não só conseguem estar melhor do que o País, como têm tomado as medidas necessárias e a estratégia adequada para que esses resultados se verifiquem.

Foi este Governo que iniciou o processo de testagens massivas, procurando ir ao encontro dos problemas, sinalizando-os e procurando isolar aqueles que eram os focos mais problemáticos da infeção e da disseminação do vírus.

Foi este Governo que nessa sinalização atempada tomou as medidas necessárias e adequadas para conter o vírus e conter a pandemia nos Açores.

E isso traz estes resultados que agora são enaltecidos, não só pelos

especialistas, mas também por toda a comunicação social nacional e também por quem, com boa-fé, quer olhar para o problema e a forma como os Açores o têm combatido, de uma forma racional e objetiva.

Este é o Governo, também, que adotou uma estratégia no que diz respeito à vacinação, que distingue esta nossa estratégia daquela que tem sido algum zigzagear em termos de outros locais, em termos de outros países e de outras regiões. É uma estratégia adequada. Oxalá, cumpram com a entrega das vacinas aos Açores, para que os Açores possam, com essa estratégia, melhor proteger os açorianos.

Este Governo, quando tomou posse, tinha 305 casos ativos nos Açores. Entre as eleições e a tomada de posse, passamos de 70 para 305, quatro vezes mais. E quando se tem 300 casos, a forma de conter e de olhar o problema é absolutamente diferente do que quando se tem menos de 100 casos. É um facto que o vírus, quando este Governo tomou posse, estava numa disseminação muito acentuada e isso também é fruto daquilo que foi a transição de legislatura.

Mas este Governo, também, as medidas de apoio, a forma como dialoga socialmente com os parceiros sociais e com os outros interlocutores, a forma como procura apoiar os profissionais de saúde e estar ao lado deles no combate a esta pandemia, tem tido os resultados que todos devem reconhecer. Infelizmente, não é assim, nem todos reconhecem os resultados. Infelizmente, até nesta praxe parlamentar em que há uma comunicação do Presidente do Governo, certamente, por praxe parlamentar, esperaríamos que o maior partido da oposição pudesse ser o primeiro a comentar e a apoiar o Governo nesta estratégia, numa estratégia que é de todos os açorianos. E nisso o PSD foi exemplo também no passado. Esta é uma luta que não é política, é uma luta de saúde pública, que exige que todos estejamos ao lado do Governo a fazer força para que as medidas sejam adequadas, com

sugestões, mas também com apoio, para que as pessoas compreendam as medidas e as restrições a que estão obrigadas. E não é isso que, infelizmente, temos visto do maior partido da oposição, numa tática que faz lembrar um pouco aquela banda desenhada do Astérix, em que havia um personagem chamado Tullius Venenus, que, mandado por César para a aldeia gaulesa, procurava disseminar a confusão, a maledicência, num dia dizia uma coisa, no outro dia escrevia outra, semear a discórdia e essa confusão para procurar causar problemas. É pena que assim seja, pois não é uma estratégia adequada para apoiar os açorianos.

Sr. Presidente do Governo, termino, dizendo-lhe o seguinte, citando um célebre Primeiro-ministro...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou mesmo terminar só com esta citação para enaltecer o seguinte: dizia Winston Churchill, célebre Primeiro-ministro britânico na Segunda Guerra Mundial, que “há uma diferença entre estadistas e demagogos, os demagogos governam a pensar nas próximas eleições, os estadistas governam a pensar nas próximas gerações”.

Sr. Presidente do Governo, reconheço e devemos reconhecer que V. Exa, nestes poucos dois meses de funções desde a tomada de posse deste Governo, tem sido um estadista. E felicito-o pelo trabalho que tem feito para que a saúde dos açorianos seja protegida e que possamos sair da crise maior que alguma vez a Autonomia enfrentou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, pretendia inscrever-me para intervir.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Nuno Barata (IL): Sim, Sr. Presidente, faça favor. Também pretendo inscrever-me para intervir.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata. Mais inscrições? Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dirigir uma saudação, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aos novos Deputados que assumem funções neste Plenário, desejando-lhes as maiores felicidades no desempenho do mandato que lhes foi conferido pelo povo.

Em segundo lugar, saudar também o Sr. Presidente do Governo, porque, independentemente daquilo que se queira ler na sua comunicação a este Plenário, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o que gostaríamos de salientar e, no fundo, enaltecer, neste momento, é o esforço coletivo que a nossa Região faz e deve fazer para ultrapassar este desafio que o destino nos colocou na frente.

Julgo que é menorizar a intervenção do Sr. Presidente do Governo querer colocá-la no plano da luta política e da visão egocêntrica daquilo que nós conseguimos e os outros não conseguem. Não é isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista valoriza na sua comunicação, Sr. Presidente do Governo. Valoriza, sobretudo, aquele que é mais um momento parlamentar para chamar a atenção para a dimensão deste desafio com que todos nós estamos confrontados. E é por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista junta a sua voz à voz de todos quantos, neste Plenário e fora dele, alertam para a necessidade dos comportamentos individuais, alertam para as necessidades de atuação consciente, que o que está em causa

não é apenas a proteção de cada um, mas é a proteção de todos, aliás, lembrando que a proteção de todos começa exatamente com a proteção de cada um.

Em terceiro lugar, eu gostaria de reforçar a questão relativa à mensagem política que transparece da comunicação do Sr. Presidente do Governo, mais do que a abordagem que ele entendeu fazer. Aliás, julgo que talvez não seja este o momento para esse tipo de balanços, talvez seja até perigoso fazer esses balanços neste momento, mas é, obviamente, um direito, uma prerrogativa que a qualquer cidadão assiste. E julgo que não é conveniente, apenas porque, seja no plano sanitário, seja no plano social, seja no plano económico, fazer essa abordagem, neste momento, talvez seja um bocadinho olharmos para árvore e esquecermos a floresta, olharmos para aqueles que são os dados momentâneos, esquecendo a dimensão do desafio com que estamos, ainda, confrontados.

Julgo que essa questão do número de casos e dos apoios é, no sinalizar político das dimensões e das vertentes deste desafio, um realce importante, salientando, aliás, que os Açores ainda hoje mantêm aquilo que sempre tiveram e que foi uma situação, desde logo do ponto de vista sanitário, melhor do que aquela que o País tem ou teve. Enalteço, por isso, o facto de ser ter conseguido manter este quadro, que me parece importante, não só no momento presente, mas que me parece importante, sobretudo, porque é uma poderosa alavanca para a recuperação futura.

Gostaria, por outro lado, de salientar o seguinte: se defendo que não será este, porventura, o momento em que devemos fazer este balanço, defendo claramente e estou convicto que, ultrapassada esta tormenta, nós devemos analisar tudo, devemos refletir sobre tudo, desde os momentos iniciais da resposta a esse desafio. Recordo aquilo que aconteceu nos idos de março, com a tensão entre a Região e a República, até àquilo que aconteceu no

Nordeste, até àquilo que tem acontecido atualmente com as cercas sanitárias, até àquilo, no fundo, que tem constituído a nossa resposta desde o início deste processo até ao momento em que ela acaba.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Julgo que isso será útil até para retirarmos ensinamentos futuros.

E, portanto, a concluir, não só proclamando, mas, sobretudo, praticando aquilo que defendo e aquilo que acho que não pode ficar pelas proclamações, que esta não é uma luta política. Havemos de ter tempo para fazer essa análise.

Hoje, a mensagem que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a concluir, quer deixar, no âmbito desta comunicação do Sr. Presidente do Governo à Assembleia, é que neste combate estamos, exatamente, ao lado daqueles que defendem que temos que mobilizar todos os recursos, toda a vontade individual e coletiva para fazer frente a este desafio nas suas várias componentes, respeitando, obviamente, as diferenças de opinião, porque também por aí é a democracia que não se suspende, mas, sobretudo, unidos na vontade coletiva de fazer face a este desafio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, só para salientar algumas questões que me suscitam dúvidas e preocupações sobre as medidas que foram recentemente anunciadas.

Como aqui já foi dito, algumas situações de exceção permitem que os grandes empregadores e as grandes empresas consigam manter-se em

funcionamento, quando pequenos empresários e criadores do seu próprio posto de trabalho ficam prejudicados a longo prazo. E refiro-me precisamente a duas situações, que me parece que o Sr. Presidente do Governo poderia esclarecer esta Câmara:

Uma tem a ver com o encerramento dos ginásios, zonas onde se pratica desporto, onde se promove a boa saúde física e mental, que é uma coisa fundamental no momento que passamos, manter a saúde física e, principalmente, manter a saúde mental;

E mantendo a circulação de pessoas até às 20 horas, encerrar o *take-away* e o *delivery* a partir das 15 horas para a restauração.

São duas situações que me parece que não poderiam ter sido mantidas e que eu gostava que o Sr. Presidente do Governo esclarecesse.

Mais uma referência apenas para dizer que, mais do que olharmos para a crise sanitária, que nos assola desde março e que temos feito, de facto, um trabalho fantástico, foi feito no passado, está sendo feito agora, é muito importante que olhemos para as questões sociais e para as questões económicas, porque estas vão ter repercussões de longuíssimo prazo, numa região que já era pobre antes da pandemia e que ficará, certamente, muito mais pobre depois desta tormenta passar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Sr. Presidente, da parte do PPM, para mim próprio.

Presidente: Paulo Estêvão. Pergunto ao Sr. Deputado Pedro Neves se vai querer intervir. É o único que falta a inscrição. Não o consigo ouvir. Não estamos a conseguir ouvir e espero que consiga resolver o seu problema técnico.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, eu quero felicitar o Sr. Presidente do Governo pela comunicação que acabou de realizar. É sempre importante manter os Órgãos de Governo Próprio, o Parlamento, informado, assim como a população, das medidas que estão a ser tomadas. Apelar à conjugação de esforços de todos os partidos políticos, de todos os Órgãos de Governo Próprio, de toda a sociedade açoriana, apelar à determinação, apelar à solidariedade, apelar ao esforço conjunto. E foi isso que V. Exa. fez e muito bem.

Não fez um discurso triunfalista, apresentou com pragmatismo aquela que é a sua posição, aquela que tem sido a posição do Governo Regional, obviamente reconhecendo, e eu reconheço, que há um conjunto de medidas que têm sido muito positivas e que têm sido aplaudidas no âmbito da sociedade açoriana. E há, com certeza, e é preciso marcar sempre essa diferença, aspetos que podem ser melhorados ou outros aspetos que não foram bem concretizados. É esta a postura, também, que tem marcado a atividade política e a atividade governativa de V. Exa.

E, portanto, é este reconhecimento que estamos aqui para receber. E receber de forma entusiástica todos os contributos dos partidos políticos, dos agentes sociais, da sociedade em geral, no sentido de fortalecer, de melhorar as nossas respostas. Este é um esforço conjunto e, evidentemente, este Governo, como nenhum outro, não é um Governo infalível. E, portanto, reconhece isso mesmo. E o que temos é a abertura de espírito, a abertura também em relação ao nosso posicionamento de aceitar os contributos positivos e válidos, venham eles de onde vierem.

Quero também referenciar que as medidas que têm sido tomadas, quer a nível social... E aqui não posso deixar de referenciar a visão extremista e populista do Bloco de Esquerda, que diz que o Governo tem vindo a mostrar

insensibilidade social. É uma crítica extremista, populista e, portanto, que retrata bem aquele que tem vindo a ser, atualmente, o desempenho do Bloco de Esquerda nesta matéria, infelizmente, cavalgando numa situação que é uma situação de crise, que é uma situação de crise social e económica e sanitária que nós estamos a enfrentar, e que o Bloco de Esquerda aproveita, de forma irresponsável, para alimentar as divisões entre os açorianos, para alimentar o conflito entre os açorianos. E, portanto, este é um discurso que levou o Bloco de Esquerda e que está a levar o Bloco de Esquerda para uma situação extremista e para um discurso absolutamente desprovido de bom senso. Gostava de fazer esta referência, porque me pareceu absolutamente descontextualizada e porque me pareceu uma prática populista que não é aceitável.

Devo dizer também que eu considero que é muito importante continuar a realizar estes balanços, ou seja, é necessário continuar a transmitir aos açorianos, através do Parlamento, aquilo que está a ser feito, E receber também da parte dos diversos partidos políticos e da sociedade açoriana em geral um contributo, um contributo válido, como, aliás, vai acontecer no âmbito desta sessão plenária, em que existem várias propostas oriundas de vários partidos políticos, que significam propostas muito válidas e que, da parte do PPM, nós valorizamos.

E, portanto, é muito importante continuar a existir este diálogo, este balanço que tem que ser sempre feito de forma sazonal, ou seja, nós temos esta preocupação de manter as pessoas informadas e de transmitir esta determinação, que anima a ação deste Governo.

Devo dizer, para terminar, que eu considero, também, aquela que é já uma notícia que saiu hoje, também, que é: este Governo considera que os titulares dos Órgãos de Governo Próprio da Região não devem ser considerados um grupo prioritário. Eu considero que, do ponto de vista ético, do ponto de vista

da democracia, esta é uma decisão importantíssima, na medida em que, obviamente, os Deputados, os Membros do Governo, devemos ser os últimos a aceder à vacinação, porque temos que dar o exemplo, estamos aqui ao serviço o povo e não devemos ter qualquer tipo de privilégio no âmbito do exercício destas funções, muito pelo contrário, devemos ser sempre os últimos a beneficiar de apoios que são absolutamente fundamentais para muitos grupos sociais desfavorecidos e em risco, tal como os idosos ou também as pessoas portadoras de deficiência, que foram devidamente valorizadas numa ação deste Governo e foram considerados grupos prioritários, e muito bem.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termina, Sr. Presidente, mais uma vez referenciando que considero a sua comunicação, a comunicação do Governo, absolutamente adequada, não é uma comunicação triunfalista, é pragmática, mas também muito determinada e também aberta ao diálogo, como tem que ser neste contexto tão, tão, tão difícil que estamos a enfrentar, em que são necessários todos, a conjugação dos esforços de todos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto ao Sr. Deputado Pedro Neves se quer usar da palavra.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, consegue-me ouvir agora?

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, é só para dizer que não me inscrevi porque não quero intervir nesta declaração política.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Então, para encerrar este debate, esta comunicação, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo. Tem 5 minutos, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado. Serei breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero, antes de mais, deixar renovado a minha saudação e preito às Sras. e Srs. Deputados, tal como expressei no início da comunicação, em particular, aos Srs. Deputados José Pacheco, António Lima, Catarina Cabeceiras, João Bruto da Costa, Vasco Cordeiro, Nuno Barata e Paulo Estêvão, pelas intervenções que fizeram e que, no geral, eu reporto como a referência ao compromisso com a participação política e cívica, num debate e num combate sobre a pandemia, que é para envolver todos e, contudo, sermos proativos e contribuintes de boas soluções, mesmo que aqui e ali, numa apreciação crítica, se possa sinalizar, obviamente, a capacidade de melhorar e de corrigir. E este é o debate plural que eu saúdo e ao qual adiro, como democrata convicto que sou, sem prescindir, obviamente, das convicções, mas, igualmente, na humildade de aceitar os bons contributos de todos e de cada um.

Aproveito para esclarecer o Sr. Deputado José Pacheco que a sua questão, aliás, pertinente, foi identificada como um problema na publicação do Decreto Regulamentar Regional, aliás, já retificado. E, por isso, o apoio e a preocupação e a sensibilidade ligada às micro, pequenas e médias empresas, no que diz respeito ao *take-away*, está resolvido.

Deixava também uma nota para cingir a observação, no quadro do consensual posicionamento que podemos e demos no combate à pandemia, quer sob o ponto de vista sanitário e, portanto, o controlo epidemiológico, quer sob o ponto de vista dos apoios necessários aos seus efeitos nefastos na sociedade, na economia e no emprego, deixar a nota de que, efetivamente,

as medidas assumidas por este Governo correspondem ao reconhecimento, desde logo, da importância e, aliás, dos consensos, na anterior legislatura, gerados e que, por isso, têm prorrogação para evitar a descontinuidade. Daí, a prorrogação de muitas das boas medidas, aliás, em aplicação e em curso.

Deixar, também, a nota clara, no reforço do esclarecimento que tive oportunidade de fazer, que, no que diz respeito ao apoio aos agregados familiares que tenham um dos cônjuges ou um dos pais a faltar ao trabalho para dar assistência ao seu filho no âmbito do ensino à distância, que reforçamos, desde logo, este apoio, tal como esclareci na comunicação, e, ademais, com efeitos retroativos, designadamente ao início deste ano letivo. E, por isso, não há um vazio. Há, sobretudo, o preenchimento de uma preocupação relativamente à falta e ao período de ensino à distância, ainda o ano passado, mas já no âmbito deste ano letivo.

E, por isso, também, a disponibilidade que o Governo tem para aceitar ouvir, como, aliás, bem dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão, todas as propostas que possam aperfeiçoar e melhorar todas as medidas, porque estas medidas, sejam no plano epidemiológico e sanitário, sejam as medidas relativas às questões sociais e económicas, são medidas em progresso. É preciso acompanhar e estar vigilante em todas as circunstâncias para avaliar o impacto de cada uma delas e as suas suficiências e insuficiências de consideração às suas alterações e reforço das mesmas.

Gostava, também, de deixar uma nota de congratulação e apreço à intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, na medida em que evidenciou, e bem, também, o avançar de algumas medidas pioneiras. Mas nós não procuramos exatamente o pioneirismo e a diferença, mas sim a assertividade e, sobretudo, o humilde aconselhamento que recebemos da ciência e, sobretudo, da isenção de quem é especialista em saúde pública, ou,

sobretudo, no diálogo e na concertação social com os parceiros sociais destinatários das medidas de apoio público.

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Ao Sr. Deputado João Bruto da Costa deixar uma nota, também, da satisfação pelo reconhecimento de que importa consolidar as medidas pelos sucessos alcançados.

Quero deixar uma nota de congratulação ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro pelo tom com que, igualmente, abordou esta matéria. Creio que importa deixar este registo, quer na anterior legislatura, quer nesta, que deve ser mais o que nos une do que o que nos separa. E essa é uma luta de todos, com todos e para salvaguardar todos. Pode contar, pela parte do Governo, com essa atitude permanente.

E é nosso entendimento que os balanços, na linha do pensamento expresso pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, devem ser feitos de forma parcelar, é certo, nunca são um balanço definitivo e conclusivo, mas de acompanhamento em progresso da situação, numa relação, desde logo, de respeito para com o Parlamento, para com os representantes do povo e, desde logo, também, numa relação direta com a boa comunicação com todos os açorianos. E, assim, manteremos esta disponibilidade.

Ao Sr. Deputado Nuno Barata deixar esta nota: está resolvida a questão que também colocou, coincidente com a do Sr. Deputado José Pacheco quanto aos *take-away*. E relativamente a alguns encerramentos, entre eles, de alguns estabelecimentos de referência aos ginásios, naturalmente que será uma avaliação casuística e, portanto, em cada geografia, consoante o estado epidemiológico, teremos todo o gosto em levantar estas restrições e limitações, tendo em conta toda a atividade e, em particular, esta relativa aos ginásios, que também são elementos de cuidar da saúde.

Quero deixar, também, este compromisso ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sua intervenção que sinalizou um quadro de interpretação da comunicação política, que agradeço muito pela sua objetividade. Sim, de facto, não devemos assumir triunfalismos nos sucessos, como também depressão naqueles que são insucessos. A verdade é que a variabilidade desta circunstância epidemiológica é muito grande, de grande risco e, por isso, é preciso estar preparados com energia para os insucessos, como também não eufóricos com os sucessos, apenas e sempre vigilantes e prontos para atuar, formulando e forjando consensos.

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Está encerrada esta Comunicação do Governo ao Parlamento.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com Declarações Políticas. Rege esta matéria o artigo 74.º do nosso Regimento. E para a primeira **Declaração Política** tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Europa vive o seu maior desafio do pós-guerra com a pandemia Covid-19. A terrível perda de vidas humanas e os impactos económicos e sociais desta pandemia, empurram-nos para um momento de grande exigência.

É por isso fundamental que os governos e os órgãos políticos europeus, nacionais, regionais e locais tenham uma atuação rápida, firme, clara e proativa, desde logo na proteção e preservação da segurança das pessoas, mas também nas respostas céleres e certeiras aos impactos económicos, sociais e financeiros desta crise pandémica.

É neste contexto complexo, mas, certamente, desafiante que se inicia agora a Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorrerá neste primeiro semestre de 2021, que representa, certamente, uma importante oportunidade para a Região Autónoma dos Açores.

As Regiões são uma unidade determinante para aferir do grau de desenvolvimento económico e social dos Estados-membros e da União como um todo, através de indicadores de coesão económica, social e territorial, mas também como principais destinatárias e, em muitos casos, responsáveis pela implementação de um conjunto cada vez mais significativo de políticas de grande impacto, como são: a Política de Coesão e Desenvolvimento Regional, a Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, a Política Ambiental, o Ordenamento do Território ou também a Política Marítima Europeia.

São os textos fundadores da União que reconhecem esse papel central das Regiões enquanto agentes da construção europeia, onde se destaca, entre outras medidas, a constituição do Comité das Regiões enquanto organismo de auscultação da sua opinião e de modelação das propostas legislativas saídas da Comissão Europeia e a aprovar entre o Parlamento e o Conselho.

A esse reconhecimento político-institucional soma-se uma prática, de décadas, de constante envolvimento, participação e procura de influência das próprias Regiões, através dos seus órgãos representativos, junto das Instituições Europeias ou por solicitação destas, como mecanismo de validação das políticas a desenvolver e de correção atempada dos seus efeitos.

Os Açores, através dos seus Órgãos de Governo Próprio, há muito que são um agente ativo dessa relação, ora por propositura, ora por participação e exemplo, ora por denúncia e crítica.

Fruto do nosso trabalho, do nosso exemplo e do mérito e esforço de milhares de açorianos ao longo dos anos, somos, hoje, uma Região com grande credibilidade externa e reconhecida como um excelente exemplo de aplicação dos mecanismos de apoio financeiros europeus, bem como de participação e representação externa no contexto das instituições comunitárias.

O investimento público realizado em todas as ilhas da nossa Região, o crescimento do Produto Interno Bruto regional ou a trajetória de crescimento permanente na convergência com os níveis médios da economia europeia, são a prova concreta disso mesmo.

É neste contexto que a Região Autónoma dos Açores se deve posicionar, como um ativo muito relevante na agenda europeia portuguesa, continuando o caminho de afirmação político-institucional, de crescimento e de convergência com as metas europeias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sob o lema Tempo de Agir: Por uma recuperação justa, verde e digital, são definidas as três principais prioridades da Presidência Portuguesa da União Europeia:

A recuperação económica e social da Europa, tendo como motores as transições climática e digital;

O desenvolvimento do Pilar Social da União Europeia, garantindo que esta dupla transição não deixa ninguém para trás;

O reforço da autonomia estratégica de uma União Europeia aberta ao Mundo. São pressupostos prioritários que se enquadram nos grandes desafios que os Açores têm pela frente, quer do ponto de vista conjuntural, como resposta à crise económica e social decorrente da pandemia que nos assola, quer do ponto de vista estrutural, definindo as bases e princípios da implementação

dos vários mecanismos de apoio das novas perspetivas financeiras comunitárias para os próximos anos.

O combate à pandemia e as respostas aos seus efeitos exige muito de todos no imediato, mas não pode significar a menorização dos desafios estratégicos que a Europa, o País e a Região têm pela frente.

Se a execução dos instrumentos de recuperação económica e social, para apoio das famílias e das empresas é urgente, a definição e preparação dos mecanismos de apoio de médio prazo como o Next Generation EU ou os Programas do novo Quadro Financeiro Plurianual não são menos importantes.

Por isso, não nos podemos acomodar ou abrandar. O futuro é agora.

A nossa proatividade, a nossa afirmação política e a nossa capacidade de preparação são absolutamente fundamentais nestas matérias.

Neste âmbito, é importante esclarecer qual o envolvimento que, neste momento, o Governo Regional tem com a Presidência Portuguesa da União Europeia.

Nos últimos meses de 2020, foram definidos e articulados um conjunto de iniciativas e de momentos de envolvência institucional e política, sobre os quais nos parece fundamental saber o atual ponto de situação através da resposta do Governo Regional.

Numa alargada cooperação com parceiros nacionais e europeus, como o Governo da República, o Comité das Regiões, as Regiões Ultraperiféricas, a Assembleia das Regiões da Europa, o Comité Económico e Social Europeu e a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, foram desenhados e propostos vários eventos nos Açores, como:

A Conferência Internacional de Alto Nível sobre os Oceanos;

A Reunião do Grupo do Conselho Europeu, que se ocupa dos trabalhos relativos à elaboração da política espacial europeia e da legislação neste domínio, em particular, do programa europeu Copernicus;

A Reunião do Bureau do Comité das Regiões e do plenário da Comissão do Ambiente, com especial destaque para as energias renováveis;

A Reunião do Bureau Político da Assembleia das Regiões da Europa;

A Reunião do Conselho Económico e Social Europeu;

Eventos também definidos com a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas;

Ou ainda, também, a Reunião do Conselho da Diáspora Açoriana, como evento de projeção de europeus açorianos no mundo.

Naturalmente que a realização de eventos está sempre sujeita à evolução da pandemia, mas é importante saber, nesta fase, o ponto de situação de cada uma destas iniciativas e das diligências realizadas pelo Governo Regional nesse âmbito. Fica assim colocada esta questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos, assim, no contexto europeu, grandes desafios pela frente. A nossa capacidade de afirmação enquanto Região da Europa nos próximos 6 meses, pode ser determinante para os próximos anos.

Temos de mostrar que estamos preparados, com uma agenda política bem definida, continuando o caminho de credibilização externa construído ao longo dos anos, preservando o que conseguimos, mas projetando corretamente o futuro.

Nas questões referentes ao Mar, onde importará assegurar um papel de liderança, nomeadamente no contexto da definição da governação internacional dos Oceanos, não descurando a devida consideração das dificuldades que se colocam na implementação de políticas efetivas de

conservação marinha e de mecanismos de monitorização, bem como também nas Pescas, considerando a necessidade de medidas de gestão espacial para a conservação de grupos específicos, associando a isso a importância da sustentabilidade das pescas no mar dos Açores e dos rendimentos dos pescadores açorianos.

Nas questões referentes ao Espaço, onde deverá ser potenciada a posição geoestratégica destas Regiões, atento o potencial que o setor aeroespacial representa para as áreas fundamentais como a meteorologia e as alterações climáticas, o oceano ou as energias renováveis.

Nas questões referentes às Alterações Climáticas e ao Ambiente, estamos em emergência sanitária, mas continuamos em emergência climática global. Uma região como a nossa deve continuar o caminho de afirmação como um exemplo de sustentabilidade, de preservação ambiental e de biodiversidade, mas exigindo-se das instituições europeias uma atenção especial ao facto de, apesar disso tudo e de todas as virtudes que temos, sermos também uma Região muito exposta a fenómenos naturais extremos.

Na Política de Transportes, enquanto ação fundamental na mitigação do distanciamento geográfico das Regiões Ultraperiféricas e no reforço da coesão territorial, que deve estar na génese do projeto de construção europeia.

Na Agricultura, onde importará garantir que a Política Agrícola Comum continuará a apoiar o desenvolvimento equilibrado, a diversificação das produções, a criação de emprego e o reforço do rendimento dos produtores, num setor vital para a nossa Região, não se admitindo, por isso, quaisquer reduções no âmbito do POSEI.

Na transição energética e nos desafios da descarbonização, onde deve ser realçada a exemplaridade da elevada penetração das energias renováveis na

produção de energia elétrica nos Açores, que constituem exemplos únicos na União Europeia.

Na afirmação dos valores democráticos da igualdade e da tolerância, basilares na construção europeia, e que rejeitam populismos sectários, divisionistas e segregacionistas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Certo é que o nosso futuro enquanto Região da Europa não começa nem acaba com a Presidência Portuguesa da União Europeia. Mas é inegável que este momento se reveste de grande importância institucional e política, devendo ser aproveitado como uma grande oportunidade de afirmação, de envolvimento e de reforço da nossa posição em questões chave para o futuro, que terão impactos significativos na qualidade de vida dos nossos concidadãos açorianos.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Agradeço que se inscrevam. Os Srs. Líderes Parlamentares devem inscrever os Srs. Deputados do seu Grupo Parlamentar que pretendam intervir.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Subsecretário. Faz favor.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, eu gostava de me inscrever em nome do Governo Regional.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, tem a palavra o Sr. Subsecretário. Faz favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço as referências do Sr. Deputado Berto Messias à importância, para os Açores, da nossa participação no processo de integração europeia e nos trabalhos que, como tive ocasião de referir na apresentação do Programa do Governo, nesta mesma Assembleia Regional, estamos a desenvolver.

É óbvio que, neste início de mandato, procuramos rapidamente acompanhar aquilo que era, nesta área, o imediato e o principal. Por um lado, tudo o que são as medidas que a União Europeia está a decidir no âmbito da atual situação pandémica e, por outro lado, a coincidência de, neste momento, Portugal presidir ao Conselho da União Europeia.

Toda esta importância da nossa participação no processo de integração europeia tem um determinado percurso e uma determinada maneira de o fazer. Desde logo, ao mais alto nível da concertação política em Portugal, o Presidente do Governo Regional teve ocasião de participar num Conselho de Estado dedicado à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, onde foi reafirmada a importância para Portugal e, conseqüentemente, para os Açores deste momento de participação de Portugal no processo de integração europeia, assumindo, neste semestre, a Presidência do Conselho e também por todo o trabalho que tem sido desenvolvido junto dos órgãos responsáveis pela representação de Portugal na União Europeia, nomeadamente a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde participamos com um contacto permanente com os seus responsáveis.

Sobre essa matéria, temos discutido, no âmbito da Presidência do Conselho da União Europeia, temos falado e dialogado com a Secretaria de Estado no sentido de se aproveitar esta Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia para afirmar alguns pontos que são importantes para a nossa participação na integração europeia. E, desde logo, não só naquilo que diz

respeito às questões políticas diretas que mais interessam aos Açores, mas também à própria visibilidade dos Açores no seio da União Europeia.

No que diz respeito a este último ponto, quanto à nossa visibilidade, tal decorre também daquilo que são as iniciativas que a Presidência do Conselho tem previstas para realizar nos Açores.

Algumas matérias estão agendadas por iniciativas realizadas aqui nos Açores, algumas já confirmadas, outras em fase de construção, porque temos que ter em conta a impossibilidade de se garantir a sua efetividade presencial aqui nos Açores face à pandemia. Como devem calcular, a gestão destes eventos não tem rigorosamente nada a ver com aquilo que foi a gestão desses mesmos eventos noutras presidências portuguesas. Aquilo que era, efetivamente, um dado adquirido num planeamento a seis meses, deixou de o ser nestas atuais circunstâncias.

De qualquer forma, estamos a trabalhar na previsão de que é possível, efetivamente, realizar alguns eventos nos Açores. Efetivamente, desde já, temos garantida a realização, aqui nos Açores, de uma conferência sobre os oceanos, que decorrerá em Ponta Delgada, no início de junho. E acompanharemos o importante lançamento do Atlantic Centre, na ilha Terceira. Um momento muito importante, no nosso entender, para os Açores, que é a instalação do Atlantic Centre, na ilha Terceira, que decorrerá durante o mês de maio. Outros eventos nos quais estamos a trabalhar têm a ver com a deslocação aos Açores, reafirmo, se tal for, efetivamente, possível, de alguns grupos de trabalho do Conselho durante a nossa presidência portuguesa.

Mas quanto às matérias que, efetivamente, têm a ver com o impacto das políticas da União Europeia nos Açores, destaco particularmente dois aspetos:

Um que tem a ver com as medidas que a União Europeia está a estabelecer, no âmbito dos programas referidos pelo Sr. Deputado Berto Messias, para apoiar as Regiões e os Estados-membros na pandemia e, portanto, nos efeitos adversos da pandemia. E, sobre essa matéria, estamos em articulação próxima com os departamentos governamentais que estão a trabalhar esses dossiers. Por exemplo, digo-vos, desde já, que, hoje de manhã, houve declarações da Sra. Ministra da Agricultura em apoio às Regiões Ultraperiféricas sobre a intenção de um eventual corte das verbas do POSEI;

Presidente: Sr. Subsecretário, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

E também sobre tudo o que é o enquadramento da nossa afirmação das políticas da ultraperiferia, principalmente tendo em conta a responsabilidade assumida, neste momento, pelo Sr. Presidente do Governo, como Presidente da Conferências das Regiões Ultraperiféricas.

Nesse sentido, o programa da nossa presidência já está aprovado e estamos a trabalhar na maior proximidade com os nossos oito parceiros ultraperiféricos na afirmação dos nossos pontos junto das instituições da União Europeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente... Catarina Cabeceiras. Gostaria de inscrever o Deputado Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Agradeço aos outros Grupos Parlamentares e às Representações Parlamentares que se inscrevam.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Gostaria de inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Peço desculpa, não percebi quem é que o senhor inscreveu.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): O Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Muito obrigado. Mais inscrições?

Deputado Nuno Barata (IL): Uma inscrição. Nuno Barata, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata. Está inscrito, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sei, agradecia que me confirmassem se estão a rececionar-me em boas condições porque eu não tenho vídeo de retorno.

Presidente: Estamos a ouvi-lo perfeitamente, Sr. Deputado, e a vê-lo também. Faz favor.

O Orador: Obrigado.

Relativamente a esta declaração política do Partido Socialista sobre a Presidência Portuguesa da União Europeia, importa acrescentar as seguintes notas:

Mais do que momentos de envolvência com o Governo da República e mais do que a organização de eventos na Região Autónoma dos Açores, importa, sobretudo, é haver uma convergência a nível económico e social dos Açores com a média europeia. E isso concretiza-se através da execução dos vários programas que temos ao nosso dispor. Se bem que a taxa de compromisso do PO Açores 2020 esteja na casa dos 94%, é certo que a taxa de execução está apenas nos 61%. E, portanto, há aqui ainda muito dinheiro para projetos de convergência com a União Europeia que não foi executado. E é isto que verdadeiramente importa aos Açores.

É certo que estamos num momento de pandemia e tudo isso condiciona a execução de qualquer programa. No entanto, a pandemia afeta o planeta e por isso é que é uma pandemia. E cabe aos responsáveis políticos delinear estratégias para, por um lado, combater eficazmente a pandemia e, por outro, não abandonar os nossos objetivos, que deverão ser de convergência com a média europeia.

Eu recorro que, com o Tratado de Lisboa, Portugal abriu mão da gestão dos seus recursos do oceano. E isso penaliza sobremaneira uma região autónoma – os Açores – cuja sua área ou subárea da Zona Económica Exclusiva, cerca de um milhão de quilómetros quadrados, representa mais de um terço de toda a Zona Económica Exclusiva da União Europeia. E, portanto, importa que haja mecanismos. E resta ao Governo dos Açores invocar o princípio da subsidiariedade para tentar recuperar ou salvaguardar algum tipo de gestão sobre estes recursos pesqueiros, que são escassos neste mar imenso. E ao serem escassos, se forem delapidados pelas frotas estrangeiras, os nossos pescadores não terão sustento.

E, portanto, é nesta perspetiva que deve ser a nossa atuação enquanto Açores. Nós devemos, uma vez que somos nove ilhas isoladas no meio do Atlântico e com isso condicionados do ponto de vista agrícola, do ponto de vista meteorológico e também do ponto de vista dos recursos pisqueiros, é por essa via que deve ir a nossa estratégia de convergência com a União Europeia, mais do que organizar grandes eventos.

E, portanto, deixo aqui, esta, a posição do CDS. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar esta iniciativa do Partido Socialista por nos trazer à colação uma matéria de grande atualidade, que é a da construção e do reforço de uma Europa das regiões, processo no qual os Açores sempre se envolveram desde do início da autonomia, muitas vezes liderando esse processo a nível europeu, sob a batuta do Dr. Mota Amaral, e que os Governos do Partido Socialista, e bem, prosseguiram em parceria com outras regiões do espaço europeu, principalmente as ultraperiféricas, que assim puderam ter uma visibilidade e, portanto, suscitando nos responsáveis europeus uma consciência maior para com a atenção que é devida a estes espaços geográficos e humanos, de uma Europa que se quer tão igual quanto o seu centro.

E é também importante esta matéria trazida, hoje, aqui, à nossa apreciação, porque a pandemia, sendo, porventura, o maior desafio das nossas gerações ou da nossa geração, não se esgota nessa problemática sanitária e económica toda a nossa vida. E, de facto, há desafios que são de ontem, que são de hoje e que são, certamente, de amanhã, que se colocam também no plano europeu. E colocam-se pela premência daquilo que é a realidade, hoje, dos Açores. Quando nos comparamos com os outros parceiros da União Europeia, quando nos comparamos com as médias da União Europeia, verificamos, infelizmente, que, em muitos desses indicadores, eu diria até que na maioria esmagadora desses indicadores, nós, infelizmente, ficamos no fim da tabela. Ficamos no fim da tabela na Saúde, até na esperança média de vida, nos níveis de instrução, no sucesso escolar e mesmo nos principais indicadores económicos. E, portanto, esses são desafios que se colocavam ontem, que se colocam hoje e que, certamente, se colocam amanhã.

E a Presidência Portuguesa da União Europeia configura-se como uma oportunidade acrescida para realizarmos um trabalho que, efetivamente, nos permita tirar desses níveis de indicadores tão baixos que, hoje, registamos.

Mas essa oportunidade naturalmente que tem de passar, desde logo, por uma grande articulação com o Governo da República e, diria até mais do que isso, pela afirmação da própria autonomia do espaço português, porque só a partir daí é que, depois, em conjunto, nos podemos projetar como um todo nacional, sem perdermos a identidade de região ultraperiférica que somos, para sensibilizar e obter as discriminações positivas que a União Europeia, naturalmente, terá de facultar aos Açores, como, aliás, às outras regiões ultraperiféricas.

E a questão, hoje, já, aqui, abordada, em diversas intervenções, do POSEI e da possibilidade de existir cortes e da luta para que essa possibilidade nos convoque a todos no empenhamento, numa firmeza de defesa de princípios e das necessidades que temos para suprir nesta área tão estrutural como é a da Agricultura, naturalmente que isto convoca uma articulação muito grande com o Governo da República.

Mas também de outros princípios, sem esquecer um que tem sido muito grato ao PSD, que é de, nesta afirmação na União Europeia, nós podermos vir a dispor, um dia, de um círculo próprio para as eleições do Parlamento Europeu.

Portanto, há aqui uma matéria que a todos nos convoca. Convoca-nos a todos no desenho das políticas, nas medidas que deveremos implementar, sobretudo, nestes tempos mais próximos, mas também visando resultados e objetivos diferentes daqueles que alcançamos até aqui. Eu lembro que nos Açores 2020 apontava-se como objetivos uma convergência económica com a União Europeia entre os 80 e 85% e nós nos quedamos por um valor inferior a 70%.

E, portanto, o desafio dos fundos europeus convoca-nos para o desenho de políticas que levem a uma boa gestão desses fundos com resultados muito melhores do que aqueles que alcançamos, porque só assim será possível

garantir aos nossos concidadãos, aos açorianos, a qualidade de vida que todos almejamos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Importa garantir que sabemos aproveitar aquilo que os fundos da União Europeia para os próximos sete anos, de 2021 a 2027, nos reservam. Mais do que estarmos aqui a discutir se vamos colaborar mais ou se vamos colaborar menos com a presidência portuguesa, porque quem está na República é o Partido Socialista e quem está nos Açores é o PSD com o PPM e com o CDS, importa que todos saibamos aproveitar aquilo que a União nos tem reservado ao longo desses últimos anos e que nem sempre o soubemos fazer convenientemente. Isto tem que ser dito. A aplicação dos fundos que vieram da União, desde 1986, desde a adesão de Portugal à União Europeia até hoje, trouxeram-nos, em 2019, ou seja, em pré-pandemia, em dezembro de 2019, a um estado calamitoso da nossa economia e da nossa sociedade. A questão é mesmo esta. Não é falta de solidariedade da Europa para com as ultraperiferias, não é falta de solidariedade de Portugal para com as Regiões Autónomas, tem sido mesmo falta de capacidade de fazer diferente, de mudar aquilo que é preciso mudar, usando para isso os fundos que vêm da União Europeia, na política marítima, na política das pescas, na agricultura, na biodiversidade, até mesmo nas alterações climáticas, como referiu o Sr. Deputado Berto Messias, na sustentabilidade económica, social e ambiental. É este equilíbrio que nós precisamos de garantir para o futuro dos Açores e dos açorianos, principalmente daqueles que agora começam a ver crescer as suas esperanças, aqueles que são mais novos, aqueles que estão a entrar na

idade de fazer perguntas e que precisam que, de facto, lhes deixemos uma região preparada para um melhor futuro.

É isto que entendo que devemos fazer, é esta a nossa obrigação, é esta a nossa missão principal neste momento: aproveitar tudo aquilo que são as prioridades dos fundos da União para o período que vai começar agora, de 2021 até 2027, para garantir que mudamos, de facto, o paradigma, que mudamos, de facto, a forma de investir, onde investimos, para que os resultados sejam diferentes daqueles que obtivemos até ao período de pré-pandemia.

É certo que, com o descalabro económico, financeiro e social que a pandemia nos traz e as medidas de contenção à pandemia provocaram, ainda é preciso ser mais hábil, mais inteligente e mais cirúrgico na aplicação dessas medidas. Cá estaremos para propor e para fiscalizar se for caso disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a participação neste debate. Não havendo mais inscrições, eu daria a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para o encerramento da Declaração Política. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimento e saúdo a cara e os caros colegas que intervieram nesta matéria. E também agradeço as respostas do Sr. Subsecretário Regional relativamente às questões que eu coloquei.

Eu, nesta intervenção final, naturalmente, reitero tudo aquilo que afirmei e aquelas que são as preocupações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria. Naturalmente, a importância que tem a aplicação correta dos fundos destinados à recuperação financeira para uma resposta rápida e

imediatamente à agenda conjuntural que se exige tendo em conta os impactos da pandemia, sem descurar, naturalmente, aquela que deve ser uma visão e uma agenda estrutural sobre a aplicação dos fundos e das perspetivas financeiras para o nosso futuro de médio prazo na Europa, no País e aqui também na Região.

E, desse ponto de vista, eu devo dizer que, na visão do Partido Socialista, o caminho que nós traçamos até agora deve ser continuado. Não partilhamos da visão, enfim, dantesca e catastrofista manifestada por alguns colegas, de um estado calamitoso da nossa economia ou da nossa dinâmica social e económica regional. Isso não corresponde, de facto, à verdade. E nós não estamos no campo das opiniões. Naturalmente que é legítimo, em nome da liberdade e da democracia, que todos nós, felizmente, possamos cada um dizer aquilo que entender. Agora, nestas matérias existem indicadores muito claros sobre aquilo que foi o caminho dos Açores e o seu posicionamento na aplicação desses fundos. Veja-se, por exemplo, e convido todos a visitarem aquilo que são os dados do Instituto Nacional de Estatística, divulgados no final do ano passado, em que demonstram, claramente, o crescimento da Região acima da média nacional e que demonstram também a Região a convergir de forma consistente com as metas europeias. Esta não é a opinião do Deputado Berto Messias do Grupo Parlamentar do PS, é aquilo que consta, de forma muito clara, nos dados do INE.

Naturalmente que não quero com esta abordagem ter aqui uma postura triunfalista ou recusar que existem ainda muitos desafios para vencer e que há ainda muito trabalho para desenvolver. E a oportunidade que a Presidência Portuguesa da União Europeia nos dá nessa dimensão é absolutamente determinante.

Eu referi, na intervenção que fiz, que os desafios não começam nem acabam neste semestre em que decorre a Presidência Portuguesa da União Europeia,

mas, naturalmente, que este é o momento também para afirmar a nossa Região, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista institucional, mas também nas várias instâncias europeias preparar convenientemente aquilo que são instrumentos determinantes para o nosso futuro de médio prazo.

Para terminar, agradecer também as respostas do Sr. Subsecretário. Dizer-lhe, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se me permite: disponibilidade total para contribuir, na medida das nossas competências e das nossas funções, para o sucesso da participação dos Açores nesta Presidência Portuguesa, exaltando os Açores no contexto europeu e evidenciando os muitos e bons exemplos que temos enquanto região para mostrar ao resto da Europa, que é, aliás, conhecido e reconhecido por muitas instâncias europeias idóneas e independentes que fazem a apreciação destes indicadores.

E também solicitar-lhe, Sr. Subsecretário, tendo em conta que afirmou na sua intervenção que o programa estava já aprovado, a indicação às Sras. e aos Srs. Deputados onde é que esse programa pode ser visto, se já é público, e se pode fazê-lo chegar a todas as Sras. e Srs. Deputados deste Parlamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta Declaração Política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 20 minutos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 23 minutos.

Vamos passar à segunda **Declaração Política** desta manhã, que cabe ao Partido Social Democrata. E, para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejo, em primeiro lugar, saudar todos os Deputados que compõem esta Assembleia e, bem assim, os que iniciam funções no dia de hoje. Votos para todos de um bom trabalho.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste tempo novo que se iniciou com a tomada de posse do XIII Governo Regional perante esta Assembleia Legislativa, o povo dos Açores exige um forte empenho e elevada capacidade de decisão ao atual Executivo da Região Autónoma dos Açores.

Sobre este Governo Regional recai a obrigação de resolver os inúmeros problemas que os anteriores Executivos da responsabilidade do Partido Socialista, sobretudo ao longo dos últimos 8 anos, não tiveram capacidade para solucionar, pelo simples facto de não terem tido destreza de assumir e implementar uma verdadeira estratégia de desenvolvimento da nossa Região Autónoma.

Por isso, este tempo novo convoca o Governo Regional dos Açores para um outro modelo de governação em que os seus membros não hesitam em abandonar as teias burocráticas que outros teceram e permaneça junto do povo, para estar com o povo e, acima de tudo, para ouvir o povo dos Açores, para sentir as suas dificuldades, os seus medos, as suas sugestões, para

enfrentar os desafios e superar os obstáculos que impedem a melhoria da sua qualidade de vida e, na sequência, o desenvolvimento social e económico das nossas ilhas.

Este tempo novo não se compadece com a indecisão, com a incompetência nem com falsas promessas. É um tempo que exige estratégia e ação. Uma estratégia assente na nossa realidade enquanto arquipélago e uma ação eficaz, permanentemente monitorizada pelo povo das nossas ilhas, legitimamente representado nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

É perante esta exigência de qualidade governativa, acentuada pela terrível pandemia de Covid-19 que atravessamos, que cumpre reconhecer a capacidade e estratégia e ação deste Governo Regional nas áreas da Saúde e da Educação, logo nos seus primeiros meses de exercício.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, à semelhança do que tem acontecido por este mundo fora, conheceu, no princípio deste ano, o aumento do número de casos de Covid-19. Todavia, nas nossas ilhas, ao contrário do que sucede noutros lados do planeta, como também em Portugal Continental onde se vive uma situação dramática que determina que sejamos o segundo país do Mundo e o primeiro da Europa com a média mais alta de novos casos de Covid-19 por milhão de habitantes, sendo o quarto país do Mundo com mais mortes por milhão de habitantes, e que apresenta um Serviço Nacional de Saúde próximo do seu limite, a capacidade de resposta do nosso Serviço Regional de Saúde mantém-se, felizmente, coordenada, preservada e eficaz. Tem sido por via da ação do Executivo Regional, em sintonia com todos os profissionais de saúde, que a Região Autónoma dos Açores, com especial

atenção para a ilha de São Miguel, apresenta uma descida consolidada de novos casos de Covid-19.

Ora, apesar do preocupante aumento do número de casos positivos de Covid-19 que se verificou logo após as celebrações de Natal e de Ano Novo nos Açores, tal como sucedeu em Portugal Continental, como nos mais diversos países do Mundo, o atual Governo Regional assumiu o desafio com que se deparou e, com responsabilidade, implementou, sem hesitações, uma estratégia eficaz de combate à pandemia nas nossas ilhas, em especial ênfase na ilha de São Miguel.

Nesta estratégia, devidamente adequada e proporcional para conter a transmissão do vírus SARS-Cov-2 com o menor dano possível para a educação, economia e situação social dos mais desfavorecidos, o Executivo Regional não teve a solidariedade do Partido Socialista dos Açores, que não se coibiu de, publicamente, criticar e lançar a dúvida sobre a capacidade deste Executivo em lidar com esta pandemia. Afinal, o atual Governo Regional dos Açores provou que sabe estar à altura dos novos desafios decorrentes da situação da pandemia de Covid-19 nas nossas ilhas e que este desígnio não era um exclusivo dos Governos do Partido Socialista, como insistentemente afirmaram os seus responsáveis em tempos muito recentes de campanha eleitoral.

Foi assim que, identificando uma rede de contágio de pandemia de Covid-19 na Vila de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, logo no início de dezembro de 2019, o Governo Regional impôs uma cerca sanitária e determinou o fecho de todas as escolas sediadas nessa conhecida localidade, efetuou uma testagem massiva à sua população, que colaborou de forma exemplar num exercício de cidadania que cumpre enaltecer, aliando-se assim ao Executivo na deteção e combate a esta pandemia.

Já no mês de janeiro deste ano, para garantir o regresso seguro à escola, foram testadas as comunidades escolares de Rabo de Peixe e de Vila Franca do Campo. Perante a deteção de novos casos de Covid-19 nas respetivas populações, o Executivo Regional dos Açores não hesitou em tomar medidas mais restritivas onde elas se mostraram mais necessárias, novamente com a imposição de cercas sanitárias na Vila de Rabo de Peixe, no concelho de Ribeira Grande, e na freguesia de Ponta Garça, no concelho de Vila Franca do Campo, adotando ainda outras limitações com critérios bem definidos e que de modo geral foram aceites e devidamente cumpridos pela população. O mesmo sucedeu, ainda recentemente, com o caso detetado na ilha do Corvo.

As decisões de impor restrições à nossa mobilidade, a concentração dos horários do comércio e da restauração e o incentivo ao teletrabalho revelaram-se igualmente adequadas para controlar a pandemia na ilha de São Miguel.

E o que podemos concluir daqui é que as medidas adotadas estão a produzir os seus efeitos, nomeadamente na ilha de São Miguel onde o nível de transmissão do vírus passou a estar mais controlado, embora esta luta não vai dar tréguas a quem tem a missão de governar e aproveitará qualquer baixar de guarda para mais uma vez manifestar a sua presença junto da nossa população.

Acresce que, como forma determinante para combater a disseminação do vírus SARS-Cov-2, o Governo Regional dos Açores assumiu a sempre difícil decisão de ordenar que as escolas da ilha de Miguel implementassem um sistema de ensino à distância para proteger, assim, os nossos alunos e as nossas famílias de eventuais contágios provenientes da aglomeração da população escolar. Foi uma decisão delicada, mas que se revelou eficaz para

evitar o contágio do terrível vírus, na qual fomos seguidos pelo Governo da República com um atraso de 15 dias.

Porém, ao contrário do que sucede na República, o ensino à distância em vigor tem permitido garantir uma aprendizagem contínua aos nossos alunos, embora nenhum sistema de ensino substitua os benefícios que a presença física escolar origina.

É um combate difícil e permanente, que obriga a impor medidas diferentes, adaptando-as à intensidade com que a pandemia se manifesta e que ainda vai perdurar por alguns meses. Poucos, esperamos nós. Mas temos a certeza que este Governo Regional está no caminho certo na luta pela defesa da saúde de todos os nossos concidadãos.

É preciso, contudo, realçar que neste combate o Governo Regional necessita não só da colaboração do povo dos Açores para que assumam comportamentos irrepreensíveis do ponto de vista da cidadania, mas também do empenho dos partidos da oposição no sentido de, através das suas análises e sugestões feitas pelos canais próprios, contribuírem para a melhoria sempre ambicionada das medidas que, a cada momento, se mostram mais eficazes no controlo e eliminação da pandemia de Covid-19 na nossa Região Autónoma.

Ainda temos, naturalmente, um longo caminho a percorrer.

À semelhança de outras realidades, só muito recentemente é que se iniciou o processo de vacinação na Região Autónoma dos Açores, dando, como deve ser, prioridade aos mais vulneráveis, os idosos e, claro, aos nossos profissionais de saúde, imprescindíveis nesse combate.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste tempo novo, encontramos, nos domínios da Saúde e da Educação, enormes desafios derivados da pandemia de Covid-19 que obrigam o

Governo dos Açores a agir permanentemente com o objetivo de encontrar e colocar em prática as soluções mais adequadas à melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Não temos dúvidas de que não há desenvolvimento social sustentável sem um Serviço Regional de Saúde que responda às contingências da nossa população dispersa que se encontra pelas nove ilhas da Região Autónoma dos Açores, onde cada ilha traduz uma realidade ímpar que é preciso acolher. De igual forma, não há desenvolvimento social sem uma política de saúde que centre a sua ação na devolução da dignidade aos seus profissionais.

Este Governo Regional, apesar de muito recente, já demonstrou que tem uma ideia muito firme na valorização dos profissionais destas áreas e que aposta na contratação destes quadros para melhorar e responder aos vastos desafios que o povo dos Açores está a enfrentar.

A contratação de mais médicos especialistas para integrar o nosso Serviço Regional de Saúde mostra-se imprescindível para melhorar o acesso e dar a devida resposta aos milhares de açorianos que anseiam por uma consulta, um exame ou uma cirurgia que irá fazer toda a diferença na sua qualidade de vida.

Do mesmo modo, na área da Educação, as medidas tomadas para atacar o problema da precariedade da contratação de professores e na valorização da carreira docente renova-nos a esperança de termos um ensino que verdadeiramente qualifique os nossos jovens para competir com os melhores e alcançarem o sucesso profissional que tanto ambicionam.

Todos os dias, através das televisões nacionais, assistimos ao caos no Serviço de Saúde no Continente, com filas de ambulâncias à porta das urgências, hospitais a rebentar pelas costuras e uma taxa de mortalidade nunca vista. O caos no Continente é de tal forma evidente que o Governo da República já

admite pedir ajuda ao estrangeiro por falta de capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde.

Nas escolas do Continente, o cenário também é caótico, os estabelecimentos de ensino fecharam e os alunos estão em casa sem nada para fazer.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Tudo porque o Governo da República foi incapaz de preparar o ensino à distância. Enquanto os serviços públicos de Saúde e de Educação no Continente estão embrulhados no caos, nos Açores os resultados têm sido bem diferentes, bem para melhor. Com o planeamento atempado e estratégico, o novo Governo Regional tem defendido os açorianos, permitindo que a nossa Região fique à margem do caos que temos vindo a verificar no Continente.

Neste tempo novo, o Governo Regional dos Açores já deu provas de que, enquanto combate a pandemia, já está a trabalhar para um futuro pós-Covid, cumprindo a sua missão de proteger e renovar a esperança do povo dos Açores, num futuro em que valha a pena viver aqui, como tem sido ao longo dos tempos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para a participação neste debate. Todos os Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares podem participar, e um Membro do Governo. Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares com 5 e 3 minutos, respetivamente, e o Membro do Governo também com 5 minutos. Aguardo as vossas inscrições.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Catarina Cabeceiras, gostaria de inscrever o Deputado Rui Martins.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins, do CDS. Solicito mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.
António Lima.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, está inscrito.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.
Carlos Furtado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, para uma inscrição. Nuno Barata.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata. Está inscrito também.

Sr. Deputado Rui Martins, pode usar da palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Nesta que é a minha primeira intervenção em Plenário, quero, desde já, agradecer as palavras que me foram dirigidas pelos meus antecessores. E, obviamente, também desejar que todos nós juntos consigamos honrar aquilo que foi a tarefa que nos foi conferida pelos açorianos.

Relativamente a esta intervenção que o Deputado Pedro Nascimento Cabral trouxe a este Plenário, da parte do CDS, nós consideramos, efetivamente, que houve boas medidas que foram tomadas. No passado, houve solidariedade de todos os Grupos Parlamentares para com o Governo em funções.

Não houve propriamente um milagre português, isso vê-se com a evolução da pandemia a nível nacional e também a nível regional que, com a continuidade ou a tentativa de continuar, uma atividade económica que não fosse mais penalizadora que a própria pandemia, que, obviamente, era normal que houvesse uma proliferação de casos. É de saudar, efetivamente, aquilo que foi a postura deste Governo Regional, que começou e introduziu, pelo menos com mais clareza, medidas diferentes para aquilo que era

diferente. Efetivamente, não era concebível que houvesse aplicação de medidas iguais para aquilo que não era igual, tendo nós uma realidade arquipelágica e um controlo, no fundo, dos fluxos de pessoas entre as diversas ilhas. Isso é, sem dúvida, um ponto maior que importa, neste momento, salientar.

Relativamente àquilo que foi veiculado pelo Deputado Pedro Nascimento Cabral, da parte do CDS, eu julgo que o que é verdadeiramente importante é que quem tem responsabilidades políticas e públicas tem de contribuir para uma boa disseminação e compreensão das medidas propostas e que estão em vigor. E que não devemos cair no exercício fácil, no fundo, de ser caixa de ressonância das eventuais incoerências ou pressupostas incoerências que decorrem da aplicação de medidas que são restritivas. Ou seja, o que importa é que, efetivamente, nós também sirvamos de elo de disseminação e esclarecimento da população para que os açorianos estejam connosco, porque, efetivamente, neste momento em que temos, nos diversos órgãos de comunicação social, medidas aplicadas no Continente, toda a gente tem acesso e ouve, e medidas aplicadas diferenciadamente na Região, seja na ilha de São Miguel, seja na ilha Terceira, seja no Faial, é importante que, efetivamente, toda a gente contribua para esse esforço de disseminação e compreensão das medidas e que não entre, como foi dito nesta intervenção, pela fácil disseminação, no fundo, da contrainformação ou de gerar confusão, porque, efetivamente, quem está... ou seja, aquilo que é às vezes a palavra nas ruas é que se para uns é assim, para nós também o pode ser. E isso não contribui em nada para que nós possamos lutar condignamente contra esta pandemia e para que possamos levar, no fundo, a bom porto, aquilo que são as medidas e a proteção dos açorianos e também a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, que, obviamente, tem recursos limitados e que por isso precisa do contributo e colaboração de

todos para que nós possamos levar a bom porto, pelo menos até que haja um futuro mais risonho ou que possa pelo menos dar à população um sinal de que poderemos ultrapassar esta fase.

E isso, obviamente, acontecerá quando a campanha de vacinação que está a decorrer for ainda mais abrangente e quantas mais pessoas e quando tivermos, como o Governo aponta, a maior parte da população, sobretudo a população de risco, inoculada para o vírus.

E, pronto, da parte do CDS, neste momento, é isso, ou seja, julgo que o que importa mesmo referir é que nos cabe a todos este esforço de sensibilização da população para o cumprimento de medidas. E, obviamente, ser solidário para com o Governo para também apresentar medidas naquilo que possam ser as insuficiências das medidas apresentadas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado António Lima...

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Penso que estão a ouvir.

Presidente: Estamos a ouvi-lo. Sim, senhor. E a vê-lo também.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpa, estava aqui com um pequeno problema técnico.

Obviamente, inicio esta intervenção dizendo, saudando, obviamente, cumprimentando... Antes de mais, dizendo, peço desculpa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção, obviamente, cumprimentando o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, que nos traz uma declaração política que, na verdade e na sua essência, é um decalque daquela que foi a comunicação do Sr. Presidente do Governo.

Mas, na verdade, traz também algumas nuances que importa referir e importa também abordá-las. Em primeiro lugar, eu julgo que, sobre a pandemia, a gestão da pandemia, manda a prudência, e diria até o bom senso, que tenhamos muito cautela e não se embandeirar com os resultados do momento. Eu julgo que a história, até da gestão da pandemia nos Açores, numa altura em que até chegamos aos zero casos, já nos ensinou que este vírus é traiçoeiro, que, de um momento para o outro, quando por vezes até menos esperamos, a pandemia regressa, o vírus regressa por vezes em força, sem que seja até possível, do ponto de vista humano, conseguir precaver e prevenir esse avanço.

E a situação no Continente e em vários países também já demonstrou que a situação é fluida, existem vagas. E a prudência aqui deve ser palavra de ordem, seja na avaliação dos resultados positivos, ou até dos resultados mais negativos.

A situação no Continente, e uma palavra sobre isso, que me parece que é obviamente grave e extremamente preocupante. Aquilo que me parece que sobre isso deve ser feito é demonstrar a nossa solidariedade para com os nossos concidadãos que no Continente passam por uma situação absolutamente dramática. E não nos parece que sirva, de forma alguma, utilizar essa situação como termo de comparação para a situação atual nos Açores. Não poderia deixar de fazer esta nota sobre a intervenção do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado referiu a questão da educação e do ensino à distância. O ensino à distância, na Região, infelizmente, está longe de ser um sucesso. O ensino à distância, em si mesmo, nunca será um sucesso, porque é um ensino profundamente desigual, que deixa, efetivamente, alunos para trás, por um lado, porque não têm as mesmas condições em casa, as mesmas condições familiares, as mesmas condições de habitabilidade e as

mesmas condições de acesso a equipamentos para que o ensino à distância seja uma realidade e para que seja minimamente eficaz.

E em equipamentos, a verdade é que nesta segunda vaga os equipamentos continuaram a falhar. E, por relatos que nos chegaram, nesta segunda vaga, foi mais difícil e é mais difícil obter equipamentos do que na primeira, imagine-se! Ou seja, durante estes meses todos, pouco ou nada se fez sobre esta matéria. Há alunos sem equipamentos, continuando a utilizar, alguns deles, o telemóvel para aulas à distância, o que é completamente inconcebível.

Por outro lado, não posso deixar de dizer que, por exemplo, na vila de Rabo de Peixe, sujeita a cerca sanitária, com escolas fechadas desde novembro, os pais dos alunos sem equipamentos sejam convocados para irem à escola levantar as fichas de trabalho que os alunos têm que fazer. Ou seja, para além de não terem os equipamentos, têm ainda que sair de casa quando há um dever e uma obrigação legal até de ficar em casa. Ora, isto é completamente inconcebível e até de profunda irresponsabilidade.

Não podemos dizer que o ensino à distância está a funcionar bem na Região, porque não está.

Uma última palavra, sobre o emprego: aquilo que ouvi, até numa intervenção, noutra declaração política, é que o Bloco de Esquerda tinha intervenções extremistas. Aquilo que digo é que defender o emprego não é extremismo. Defender o emprego e a manutenção do emprego é defender os Açores, é defender os açorianos. E não podemos, de forma alguma, aceitar acusações deste tipo, porque, quando se criam apoios para as empresas, e elas precisam mais do que nunca desses apoios, esses apoios não podem permitir que sejam utilizados para pagar os despedimentos. Têm que ser utilizados, efetivamente, para manter o emprego. Se são programas para manter o emprego, é para isso que têm que servir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha palavra, para comentar a declaração política do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, refere o seguinte: Sr. Deputado, o sucesso das medidas de combate à Covid, nos Açores, estará, normalmente, assegurado pela nossa dispersão geográfica. Quer queiramos, quer não, há anos que estamos em confinamento, há anos que estamos em cercas sanitárias – nove cercas que nos separam. Aquele que tem sido o nosso principal problema ao longo dos séculos tem sido também o nosso principal aliado no combate a esse vírus.

Reconheço, no entanto, que o novo Governo, do qual o senhor também apoia enquanto parlamentar do partido que suporta o Governo, tem tomado medidas adequadas, tem-se mostrado útil, tem mostrado vontade de resolver os problemas. Não podemos esquecer que isso acontece, mas, permita-me, não tem sido só esse o sucesso. O sucesso, como eu disse anteriormente, tem a ver com a nossa dispersão geográfica. Comparar a realidade regional com a nacional é, efetivamente, um bom momento político. É sim, mas não podemos usar as péssimas iniciativas que têm sido feitas a nível nacional, ou que até nem têm sido feitas, para, no fundo, enaltecer o trabalho daquilo que tem acontecido nos Açores. O que tem acontecido a nível nacional é um desastre. E é um desastre que mostra a falta de norte da governação nacional a que temos ficado sujeitos.

Atualmente, governa-se para momentos eleitorais, não se governa para se resolver os problemas às pessoas. Tenho dito, não poucas vezes nos últimos dias e nas últimas semanas, que o que fez falta ao nosso País, nos últimos meses ou quase no último ano, foi a falta de sentido de estado, de

atempadamente criar regras na sociedade que pudessem gerir esta pandemia ao longo daquilo que se perspectivava já à data, de um assunto para mais de um ano.

Não foi devidamente gerido o ensino. Não foi devidamente gerido o emprego. Foi pessimamente gerido os transportes públicos. E o que é certo é que a realidade nacional, hoje, padece dessa má gestão.

Por isso, tenho manifestado, e reitero aquilo que disse, que é: já vamos tarde para implementar medidas adequadas aos problemas que temos.

E, hoje, e à distância que ainda estamos da resolução desse vírus, ou seja, à distância que ainda estamos de termos a nossa população totalmente vacinada, ainda é da maior importância que haja coragem para tomar medidas adequadas.

A nível regional, eu sei que se tem tentado fazer o melhor possível, é certo. Devo enaltecer que o facto de se ter encerrado os estabelecimentos de ensino foi uma medida adequada. No entanto, a nossa Região, tal como todo o País, vai ter um problema a prazo: o facto de se hibernar a vida às pessoas, à economia, às empresas, terá uma fatura enorme na nossa vida. Dificilmente teremos capacidade para contornar os problemas que nos esperam nas próximas semanas, nos próximos meses, porque há situações que não é vazando dinheiro em cima dos problemas, momentaneamente, que se resolve a situação.

E espero que este Governo, liderado pelo Dr. José Manuel Bolieiro, tenha a coragem e a lucidez de tomar as medidas necessárias para, no fundo, acautelar o futuro dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu começo a ficar preocupado comigo quando começo a concordar demasiado com o Sr. Deputado António Lima, mas a legislatura ainda vai no princípio.

O Partido Socialista trouxe para o combate político, para o debate político, as questões da pandemia. O Partido Socialista introduziu, no início desta legislatura, logo nos seus primeiros dias, as questões da pandemia e da propagação do SARS-Cov-2 como principal arma de arremesso político, diria eu.

E diria também que temos pena. Temos pena, principalmente, ao verificar que o PSD e o Governo não resistiram à tentação de seguir precisamente pela mesma cartilha, pela cartilha de tentar capitalizar politicamente os sucessos, mesmo que vitórias de Pirro, que se vão sucedendo com o combate à propagação do SARS-Cov-2.

Ora, isto, como disse há pouco o Sr. Deputado António Lima, até está a correr bem. O problema é que isso pode não correr sempre bem. E eu espero não ter que, daqui a umas semanas, vir cobrar isso do PSD e do Governo, porque é sinal que vai correr sempre bem. Mas é, no mínimo, pouco cauteloso tentar fazer de uma pandemia, é disto que se trata, ou seja, da propagação de um vírus que se propaga muito rapidamente, fazer dessas medidas de combate armas de arremesso político e de capitalização de créditos políticos, porque os créditos políticos que se capitalizam agora são aqueles mesmos que se vão pagar daqui a dias, como eu tenho alvitado já há bastante tempo e que ainda mesmo antes de ser eleito Deputado o fazia na minha intervenção cívica, que é o preço que vamos pagar de futuro, que as gerações futuras vão pagar por essas medida draconianas de combate ou de travar a propagação do vírus.

E, portanto, perante essa declaração política do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, eu diria mesmo que, do alto da minha arrogância, e permitam-me alguma arrogância neste momento, tivesse um pouco mais de contenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há inscrições.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Subsecretário, para inscrever...

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Do Governo, eu queria inscrever o Sr. Secretário da Saúde e do Desporto, o Dr. Clélio Meneses.

Presidente: Está inscrito, Sr. Secretário. Pergunto se há mais inscrições. Sras. e Srs. Deputados, o que está definido é nós fazermos uma ronda para inscrições neste tipo de debate. E, portanto, todos têm a possibilidade de participar. Agradecia que facilitassem a condução dos trabalhos e a organização dos trabalhos. Nós não podemos estar sistematicamente a parar para pedir inscrições. Um Sr. Deputado faz uma declaração política e o que está combinado é que logo a seguir eu abro as inscrições e os senhores fazem o favor de se inscrever, senão eu logo a seguir vou fechar inscrições. Pergunto se há mais inscrições e encerro as inscrições para esta declaração política. Portanto, não havendo inscrições, para a última intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Só de uma forma breve, porque, de resto, o Sr. Presidente do Governo, através da comunicação que fez ao Parlamento, já fez aquilo que é a

abordagem política que o Governo faz sobre esta matéria e neste momento. Por isso, sem querer sequer reproduzir algo que já foi aqui afirmado, só para manifestar aqui algumas ideias, nomeadamente no que diz respeito a um aspeto que me parece essencial: é que o balanço que está a ser feito e que foi feito pelo Sr. Presidente do Governo é um balanço necessariamente ao momento. Isto não é um balanço final, porque não poderá ser nesta altura. É um balanço ao momento exatamente na medida da análise e ação que é feita ao momento. Vivemos num tempo e perante uma realidade tão emergente e tão rápida de suceder que não podemos sequer fazer perspetivas de longo prazo ou análises de fundo. Estamos a fazer análises ao momento, de acordo com a ação exigível ao momento.

De resto, o que tem sido a matriz de ação deste Governo Regional sobre esta matéria é de agir com presença, com proximidade e em permanência. Isto é, através do aconselhamento que é dado pela Comissão de Acompanhamento que foi criada, atuarmos consoante aquilo que a circunstância determina.

Isto, como já foi aqui referido por vários Srs. Deputados, é uma exigência de cada momento, mas a qualquer momento também tudo isto pode descambar, tudo isto pode alterar-se. É preciso que tenhamos a consciência disto. Até agora, há uma perceção de que as medidas são genericamente adequadas a cada lugar, a cada tempo e a cada circunstância. No entanto, havendo qualquer deslize, qualquer descuido... E muitos deles, devo dizer, nem são conscientes. Não podemos sequer penalizar uma ou outra pessoa, uma ou outra parte da população dos Açores, ou sequer fazer uma caracterização sociocultural. Nem sequer devemos fazer isso. Há situações que nem são dependentes da vontade de cada um ou do descuido ou do desleixo. Algumas serão, mas muitas não serão. E, por isso, também fazer um apelo para não estigmatizarmos, para não deixarmos cargas negativas sobre aqueles que já estão a sofrer por terem sido vítimas da pandemia.

E, por isso, a qualquer momento tudo isso pode alterar-se. Temos a consciência pela disso, como também temos a consciência de estarmos a agir de boa-fé, com sentido de responsabilidade, sabendo que muitas medidas agradam a uns e não agradam a outros. Temos a consciência disso, mas também temos a consciência que não agimos sob pressão, não agimos por reação, mas agimos, queiram crer nisto, com seriedade e com muita determinação, determinação permanente de atuar em cada momento e em cada local e como as circunstâncias exigem e determinam.

Por isso, tomamos medidas que foram específicas na Região, que sofreram algumas críticas. Algumas não eram abordadas no resto do território, como fazer uma análise de acordo com níveis de risco, como através das testagens massivas que foram feitas, como as escolas com ensino à distância.

E a Sra. Secretária Regional da Educação terá oportunidade, durante este Plenário, de esclarecer as questões sobre esta matéria específica que foram colocadas pelo Sr. Deputado António Lima e outras. Não faz neste período tendo em conta o constrangimento regimental, porque o Governo apenas pode intervir através de um dos seus membros neste debate da declaração política.

Mas, como dizia, este Governo tomou medidas que antes não foram bem recebidas por alguns setores da sociedade, mas não foi por isso que as deixou de tomar, porque estava consciente que estava a agir de boa-fé e a agir de acordo com as circunstâncias e a fundamentação científica que elas exigem, como por exemplo determinar testar em primeiro lugar os lares. Também não foi entendido a nível nacional, mas grande parte destas medidas estão agora a nível nacional a ser recuperadas. Não é que com isto se queira levantar uma bandeira de que fomos os primeiros, não é com isto, se calhar, lançar uma bandeira de ataque aos outros, é para tranquilizar as pessoas e os

cidadãos açorianos de que estamos a fazer aquilo que, de acordo com o conhecimento disponível e com as circunstâncias, parece o mais adequado. É apenas esta perspetiva da tranquilidade que as pessoas devem ter, de que, naquilo que compete ao Governo, estamos a fazer aquilo que a nossa responsabilidade determina. Quando se decidiu encerrar foi assim, mas também quando se decidiu não encerrar escolas, quando se decidiu não fazer cercas, apesar da grande pressão da população até por proteção e por medo que o Governo determinasse isso. Mas em muitos casos o Governo determinou não fechar, não encerrar e atuar sempre, sempre, de acordo com cada circunstância, com cada contexto temporal, geográfico e até da própria evolução da pandemia.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Era esta a mensagem que gostaria de deixar, de que isto é um trabalho ao minuto e que depende de todos nós. É um apelo à responsabilidade cívica de cada um para que o comportamento de cada um determine aquilo que será o resultado global da resposta açoriana à pandemia. É esta, também, a mensagem que gostaria de deixar, assumindo, da parte do Governo, a responsabilidade que é do Governo, mas também fazendo mais uma vez este apelo à cidadania, este apelo à responsabilidade de cada um, porque, como disse desde a minha primeira intervenção a este nível, um dos grandes desafios deste Governo sobre esta matéria é passar do medo à responsabilidade e que cada um esteja consciente do seu papel neste processo. E quando isso assim for, mais facilmente teremos condições para ultrapassar este problema.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

E para encerrar esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral** (*PSD*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer, de forma sincera, os contributos e as intervenções do Sr. Deputado Rui Martins, do Sr. Deputado António Lima, do Sr. Deputado Carlos Furtados, do Sr. Deputado Nuno Barata e também do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto.

E solidarizar-me, naturalmente, com aquilo que foi, enfim, dito pelo Sr. Deputado Rui Martins no que se refere à posição que tem que ser assumida pelos partidos da oposição em juntarem-se ao Governo Regional nesta luta, que é uma luta permanente e é uma luta cujo fim não sabemos ainda quando irá chegar. E daí que apelando à responsabilidade dos partidos da oposição, à semelhança do que, aliás, o Partido Social Democrata sempre fez ao longo de todo o ano em que entramos nesta pandemia, em que, através dos canais próprios, comunicava ao Governo Regional as suas sugestões para que houvesse um combate mais eficaz, o que nós pedimos, o que este Governo pede, o que este Governo, enfim, deve exigir dos partidos da oposição é precisamente esta mesma solidariedade e não fazer como aconteceu com o principal partido da oposição, o Partido Socialista, através do seu Presidente, vir para praça pública criticar publicamente alguma ausência, alguma omissão por parte do Governo Regional no que diz respeito ao combate à pandemia.

E, por isso, fazendo, digamos, este apelo à solidariedade de todos os partidos políticos para que se juntem ao Governo neste combate, que é um combate extremamente difícil e que tem diversas variantes, exige que haja, de facto, esta solidariedade.

No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado, pois bem, naturalmente que a condição arquipelágica em que vivemos é também um

fator em que pode haver, digamos, duas interpretações: uma no que diz respeito à contenção da pandemia em cada ilha, mas também as dificuldades de transportes e de, enfim, ajuda do ponto de vista da saúde podem criar também entraves às ilhas mais isoladas. Tivemos, essa semana, um problema de contágio ou de um caso de Covid na ilha do Corvo. E foi necessário, enfim, atacar de imediato esta situação, como bem fez o Deputado Paulo Estêvão, no comunicado que publicou, do seu partido, apelando, efetivamente, a uma testagem massiva à população do Corvo devido precisamente a esta idiosincrasia e esta característica ímpar que a ilha do Corvo tem por não ter, efetivamente, o acesso tão rápido e tão eficaz como existe noutros lados da Região. Não há ventiladores no Corvo. Não há, digamos, assistência médica no Corvo que permita, digamos, auxiliar, do ponto de vista da fluidez e da rapidez, a um concidadão nosso que esteja afetado com este terrível vírus.

E também queria salientar, e deixando por último, as intervenções do Sr. Deputado António Lima e do Sr. Deputado Nuno Barata, porque, de facto, nunca estive aqui em causa, e daí faço, digamos, uma resposta aos dois simultaneamente, porque, de facto, não estiveram com atenção à minha intervenção. O Sr. Deputado Nuno Barata pegou aqui em alguns tópicos que eu referi, mas devia ter tido mais atenção, assim como o Deputado António, porque ninguém está aqui a embandeirar em arco, atenção! Nós somos um partido político responsável!

E, de facto, nós estamos, como disse bem o Sr. Secretário da Saúde, a lidar permanentemente com uma situação que não está devidamente assente onde vai parar e foi por isso que escrevi aqui na minha intervenção, para relembrar a memória do Sr. Deputado Nuno Barata, que este, e passo a citar, “é um combate difícil permanente, que obriga a impor medidas diferentes, adaptando-as à intensidade com que a pandemia se manifesta”. Portanto, não

é aqui um caso fechado. Não estamos perante um caso fechado. Estamos perante um caso aberto e que é preciso salientar as boas políticas que têm sido implementadas até à data para que os açorianos possam, efetivamente, sentir que têm um Governo que está a agir e que é não omissivo perante a situação pandémica em que vivemos. Era o que faltava se esse Governo ficasse permanentemente calado ou assumisse uma condição de omissão perante a incerteza com que os açorianos se defrontam com a questão do vírus. É nesta medida e neste sentido que é preciso dar conhecimento público e enaltecer, porque, de facto, tem havido uma consolidação descendente dos novos casos do SARS-Cov-2, para que, efetivamente, os açorianos sintam que têm um Governo que está a agir, um Governo dinâmico, um Governo que se adapta às diferentes circunstâncias que esta pandemia pode provocar nos momentos mais incertos.

Portanto, Sr. Deputado Nuno Barata e Sr. Deputado António Lima, mais atenção à minha intervenção, porque não foi isso que resultou das suas intervenções, porque, de facto, este é um combate que está longo. E, para reforçar, escrevi também que ainda temos, naturalmente, um longo caminho a percorrer. Este é um caminho que nós todos sabemos quando é que se iniciou, mas todos nós não sabemos quando é que ele vai terminar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Agora, invocar a determinação e o empenho do Governo Regional em acudir do ponto de vista das medidas mais prementes que têm sido tomadas é, efetivamente, fazer com que os açorianos sintam confiança, que têm um Governo que está a funcionar, um Governo que está atento ao evoluir da pandemia.

Naturalmente, tudo isto sem descorar e sem sequer fazer um contraponto de solidariedade, naturalmente, com todo o País, porque, de facto, nós somos

um país que é solidário. E noutras circunstâncias em que, efetivamente, os Açores precisaram, o País soube acudir os Açores em tragédias que nós atravessamos.

Portanto, para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo, salientar apenas e tão somente a implementação importante das políticas de Saúde e de Educação que este Governo Regional impôs para aguentar a qualidade de vida que os açorianos merecem e que têm direito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 14 horas e 30 minutos.

Eram 13 horas e 09 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Eram 14 horas e 34 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto n.º 1 da nossa agenda: **“Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XII – “Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Chamo a atenção de que o PAN fez uma substituição da sua iniciativa e é sobre ela que deve incidir o nosso debate e a nossa votação.

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Dispõe de 5 minutos. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo e demais presentes:

Muito rapidamente, o nosso pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 10, do PAN, foi solicitado para que exista, de forma célere, uma atribuição de apoios extraordinários para estes trabalhadores independentes, que permitam mitigar os efeitos produzidos pela inatividade laboral em resultado da atual conjuntura epidemiológica. Restrições laborais impostas pelo esforço de contenção da pandemia de Covid-19, que geraram uma quebra e uma estagnação do fluxo turístico nos Açores. Daí a urgência para que esta medida seja apresentada já de seguida nesta Assembleia, o mais urgente possível.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para participação neste debate. Não havendo, vamos passar à votação, iniciando pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu inscrevi o Deputado Francisco César.

Presidente: Sr. Deputado, estávamos a iniciar a votação. Mas tem alguém para participar no debate? Estávamos na votação da urgência.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Na discussão da urgência, eu inscrevo o Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Sim, senhor. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, para participar na discussão da urgência deste diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista considera que é urgente debater esta proposta de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto profissional de informação turística, tendo em conta a situação que atravessamos de total estagnação. O setor turístico está fechado e os profissionais de informação turística estão, neste momento, privados de qualquer tipo de rendimento proveniente da sua atividade e os poucos apoios que existem não são suficientes para a sua subsistência. Daí a importância de nós debatermos neste Plenário formas de os ajudarmos convenientemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Peço aos Srs. Deputados que se inscrevam. Não havendo inscrições, vamos passar, agora sim, à votação deste pedido de urgência, iniciando pelo Partido Socialista:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o seu sentido de voto, faz favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Costa.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Há alguém com o som ligado. Peço que desliguem, faz favor.

Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vilson Gomes.

Deputado Vilson Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Vasco Viveiros. António Vasco Viveiros...

Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira. Jaime Vieira...

João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Luís Garcia. O meu voto é contra.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): O meu voto é contra, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, eu abstenho-me também.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, a Iniciativa Liberal abstém-se.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Segunda votação:

António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Muito obrigado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado e Secretário Marco Costa para o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XII – “Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, foi aprovado com os votos: a favor, 25 do PS, 2 do BE, 1 do PAN; contra, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM; e com 2 abstenções do CH e 1 abstenção da IL.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação do diploma.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo e demais presentes:

É inegável que o setor do Turismo, muito em resultado de vários fatores como a liberalização do espaço aéreo, aposta empresarial e formativa no setor, assim como a diversificação da oferta, alavancou positivamente a economia da Região nos últimos anos e contribuiu para uma maior divulgação do nosso próprio património, quer nas suas variadas esferas, e a colocou como um dos destinos mais procurados nacional e internacionalmente. A influência deste setor está patente na sua contribuição para o Valor Acrescentado Bruto e Produto Interno Bruto regional.

Estima-se que, em 2017, o VAB gerado pelo turismo tenha atingido um valor de 12,7% da economia da Região, equivalente a 17,2% do Produto Interno

Bruto nos Açores, sendo que, em 2018, o VAB gerado pelo turismo representou 9,8% do VAB regional total. Estes valores são superiores aos referentes ao território continental e também aos da Região Autónoma da Madeira.

2019 deu continuidade à tendência de crescimento verificada em 2017 e em 2018, distinguindo o turismo, embora ainda de carácter muito sazonal em várias ilhas, como uma das grandes forças dinamizadoras da economia regional.

O mesmo já não se prevê para ano de 2020, que, devido ao contexto pandémico, revelou um percurso de quebra acentuada na ordem dos 92,2% ao nível das dormidas, segundo o Instituto Nacional de Estatística, em consequência direta das restrições.

Evidenciou-se, em 2020, uma variação negativa de 62,5%, em relação a 2019, no número de passageiros desembarcados na Região.

Ora, é por demais evidente que o decréscimo significativo do fluxo de turistas desembarcados na Região tenha provocado, direta e indiretamente, um decréscimo em várias atividades e empregos transversais ao setor, bem como nos rendimentos daí provenientes, principalmente para quem exerce, de forma exclusiva, o exercício da sua profissão diretamente ligada à área do Turismo.

Exemplo basilar dos efeitos decorrentes da situação epidemiológica vivida é a realidade atual dos profissionais de informação turística. Este setor profissional assistiu, em razão disto, à limitação do exercício da sua atividade profissional durante grande parte do ano de 2020, sendo que a perspetiva para 2021 não seja a de um ano de recuperação, pelo menos nos seus 1.º e 2.º trimestres.

É nítido que os apoios e medidas existentes para o setor têm-se evidenciado parcas e incapazes de colmatar as necessidades que os profissionais afetos ao setor do Turismo apresentam e nos manifestaram.

Não é exequível, com base nos apoios já previstos, que estas pessoas consigam suprir os encargos financeiros e satisfazer as necessidades básicas de vida, conduzindo a enormes constrangimentos financeiros.

Assim, e para que estes profissionais, que tanto dignificam a Região e o destino Açores no exercício da sua atividade profissional, consigam viver condignamente e sem hipotecar o seu futuro, quer pessoal, quer profissional, é necessário atribuir-lhes apoios reais e que, à semelhança do que tem sido alocado a outras profissões igualmente afetadas pela presente situação epidemiológica, permitam fazer, efetivamente, face às perdas manifestadas. Sem turismo não se constitui viável o exercício desta profissão. E se, neste período conturbado para o setor, não forem implementados apoios que colmatem os prejuízos daí resultantes, tornar-se-á insustentável estes profissionais continuarem ligados ao setor e conseguirem ter um nível e qualidade de vida condigna.

Estes profissionais merecem, mais do que o reconhecimento que lhes é devido, retorno governamental, sobretudo neste período incerto e de futuro repleto de incógnitas. Pelo seu contributo dado à Região, pela sua envolvência positiva na economia, quer pela sustentabilidade que incentivam junto daqueles que nos visitam, permitindo manter vivo este que é o “cartão de visita” dos Açores.

Entendemos, por isso, ser de maior importância e justiça para com estes profissionais a atribuição de um apoio concreto e que lhes seja direcionado. Isto porque, como é exetável e conforme já explanado, não se afigura provável, num futuro próximo, uma retoma efetiva, e nos moldes afeitos, do turismo na região. Não se prevê possível que estes profissionais, não obstante

a sua vontade e anseio, consigam recuperar, nos próximos meses, a sua atividade profissional de forma financeiramente viável, pelo que lhes é devido este apoio extraordinário.

Nenhum partido pode virar costas a estes profissionais que tanto deram e contribuíram para a Região!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Sr. Deputado, nós estamo-nos a reger por um regime especial de funcionamento, em que esse tipo de intervalos tem de ser melhor fundamentado. É para consensualização de alguma matéria?

O Orador: Sr. Presidente, como sabe, eu estou confinado e não tenho aqui o material de suporte nem estou num escritório onde possa aceder ao material. Entretanto, mandei para o hotel para ver se me traziam o conjunto de documentação que eu estou a precisar e neste momento não tenho. Por isso é que eu estou a pedir. Neste momento da discussão, uma vez que me encontro confinado e não posso abandonar o apartamento, estou nesta situação e nesta contingência, portanto, preciso de 15 minutos, 20 minutos, para ter acesso a esta documentação.

Presidente: Sim, senhor. Fazemos então um intervalo de 15 minutos. Pensa que é suficiente?

O Orador: É, Sr. Presidente.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o Regimento não prevê esse tipo de intervalo, Sr. Presidente. É apenas para consensualização de propostas. Não está previsto no Regimento...

Presidente: Sr. Deputado António Lima, o senhor tem que pedir a palavra primeiro. Eu depois posso-lhe conceder a palavra para esse efeito.

Deputado António Lima (BE): Peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: Eu estava a pedir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que pudesse fundamentar, atendendo exatamente a essa questão que estava a levantar. O Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de fundamentar. Eu acolhi a fundamentação dele e vou conceder um intervalo de 15 minutos. Regressamos às 15 horas e 05 minutos.

Eram 14 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Há bocadinho, também, não anunciei os tempos para este debate, que foi organizado pela Conferência de Líderes: o Governo, o Partido Socialista e, neste caso, o partido proponente, o PAN, têm para este debate 15 minutos cada; o PSD, 12 minutos; o CDS-PP, 8 minutos; o CHEGA, o Bloco de Esquerda e o PPM têm 6 minutos cada; e a Iniciativa Liberal, 4 minutos.

Estão abertas as inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma interpelação, por favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Catarina Cabeceiras...

Presidente: Diga, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Queria inscrever o Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Quero inscrever a Sra. Deputada Elisa Sousa e o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: Sim, senhor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu queria inscrever o Sr. Deputado Francisco César e o Sr. Deputado Rui Anjos.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever a mim próprio. António Lima. E tinha-me inscrito para uma interpelação à Mesa, por favor, quando possível.

Presidente: Eu já lhe dou a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, era para inscrever o Deputado José Pacheco.

Presidente: José Pacheco. Está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, quero-me inscrever a mim próprio. Paulo Estêvão, pelo PPM.

Presidente: Paulo Estêvão, do PPM. Mais inscrições?

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, eu queria, pelo Governo, inscrever o Sr. Secretário Regional das Finanças, o Sr. Eng.º Joaquim Bastos e Silva.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma inscrição. Nuno Barata.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, está inscrito.

Muito bem. Então, para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, pedir desculpa por ter intervindo há pouco sem solicitar a palavra, mas isso também se deveu ao facto do Sr. Presidente já estar a conceder o intervalo e, naturalmente, se não dissesse nada, seria tarde demais.

Eu gostaria de alertar para o nosso Regimento de Plenário por Meios Telemáticos, que, no que diz respeito aos intervalos regimentais, apenas permite, a requerimento de qualquer Grupo ou Representação Parlamentar, por cada reunião, intervalos apenas para consensualização de matérias ou propostas de alteração.

Ora, não foi esse o motivo alegado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão para solicitar o intervalo regimental. Ora, nada obsta que o intervalo possa ser ponderado, mas essa ponderação, na minha opinião, não cabe ao Presidente porque o Regimento diz claramente quais são os motivos para solicitar o intervalo regimental.

Deveria, o Sr. Presidente, ter solicitado uma opinião aos diversos Líderes Parlamentares, à Conferência de Líderes, sobre este pedido de intervalo. E faço este alerta. E, julgo eu, perante esta exceção, qualquer Grupo ou Representação Parlamentar poderá estar no direito de solicitar intervalos por outros motivos que não aqueles que estão regimentalmente previstos. Deixo este alerta à Mesa.

E, obviamente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reservará esse direito para solicitar intervalos regimentais se assim entender.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Registo a sua interpelação. Contudo, a Mesa foi sensível ao motivo invocado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e à sua condição, mas tomo boa nota da sua interpelação e assim agirei em conformidade.

Para o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só tenho som, portanto, eu não sei se estou sendo visto.

Presidente: Não, o Sr. Deputado não está a ser visto.

O Orador: E agora?

Presidente: Agora sim. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa que o PAN nos apresenta de ajuda aos profissionais da área do Turismo, o CDS tem a comunicar o seguinte: efetivamente, o setor do Turismo tem dado um grande contributo para o emprego e para a economia dos Açores, nomeadamente nos anos mais recentes.

É um setor, como toda a gente sabe, fortemente penalizado pelo atual estado de condicionalismo provocado pelas medidas de combate à pandemia.

O CDS é solidário, não só com os profissionais de informação turística, mas com todos os profissionais e empresários do setor do Turismo, bem como com toda a sociedade. Não podemos, aqui, criar guetos. Somos solidários com a restauração, que também, não vivendo exclusivamente do turismo, é penalizada pela redução do número de turistas.

Sabemos que o Governo se encontra a rever os mecanismos existentes a nível Regional, mas também a nível nacional, de apoios no âmbito da pandemia, para que, por um lado, haja uma lógica racional de auxílio, mas também, por outro, não se deixe ninguém para trás.

O CDS foi contra a urgência, porque, como o trabalho do Governo não está ainda concluído, será prematuro esta Assembleia pronunciar-se favoravelmente à atribuição de apoios nos termos propostos, correndo o risco de, ao fazê-lo, esta Assembleia ser injusta e discriminatória para outras profissões também do setor do Turismo, ou de outros setores igualmente afetados pela pandemia.

Não estamos a dizer que não queremos ajudar quem está necessitado. Não estamos a dizer que queremos adiar para mais tarde esquecer. É precisamente para não esquecer, nem abandonar ninguém, que esta matéria devia ter sido remetida para a Comissão Parlamentar.

Em tudo o mais, não temos nada a opor. Devem ser apoiados os trabalhadores de animação turística, mas também todos os demais profissionais que se encontram com dificuldades no exercício da sua profissão por força dos condicionalismos provocados pela pandemia, porque não há portugueses de primeira, nem há portugueses de segunda.

Esta proposta que o PAN nos apresenta cinge-se exclusivamente a uma atividade muito restrita. E nós tememos que haja outras atividades do setor, ou de outras áreas, que também devam merecer a nossa atenção.

E, portanto, quanto aos termos da proposta, deixamos claramente ao Governo a liberdade da sua aplicação, dentro de uma lógica de racionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O Turismo desempenha um papel vital na economia dos Açores, tendo representado, em 2018, 9,8% do Valor Acrescentado Bruto regional, sendo uma das principais atividades geradoras de emprego.

A pandemia veio quebrar o ascendente turístico da Região, fazendo com que este seja um dos setores mais afetados, com quebras drásticas na sua atividade, atingindo, não só empresas de alojamento turístico e de atividades complementares, empresários em nome individual, mas também centenas de trabalhadores independentes, entre eles os profissionais de informação turística.

Torna-se necessário estabelecer medidas que possam mitigar os efeitos da pandemia, não só no setor do Turismo, como nos mais diversos setores económicos diretamente afetados pela pandemia Covid-19, havendo para o efeito um apoio extraordinário à redução da atividade dos trabalhadores independentes, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD entende que este Projeto de Resolução poderá criar uma certa desigualdade junto dos trabalhadores independentes e empresários em nome individual que não sejam profissionais de informação turística.

Ainda que a presente iniciativa do PAN abranja um conjunto de profissionais em muito afetados pelas consequências da pandemia, as medidas de apoio deverão ser equitativas em termos de abrangência, sendo que a sua eventual aprovação constituirá uma iniquidade para outros profissionais, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD votou contra o pedido de urgência, considerando que, dada a importância e abrangência que estes apoios merecem, este Projeto de Resolução deveria ser analisado em Comissão, ouvindo para o efeito as entidades visadas no âmbito deste projeto.

Disse.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Sr. Deputado Francisco César...

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, está-me a ouvir?

Presidente: Sim, senhor. Faz favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, desde o início, reiterou a sua preocupação com os profissionais de informação turística, porque nós compreendemos, verdadeiramente, o drama por que estão a passar.

No ano de 2020, nós sabemos que todas as atividades ligadas ao setor do Turismo foram severamente afetadas pelo confinamento a que fomos sujeitos fruto desta doença, pela restrição da atividade económica que em muito penalizou, não só o rendimento das famílias, mas também a atividade económica das empresas.

No caso particular do Turismo, mesmo com o pequeno aumento face ao mês anterior nas épocas mais altas, não foi possível colmatar o défice de fluxos turísticos que tivemos na Região.

Sabemos que os hotéis conseguiram salvaguardar ou pelo menos moderar o impacto que a crise teve no ano de 2020, fruto de alguma pequena ocupação no verão.

Sabemos que na restauração conseguiram salvaguardar um pouco a sua atividade, fruto não só desse pequeno fluxo turístico no verão, mas também devido ao mercado interno e ao conjunto de medidas que permitiram que o mercado interno os apoiasse.

Mas tudo aquilo que esteve relacionado com a tour operação, nomeadamente a atividade dos guias turísticos, foi severamente afetado, porque eles, pura e

simplesmente, não voaram para os Açores, nós não tivemos fluxos de turistas a voar para os Açores.

E, portanto, a situação dos guias turísticos foi uma situação dramática, que mereceu a atenção das autoridades públicas, quer do Governo da República, quer do Governo Regional, e que necessita, hoje, com o prolongar da crise, de uma atenção ainda especial.

Por isso é que é fundamental ter atenção a este setor e a esta atividade, aos profissionais de informação turística, que muitas vezes não estão constituídos em empresas ou não são empregados por conta de outrem, são empresários em nome individual, são pequenas empresas, muitas vezes sem remuneração, muitos deles estão em exclusivo dependentes desta área.

E eles, durante muito tempo, deram um contributo muito grande para a promoção do Turismo e para a divulgação daquilo que são as nossas riquezas nos Açores. E, por isso, merecem, como outros setores também tiveram, como a hotelaria, como a restauração, como muitas outras áreas, merecem também um apoio particular da parte das autoridades.

Da parte do Partido Socialista fica aqui o nosso compromisso. Nós não vamos esquecer aqueles que estão a passar por dificuldades, como não esquecemos no passado. Nós não vamos esquecer outras áreas que estão a ser afetadas pela pandemia. E não vamos esquecer, neste caso em particular, os profissionais de informação turística, que estão a passar uma situação muito, muito complicada.

Isto, só por si, justifica a aprovação deste Projeto de Resolução do PAN, justifica o apoio do Partido Socialista.

E dizemos, também, que este próprio Projeto de Resolução, apesar de tudo, dá uma margem ao Governo Regional para poder aprovar este apoio e outros apoios a outras áreas. Nada impede o Governo Regional de poder apoiar outros setores de atividade exatamente com condições semelhantes.

Eu acho que é importante dar um sinal de que este Parlamento, de que os partidos políticos, de que os Deputados não olham para o lado nas dificuldades por que estão a passar a empresas, por que estão a passar os trabalhadores e quem tem muito trabalhado em prol desta terra. Eu acho muito importante nós darmos um sinal de que estamos ao seu lado nas alturas mais difíceis. E é isto que o Partido Socialista irá fazer com o seu voto a favor: dar um sinal de que os profissionais de informação turística merecem o nosso apoio.

Mas não só o nosso apoio financeiro, como o próprio Governo Regional deve, no âmbito da sua atividade e de um conjunto de programas que tem ao seu dispor, apoiar estes profissionais, por exemplo incluindo-os no Programa “Meus Açores, Meus Amores”, por exemplo incluindo-os num conjunto de ações de formação que pode dar em parceria com o Turismo de Portugal, em suma, dar um apoio de emergência imediato para quem está em enormes dificuldades, mas também providenciar trabalho para quem quer, naturalmente, ganhar algum rendimento através do seu trabalho. E isso também é um repto que nós lançamos ao Governo dos Açores, no sentido de ajudar quem está a passar por dificuldades, também, nesta área.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Sr. Deputado António Vasco Viveiros...

Não sendo possível, eu dou a palavra então ao Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado António Lima...

(* **Deputado António Lima (BE):** Peço desculpa, Sr. Presidente. Tinha o microfone desligado.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa da Representação Parlamentar do PAN pretende criar um apoio social extraordinário para os profissionais de informação turística, também conhecidos mais vulgarmente por guias turísticos.

É certo que estes profissionais são dos mais afetados pela enorme redução da atividade no setor do Turismo. Estes profissionais são dos mais atingidos pela crise, porque a grande maioria, efetivamente, não possui vínculo laboral estável, exercendo a sua atividade enquanto trabalhadores independentes. E, ao contrário de trabalhadores com contrato de trabalho, não estão abrangidos pelo regime de lay-off.

A fragilidade deste sistema, dos chamados recibos verdes dos trabalhadores independentes, está à vista nesta crise. Os trabalhadores independentes, dos mais variados setores, são brutalmente afetados pela crise devido, exatamente, à desproteção social a que estão sujeitos.

Tendo em conta que uma das necessidades e reivindicações até dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores é, efetivamente, a formação profissional, numa altura como esta de ausência de procura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda já deu entrada, nesta Assembleia, de uma iniciativa que recomenda a criação de cursos de formação e certificação para estes profissionais, com uma bolsa de formação associada no valor mínimo do salário mínimo regional. Parece-nos que isso faria até mais sentido do que a proposta que estamos aqui a debater, porque terá um impacto mais positivo na vida destes profissionais, pois, ao mesmo tempo lhes permite aumentar a sua formação e ver a sua atividade certificada, recordando que esta é uma atividade regulada.

Para além disso, a proposta agora em debate, não obstante a acompanharmos, não abrange, efetivamente, todos os trabalhadores independentes de outros

setores em situação semelhante. É fundamental que os apoios a criar sejam abrangentes e cheguem a todos e todas quantos necessitem.

Recordo que o Bloco de Esquerda, em maio passado, propôs a criação de um apoio extraordinário de ampla abrangência que, para além dos trabalhadores independentes, teria aplicabilidade a outros trabalhadores afetados pela redução na procura, por exemplo: trabalhadores de serviço doméstico, trabalhadores sem acesso ao subsídio de desemprego, outros pedidos durante o período experimental. Lamentavelmente, nessa data, essa proposta foi rejeitada pela maioria.

Os apoios criados para fazer face à pandemia têm sido verdadeiramente insuficientes. O Orçamento do Estado para 2021 prevê um apoio extraordinário aos trabalhadores, que, no entanto, exclui milhares de pessoas. Que se aplica, naturalmente, também à Região Autónoma dos Açores, mas que exclui milhares de pessoas devido à aplicação de uma severa condição de recursos. A enorme insuficiência desse apoio foi uma das principais razões que levou ao voto contra do Bloco de Esquerda no Orçamento do Estado para 2021.

Mas nós não desistimos de fazer tudo para que ninguém, efetivamente, fique para trás. Faremos, por isso, também, uma proposta que corrija, na Região, as lacunas desse apoio extraordinário previsto no Orçamento do Estado. E se esta proposta que estamos agora a discutir, se a proposta da Representação Parlamentar do PAN for aprovada, aquilo que se aplicará a estes trabalhadores deve aplicar-se também a outros trabalhadores na mesma situação. E por isso faremos os devidos ajustes e alterações à proposta que estamos a preparar para que, efetivamente, haja uma abrangência maior e que as mesmas condições sejam, efetivamente, dadas a todos os trabalhadores na mesma situação, para que tenham, efetivamente, o mesmo grau de proteção social que aqui se propõe.

Votaremos favoravelmente a iniciativa, mas deixamos, obviamente, este alerta e esta já intenção de alargar a proteção social que há na Região para trabalhadores afetados pelos impactos da crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta não exclui ninguém porque não impede ao Governo aplicar a outros setores, apenas propõe assegurar um direito que pode ser alargado.

E, para concluir, porque já foi tudo dito e muito bem dito, a propaganda dá sempre mau resultado quando ela substitui a ação. Faça-se!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Sr. Deputado José Pacheco...

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Estão-me a ouvir, não estão?

Presidente: Estamos sim, senhor. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Peço desculpa, é que às vezes falha aqui a internet.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o CHEGA preocupa-se também com esta situação que se passa no Turismo. Nós sabemos que o turismo foi um grande balão nos últimos anos.

A pandemia trouxe-nos esta escassez de recursos económicos. E que há este setor a passar por uma grande dificuldade. Mas também é certo, e como tem

sido dito, não apenas o setor do Turismo, os guias turísticos, mas há também alguns setores que estão diretamente e indiretamente ligados ao turismo e a outras atividades que têm passado pelas mesmas dificuldades: é o caso da restauração, como todos nós sabemos e aqui já foi referido; é o caso até dos transportes públicos, dos taxistas. Ainda hoje, um taxista dizia-me: chegar ao fim do dia e fazer 6 euros não sustenta uma casa de família.

Assim sendo, é favorável também a nossa posição quanto a este apoio extraordinário.

Mas, mais do que isso, há também uns trabalhadores, os chamados trabalhadores independentes ou a recibo verde, que também têm passado por grandes dificuldades. Aqui, também, o alerta ao Governo Regional para que estes também sejam contemplados.

Nós sabemos que esta pandemia pode durar meses, mas, seguramente, irá durar pelo menos mais este ano. Há que ter em conta fazer legislação no sentido que não seja um remendo rápido, mas que seja algo que possa, durante todo este ano e possivelmente o princípio do próximo ano, acautelar todos os setores, quer seja o Turismo, ou outros. E todos estes trabalhadores independentes, a recibos verdes, etc., que possam estar salvaguardados.

Uma outra coisa, porque muitos desses pequenos empresários, microempresários, não estão a pedir subsídios, eles estão a pedir algumas medidas extraordinárias, também, que os possam ajudar a ultrapassar esta barreira. E uma delas, e o CHEGA apresentará uma iniciativa parlamentar neste sentido, seria também a moratória da Segurança Social, ou seja, o adiamento dos pagamentos obrigatórios à Segurança Social, algo que pesa muito no orçamento de um pequeno empresário, de uma família que vive destes rendimentos, especialmente neste setor do Turismo, mas noutros setores também que estão a ver o seu rendimento muito, muito, muito reduzido. E, neste sentido, também vamos apresentar esta iniciativa.

E também penso que todas as forças políticas estão com alguma sensibilidade. Temos que ajudar o povo açoriano.

E, como alguém disse, não há açorianos nem de primeira nem de segunda, todos têm que ser ajudados, seja o Turismo, seja a Agricultura, seja o que for... Todos têm que ser ajudados!

E o Governo Regional, deixo também este alerta, porque as legislações podem-se fazer hoje uma, pode-se adaptar amanhã, podemos ir mudando, agora, não podemos é marcar passo e deixar que coisas aconteçam com tempo demasiado dilatado.

Sr. Presidente, muito obrigado. É esta a posição do CHEGA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Bom, gostava, em primeiro lugar, uma pequena nota, uma introdução que tem a ver com uma referência que não posso deixar de fazer ao Sr. Deputado António Lima, pela insensibilidade demonstrada em relação a uma situação, que é uma situação específica de confinamento e, portanto, que, obviamente, diminui as condições de trabalho em que eu estou a exercer estas funções, mas aqui estou para fazer aquilo que é o meu dever, mas com as limitações que todos compreenderão e que é uma diferença significativa em relação a todos os outros Deputados presentes aqui nesta sessão. Dito isto, a insensibilidade fica com cada um e demonstra, mais uma vez, com que espírito é que está no âmbito da discussão política e com que espírito é que está do ponto de vista da discussão democrática.

Eu devo dizer, em relação à matéria em concreto, que mesmo os Grupos Parlamentares que estão a apoiar esta proposta reconhecem que ela cria

situações de desigualdade, nomeadamente em relação a trabalhadores independentes, nomeadamente no que diz respeito até ao próprio setor.

Sendo um setor fundamental, o que eu considero é que nestas matérias não se devem criar situações que privilegiem ou esqueçam um determinado grupo de profissionais. O que é importante é que todos possam caminhar juntos e, portanto, que as medidas que sejam implementadas em cada momento sejam medidas implementadas no exato momento para todos os que se encontram naquela situação ou em situações semelhantes e que não criem situações de injustiça relativa. Por isso, eu acredito que o Governo está a criar os mecanismos necessários para que esta medida possa ser utilizada e que estes apoios possam ser dados a todos os que se encontrem em situações semelhantes ou idênticas e que estes mecanismos sejam mecanismos universais, não criando situações de injustiça do ponto de vista das medidas que têm que ser tomadas. E por isso mesmo é que eu considero que o Governo tem que estar em condições, e estará, de criar mecanismos que permitam uma resposta universal, que permitam uma resposta que ocorra no mesmo momento para todos e para que todos possam ter acesso aos benefícios e aos apoios que aqui são propostos, ou benefícios equivalentes. Por isso, a nossa posição é que não se deve criar estas situações de injustiça relativa.

O segundo ponto que quero referenciar também nesta matéria é também a importância, no âmbito de questões tão sensíveis, estando a sociedade açoriana a enfrentar uma crise tão grande, a importância de se ouvir os diversos agentes, porque é a audição, é através do contraponto das diversas posições, é através da apresentação aos Deputados de situações concretas que nós podemos desconhecer ou que têm menor visibilidade, que se cria um conjunto de mecanismos de apoio que possam ser mecanismos universais.

Ora, no âmbito desta, não foram feitas as audições, na minha perspetiva, que eram necessárias e que uma matéria deste tipo deveria ter obrigado. E, portanto, nesse sentido, também, foi por isso que votei contra a urgência.

Ou seja, em suma, considero com o Governo deve, e já deve estar a criar, os mecanismos que permitam uma resposta universal e uma resposta que permita que todos, ao mesmo tempo, possam beneficiar deste conjunto de benefícios e de apoios que aqui são propostos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves teve a iniciativa positiva de apresentar um Projeto de Resolução de apoio extraordinário aos trabalhadores independentes guias turísticos. Esta proposta, que é em si mesma, no contexto atual, uma iniciativa positiva, tem um problema sempre de coordenação com os programas existentes, que eu vou procurar explicar aqui para que os Srs. Deputados possam, com maior rigor, depois, apreciar o mérito da proposta e da sua eventual aprovação, que não é a posição que eu defendo, mas que vou, portanto, procurar, aqui, digamos, demonstrar que o trabalho em Comissão ou de coordenação com o Governo Regional sobre a matéria dos apoios seria essencial.

A proposta prevê a atribuição de um apoio não reembolsável no montante de seis salários mínimos regionais para os guias turísticos que tenham uma quebra de faturação superior a 40%, sejam trabalhadores independentes não empresários, ou sejam trabalhadores independentes empresários em nome individual. Vamos separar as duas situações:

Relativamente aos trabalhadores independentes que não são empresários em nome individual, existe um apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhadores independentes, da Segurança Social nacional com o complemento regional. E o Instituto da Segurança Social já deu um parecer relativamente ao problema da duplicação dos apoios. E, portanto, sobre essa matéria, chamo a atenção que o problema da duplicação de apoios levanta, por exemplo, problemas insanáveis relativamente à utilização de fundos comunitários;

Relativamente aos trabalhadores independentes que são empresários em nome individual, existiu um programa específico denominado Programa Açoriano de Apoio aos Empresários em Nome Individual, cujas candidaturas encerraram em 31 de dezembro de 2020, que, a título de exemplo, atribuíam cerca do dobro do apoio que este sistema agora proposto defendia. Portanto, quebras de faturação de 41% nos meses de 2020 em relação a 2019 podiam obter 120% do salário mínimo regional por cada mês, até ao máximo de seis meses, ou seja, 12 salários mínimos regionais. E, portanto, esta medida era de cariz, digamos, mais favorável do que a agora proposta.

No momento atual, desde sexta-feira, os trabalhadores independentes que são empresários em nome individual têm acesso a dois APOIAR.PT: têm o APOIAR.PT para os primeiros três trimestres deste ano, que está aberto desde sexta-feira, e que atribui, portanto, 20% das perdas de faturação nesses trimestres, portanto, a esses empresários; e existe o do quarto trimestre que dá o dobro do apoio. Para perdas de faturação superiores a 40%, os empresários podem ter um subsídio não reembolsável do dobro deste valor. E, portanto, o APOIAR.PT é o programa que está em vigor.

Chamo também a atenção que nós tivemos um certo atraso no APOIAR.PT, que entrou na sexta-feira, porque, numa reunião com a União Europeia, no dia 13 de janeiro, foi levantado o problema da prova da não duplicação dos

fundos comunitários, da não sobreposição, portanto, como uma questão regulamentar. E é por isso que eu chamo a atenção que, se for esse o entendimento dos Srs. Deputados, ficando o compromisso do Governo Regional de encontrar pelo menos um apoio a este setor e a outros idênticos, da mesma natureza ou superior, penso que superior de acordo com as palavras que estou aqui a ter, que não seria prudente a provação desta medida sem a coordenação com as existentes. Mas, como é óbvio, os Srs. Deputados é que são soberanos relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Foi a Iniciativa Liberal quem, durante a campanha eleitoral, trouxe à colação pela primeira vez este assunto, assunto que eu quase diria que foi canibalizado pelo PAN e pelo Partido Socialista depois de terem recebido em audiência os guias turísticos, aqui na Delegação da Assembleia, em Ponta Delgada. Nada tenho contra isso, tivesse eu sido mais rápido e provavelmente a proposta seria um bocadinho melhor.

Não está aqui em causa o enquadramento, quer no APOIAR.PT, quer em outras medidas paralelas, porque, mesmo que estivesse enquadrado no APOIAR.PT e estivesse apoiada a situação destes profissionais, ela seria sempre insuficiente. Não estamos a falar de quebras de faturação, estamos a falar de paragem absoluta de atividade. Paragem absoluta de atividade para um setor que é fundamental, como já toda a gente aqui disse, para a promoção turística dos Açores.

E se quiserem falar de turismo, eu digo, desde já, que a única via de recuperarmos este setor é mantermos a visibilidade, é mantermos profissionais, é mantermos a oferta, para que, quando o sistema pandémico recuperar, o turismo possa ser de novo uma alavanca do VAB, uma alavanca do PIB, uma alavanca da economia, a alavanca que quiserem e como quiserem chamar e valorar.

Estranho, de facto, a preocupação do Partido Socialista nessa matéria, quando, de março a novembro, o Partido Socialista nada fez para com esses profissionais. Zero! Zero literal! Não é mera retórica! É uma realidade! É matemática! É aritmética: zero é igual a zero!

“Antes tarde do que nunca”, diz o povo sábio, que eu gosto muito de citar de vez em quando, em lugares comuns.

Não se trata só ir identificar ao terreno quem são esses profissionais e qual foi a perda de rendimento que tiveram. Esses profissionais atraem para a Região, são um meio de promoção de turistas, atraem para a Região grandes fluxos de turismo e, acima de tudo, introduzem na nossa economia valores que são incalculáveis de receita informal. Isto não é de menosprezar! Nós temos, às vezes, algum pejo em falar de economia informal. Se há setor onde existe muita informalidade na receita é precisamente este. E o facto de o Estado ter contribuído para a paragem absoluta destes profissionais, não quer dizer que eles não sejam valorados, agora, neste momento. E, portanto, tem que ser o Estado, e isto vindo de um liberal é claro, a resolver o problema que criou, porque as pessoas não podem ser largadas ao abandono desta forma, mesmo que essas receitas fossem receitas informais e que não tenham contribuído para os impostos diretamente. Elas contribuíram para a economia indiretamente.

E nós sabemos, quem já trabalhou neste setor, como eu já trabalhei, sabe perfeitamente que, por exemplo, quando lidamos com grupos de americanos

ou quando lidamos com grupos de espanhóis, a receita informal é quase igual à receita formal, se é que me faça entender.

E, por isso, eu queria deixar uma pergunta ao Sr. Secretário, no sentido de esclarecer a Câmara: se, de facto, forem identificadas as falhas no acesso, por exemplo, ao APOIAR.PT, aos dois APOIAR.PT que estão em causa, do enquadramento desses profissionais, se o Governo está disposto e está disponível para rever estes apoios. E só depois desse esclarecimento, então, poderei, ou poderá a Iniciativa Liberal indicar o seu sentido de voto no projeto do Partido dos Animais e Natureza.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que a Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se o Sr. Deputado António Vasco Viveiros já está em condições de participar no debate. Sr. Deputado António Vasco Viveiros...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sim, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Eu prescindo, neste momento.

Presidente: O Sr. Deputado prescinde.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Ó Sr. Presidente, eu, de futuro, posso-me esquecer de responder para depois falar no fim, depois dos outros?

Presidente: Eu não percebi, Sr. Deputado. Peço desculpa.

O Orador: Se essa prática vai ser corrente. Se eu posso usar isto como um estratagema para não falar na altura em que estou inscrito e falar no fim.

Presidente: Eu penso que não foi estratagema nenhum. Eu penso que foi uma falha técnica. Pelo menos foi isso que me foi informado.

O Orador: Fico esclarecido.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, posso esclarecer?

Presidente: Sr. Deputado, os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares é que fazem as inscrições.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Presidente: Sr. Deputado, o senhor está a chegar em péssimas condições técnicas. Não o conseguimos ouvir.

O Orador: [*inaudível*] O debate decorreu. E, neste momento, antes da resposta do Sr. Secretário [*inaudível*].

Presidente: Sr. Deputado, eu peço-lhe que, juntamente com os serviços, consiga melhorar as suas condições, porque, de facto, nós não conseguimos ouvir a sua intervenção.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): E foi este o motivo, Sr. Presidente, se me permite, por que o Deputado António Vasco Viveiros não conseguiu falar há bocadinho.

Presidente: Continuo sem perceber, mas penso que pelo contexto geral todos já percebemos. Vamos ultrapassar essa questão.

E pergunto se há mais inscrições para este debate.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, da parte do CHEGA, queria-me inscrever a mim próprio, por favor.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito. Mais intervenções?

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, por parte do Governo, gostava de inscrever novamente o Sr. Secretário da Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, também gostava de me inscrever.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado Pedro Neves.

Não havendo mais inscrições, vamos continuar o nosso debate com o Sr. Deputado Francisco César. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, julgo que me estão a ouvir.

Presidente: Estamos a ouvir, mas não estamos é a vê-lo.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer que, até agora, quer o Governo anterior, quer o Governo da República, em todas as medidas que tem tomado, tem tido o cuidado de discriminar positivamente exatamente aquelas atividades que estão a ser severamente mais penalizadas. E, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, na única parte em que eu concordei na totalidade com a sua afirmação, o caso dos guias turísticos é um caso em que a atividade cessou totalmente. Cessou totalmente, digamos, nas receitas, porque não teve qualquer tipo de apoio.

Aquilo que o Sr. Secretário Regional referiu aqui também me parece não fazer muito sentido. Em primeiro lugar, o APOIAR.PT que foi referido é um apoio a empresas, não é um apoio destinado a trabalhadores independentes. Nós tivemos um conjunto de apoios que lançamos no passado,

nomeadamente o complemento açoriano de apoio aos trabalhadores independentes, que, aliás, até novembro, tiveram cerca de 3111 candidaturas. Mas também convém dizer, a propósito do que foi referido sobre fundos comunitários, que este mesmo programa não tem qualquer tipo de financiamento comunitário.

E, portanto, o que me parece aqui bastante claro é o seguinte: nós temos uma proposta da parte do PAN que apoia os guias turísticos. É uma Resolução que, concretamente, explicita o tipo de apoios que os guias turísticos podem receber, mas nada impede que o Sr. Secretário Regional possa, no âmbito da interpretação que faz dessa Resolução, alargar o âmbito da mesma e integrá-la num programa que seja existente.

O fundamental, aqui, para o Partido Socialista, é o seguinte: é ajudar os trabalhadores do setor de informação turística e ajudar com apoios concretos. E, portanto, tem sido esta a posição do Partido Socialista e continuará a ser esta a posição do Partido Socialista, salvaguardando que a argumentação referida pelo Sr. Secretário Regional não faz muito sentido, porque quer o programa que referi não tem financiamento comunitário, quer o outro que não contempla os trabalhadores independentes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

É assim, o CHEGA...

Presidente: Peço aos colegas que desliguem o microfone, se faz favor.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O CHEGA entende que esses trabalhadores independentes são pessoas que merecem o respeito e a atenção de quem governa esta Região. É nessa presente realidade que entendemos por bem que devem ser aprovados os

apoios a essas pessoas que, de forma honrada, têm vindo a honrar aquilo que é a nossa Região.

No entanto, a nossa votação vai depender daquilo que serão os esclarecimentos que precisamos que o Governo esclareça com clareza: se essas pessoas vão estar devidamente apoiadas pelos programas que já existem, ou se, efetivamente, os programas que o Governo prevê para essas pessoas limitam-lhes relativamente àquela que é a proposta do PAN. Porque não podemos votar, por exemplo, contra a proposta do PAN na informação de que a proposta do Governo Regional é menos favorável a esses profissionais.

E, portanto, nós pedimos que o Governo Regional preste os ditos esclarecimentos, tão numéricos quanto possível, relativamente a esse assunto, porque dependerá dessa informação a nossa votação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entendo que devo responder de forma separada relativamente aos trabalhadores independentes que não são empresários em nome individual e relativamente aos trabalhadores independentes que são empresários em nome individual.

E ao assumir compromissos relativamente a essas duas situações, eu estou a responder às dúvidas levantadas pelos Srs. Deputados Nuno Barata, Francisco César e também pelo Sr. Deputado Furtado, do CHEGA, porque,

na verdade, se me permitem interpretar a posição transmitida, a posição dos Srs. Deputados vai no sentido de: ou votam a favor desta iniciativa, ou têm garantias do Governo de que os programas que serão aplicados a estes profissionais, empresários ou não empresários, são iguais ou superiores à proposta que está em apreço.

Pois, relativamente, portanto, aos trabalhadores que não são empresários em nome individual e que estão sujeitos, neste momento, ao apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, que é nacional e que tem um complemento regional, fica o compromisso do Governo Regional, através da Vice-Presidência, de procurar que o complemento regional garanta, digamos, que estes trabalhadores venham a ter uma compensação pela sua inatividade ou redução de atividade pelo menos idêntica àquela que está nesta proposta do PAN.

Relativamente aos trabalhadores independentes que são empresários em nome individual, o critério que o Governo Regional está a seguir agora é de não distinguir a sua situação e passar a considerá-los no âmbito dos apoios às empresas.

E também ficará aqui o compromisso, ou fica já, que, com o APOIAR.PT, que é um programa bastante mais simples do que aquele que o Sr. Deputado Francisco César citou, que eu já me vou referir em particular a ele, portanto, que tem duas componentes – os primeiros três trimestres, portanto, que a perda de faturação é compensada em 20%, e tem o quarto trimestre que é compensada no dobro –, também, far-se-á a verificação da sua aplicação e fica o compromisso de que a compensação obtida seja pelo menos idêntica ou superior.

Chamos a atenção que o programa que estava em vigor e que foi mencionado pelo Sr. Deputado Francisco César e que eu próprio também tinha mencionado, chamado Programa de Apoio aos Empresários em Nome

Individual, foram apresentadas 770 candidaturas, com uma previsão de apoio de 733 mil euros ou 734 mil euros, mas o valor que chegou às empresas foi só de 41900 euros. O que quer dizer que são, digamos, programas com uma formatação difícil e burocrática e que a sua própria execução fala por si, ou seja, para uma previsão grande ou para um anúncio muito grande tem uma execução muito pequena, aliás, como noutros programas que eu, ao longo desta semana, sempre que for a propósito, poderei também realçar.

Portanto, o que fica aqui, da minha exposição, claro é: quer na situação de trabalhadores que não são empresários, quer na situação de trabalhadores que são empresários em nome individual, fica o compromisso do Governo de fazer as adaptações ou correções ou verificações que garantam que a proposta hoje feita não é inferior em matéria de apoios daqueles que serão atribuídos a partir de agora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu já vi muitos argumentos da parte dos partidos para tentarem conseguir fugir à sua responsabilidade societal de pessoas que necessitam da ajuda de todos os partidos.

E já chateia um pouco ouvir os partidos dizerem que o PAN não percebe nada disto e faz as coisas a correr, quando, à partida, existe um trabalho de fundo. E não é um trabalho de fundo que é feito desde que o PAN tem uma Representação Parlamentar, isto é um trabalho de fundo de há 9 anos. E queremos, obviamente, robustecer vários profissionais específicos em algumas alturas, passo a passo, e não querer abranger tudo e todos, não por

falta de esquecimento, não para não dar uma prioridade a alguém a mais do que aos outros. Mas a Assembleia Regional é feita com 57 Deputados, 8 partidos, e que cada partido pode meter a sua iniciativa específica para uma situação, para um timing correto.

Por isso, esse tipo de argumento da parte da direita, neste caso do PSD, do CDS e do PPM, demonstra que todas as iniciativas das legislaturas passadas, dentro da Assembleia Regional dos Açores, que foram extremamente específicas, às vezes, pelo menos na minha ótica, bastante injustas para as outras ilhas, às vezes era tão específica em termos de ilha, que vamos mandar tudo abaixo só porque o PAN quer especificar unicamente uns profissionais que têm bastantes necessidades. Não é só neste momento, mas desde o início da pandemia, em abril do ano passado. E foi com esse intuito que o PAN quis fazer esta iniciativa, não querendo, obviamente, abranger todos, é apenas uma iniciativa específica.

E serão, obviamente, realizados outros passos para outros profissionais de saúde que também estão com graves problemas financeiros.

E nós também já nos reunimos com os empresários de alojamento local, com os empresários da restauração, com algumas empresas da hotelaria, para saber especificamente quais são as necessidades práticas e concretas dos profissionais. E nós ao tentarmos abranger tudo, aí sim demonstra que podemos estar a ser injustos, porque a realidade poderá ser diferente, apesar do setor ser o mesmo, neste caso do Turismo.

E também quero dizer que existem dois Órgãos de Soberania nos Açores: um é o Governo Regional e o outro é a Assembleia Regional. Não tenho que estar à espera que o Governo Regional faça tudo, senão nós não estávamos aqui a fazer nada, íamos para o sofá e íamos ver televisão e não estávamos aqui, obviamente, em videoconferência juntamente com os 57 Deputados e com os Membros do Governo Regional.

O Governo Regional está a fazer o seu trabalho também de forma específica, peço imensa desculpa dizer, às vezes de forma específica e não sectorial. E nós temos que fazer o mesmo, nós como deputados, nós como partidos, temos que fazer iniciativas para conseguir, obviamente, ajudar todos os açorianos e não deixar ninguém para trás, como o CDS quis dizer que o PAN quer fazer. Não, o PAN não quer fazer. O PAN não é sequer esquecido. O PAN tem uma boa memória, uma memória de elefante. E quer, neste momento, apenas ajudar com um apoio para os profissionais de informação turística.

Os profissionais, como foi dito pelo Bloco de Esquerda, também pelo PS, até o CHEGA disse que, por serem trabalhadores independentes e por terem, às vezes, empresas com uma faturação bastante diminuta, se calhar, os apoios não chegaram a todos. E foi isso exatamente aquilo que aconteceu.

Pelos argumentos do CDS e do PSD, admitem que, obviamente, sim, o contributo do turismo para o emprego e para a economia está a ser penalizado. Existe uma especificidade, sim, e que não é racional da parte do PAN. Mas preferem, então, devido a essa injustiça, provavelmente, votar contra uma iniciativa que vai ajudar os profissionais que não foram elegíveis dentro de determinados apoios.

E já vou, mais à frente, responder ao Governo Regional relativamente a isso e também retorquir com uma pergunta. Aí mostro mesmo a ignorância de algo que o Sr. Secretário Regional das Finanças disse e que eu tenho total desconhecimento, não por não fazer o trabalho de casa, mas porque desconheço mesmo por completo.

Responder ao Sr. Deputado Nuno Barata, que as conversações com estes profissionais existiram a primeira vez em maio de 2020. Estava em maio de 2020, mesmo antes quando o PAN não tinha representação parlamentar. Finalizamos algumas notas em outubro, nova reunião. E fizemos outra

reunião quando o Sr. Deputado Nuno Barata espreitou no gabinete do PAN. Obviamente, espreitou também no gabinete do PS e mais alguns partidos. Mas eu quero dizer que o PAN já anda a trabalhar aqui há 9 anos, na Região, a auscultar todas as entidades que têm necessidades. E não fomos um paraquedista na altura da campanha regional de 2020. Nós já temos o trabalho feito há 9 anos, mesmo sem Deputado, com trabalho feito pós-laboral. Por isso, isto não foi algo a correr, Sr. Deputado Nuno Barata. Isto foi algo bem trabalhado e trabalhado, obviamente, com os profissionais. Nós apenas usamos a voz de determinados profissionais, em alturas concretas e específicas, porque essas pessoas é que sentem essas necessidades. Não temos a arrogância política de querer fazer tudo e não ouvir, obviamente, os profissionais.

Isto agora para responder ao PPM: nós pedimos urgência, porque é uma urgência, porque eles têm faturação zero! Aliás, eu peço imensa desculpa, não têm faturação zero, têm uma faturação de menos 63 euros, porque continuam a pagar à Segurança Social. Não estão a faturar desde abril de 2020, mas continuam a pagar à Segurança Social 63 euros todos os meses. E aí está a injustiça.

E para responder propriamente ao Sr. Secretário Regional que dá voz ao Governo Regional: sim, nós sabemos que houve o apoio. Não vou repetir aquilo que já foi dito pelo Deputado Francisco César. Disse muito bem. Também estava dentro das minha notas. Houve o apoio à desproteção social, que finalizou a 31 de dezembro, sob a forma de empréstimo e não compensação. O PAN está a pedir uma compensação e não um empréstimo. Um empréstimo não ajuda a quem tem uma faturação zero. Quem tem uma faturação zero, quando tem um empréstimo, obviamente, se tem que ser reembolsável...

Estamos a falar de um IAS e não de um ordenado mínimo como é pedido pelo PAN, um IAS, que acho que não há dignidade para nenhuma pessoa conseguir sobreviver com um IAS e não com um ordenado mínimo. Aqui há uma grande diferença em termos de valores.

E com zero de faturação, obviamente, a maior parte dos profissionais não quiseram candidatar-se. Porquê? Primeiro, porque não tinham faturação suficiente para estarem elegíveis. Segundo, porque se pedissem esse empréstimo e se provavelmente as coisas não corressem bem para 2021, e não estão a correr, devido a uma precaução não podiam sequer fechar essa atividade porque ficavam sempre agarrados a um empréstimo que tinham que dar.

Aquilo que eu pergunto ao Sr. Secretário, de forma bastante humilde, e não sexta-feira porque o nosso projeto é do princípio de dezembro, nós fizemos no princípio de dezembro, não fizemos no princípio de janeiro: quais são os apoios existentes que aconteceram, presumo, na passada sexta-feira? E eu já tenho uma iniciativa há quase dois meses a tentar que seja apresentada no Plenário.

Não estamos, obviamente, de costas voltadas para as entidades que tinham que ser ouvidas em Comissão, isto para responder ao Sr. Deputado do PPM. Obviamente, se a iniciativa é específica, porque é que nós temos que ouvir outras entidades dentro do setor turístico, quando, à partida, nós só queremos, obviamente, apoiar uns profissionais, neste caso os profissionais de informação turística, que são os primeiros e é cartão de visita para os Açores, tanto em termos de sustentabilidade ambiental também, quer por uma forma, desculpem o vernáculo, fazem o policiamento de turistas que, supostamente, não têm a mesma sustentabilidade que nós precisamos para os Açores?

Agora, o PAN, obviamente, não irá esperar, como foi dito e sugerido, que o Governo Regional ou os outros partidos façam iniciativas, ou esperem que nós possamos fazer alguns passos dentro da Assembleia Regional. Nós temos, sim, esse poder de legislação e todos os partidos têm esse poder e devem, obviamente, apresentar iniciativas, para que a gente consiga, conjuntamente, a Assembleia Regional e também o Governo Regional, fazer com que as vidas dos nossos açorianos sejam bem melhores para o futuro próximo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que o PAN esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Catarina Cabeceiras. Gostava de inscrever o Deputado Pedro Pinto, se faz favor. Obrigada.

Presidente: Está inscrito.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever. António Lima.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, está inscrito.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, gostaria de inscrever, da parte do Partido Socialista, o Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado, muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tal como eu referi na minha primeira intervenção, o CDS não está contra os apoios a estes profissionais nem a quaisquer outros profissionais de qualquer área que seja. Obviamente, nós não queremos é criar uma injustiça.

Tanto quanto consegui apurar, no Orçamento de Estado, aprovado recentemente, o artigo 156.º prevê medidas para apoiar extraordinariamente o rendimento dos trabalhadores, sejam eles a recibo verde, empresários em nome individual, ou outro tipo de trabalhadores, que irá vigorar de janeiro a dezembro de 2021. Obviamente, esta medida ainda não está regulamentada, pelo que, obviamente, ainda não está em execução.

E, portanto, importa aqui, nesta fase do debate, também, cada um dizer o que é que pretende: se pretendemos que o Orçamento Regional possa vir em complemento às normas nacionais, ou se querem que, simplesmente, se faça uma legislação regional com verbas exclusivamente regionais e se ignore e, portanto, se desperdice as medidas nacionais.

E, portanto, nós estamos, obviamente, preocupados com a perda de rendimentos. Nós queremos que esses apoios cheguem o mais rápido possível, não só a estes trabalhadores que estão aqui focados nesta iniciativa, mas a todos os outros.

Ainda alguém, durante este debate falou, por exemplo, nos taxistas. Eu recordei-me, por exemplo, de empresas ou empresários ou pessoas a nível individual que, por exemplo, fazem limpezas em alojamentos, que também, obviamente, têm a sua atividade reduzida e, portanto, também estão prejudicados pela redução da atividade turística.

E, portanto, tal como eu disse na nossa primeira intervenção, nós não queremos, ao ajudar uns, criar uma injustiça.

E, portanto, como, estas medidas do Orçamento de Estado, se prevê que brevemente entrarão em vigor, eu acho que devemos dar tempo ao tempo. Também não vão demorar assim tanto tempo para que entrem em vigor. E,

portanto, deveremos, depois, definir a nível regional se há, ou não, necessidade de haver algum complemento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho novamente neste debate, obviamente, tendo em conta o desenrolar do debate e algumas informações que também nos foram transmitidas pelo Governo, pelo Sr. Secretário Regional das Finanças.

E gostaria de fazer um ponto de situação no que diz respeito a esta proposta e àquilo que tem sido o debate e àquilo que nós, nesta fase, podemos afirmar. Ora, sendo que esta proposta, como referi na minha intervenção inicial, não é suficientemente abrangente, nada obsta que o Governo, se aprovada, na implementação, na execução desta medida, a torne mais abrangente. E se quiser, obviamente, melhorar, nada impede que assim o faça.

No entanto, há aqui também questões, tendo em conta aqueles que foram os compromissos do Sr. Secretário Regional em estudar a criação de apoios com vista a, efetivamente, abranger estes trabalhadores e, eventualmente, outros em situação idêntica. Eu gostaria de perceber, exatamente, qual é a visão do Governo e o que é que pretende o Governo fazer tendo em conta aquele apoio, que foi referido já há pouco pelo CDS, previsto no Orçamento de Estado, nomeadamente no seu artigo 156.º, o chamado Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores.

Esse apoio tem um conjunto de possíveis beneficiários, porque são vários, não se reduz a estes, entre os quais estão os trabalhadores independentes. Ora, este apoio está sujeito a uma condição de recursos. E essa condição de

recursos é bastante limitativa. Aliás, é uma das grandes críticas do Bloco de Esquerda a este apoio.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente, para concluir a questão.

Porque deixará de fora muitas pessoas que, aliás, estão a receber, neste momento, apoios nacionais que foram prorrogados durante este mês devido à falta de regulamentação ainda por parte do Orçamento de Estado e deixarão de receber com as regras que estarão em vigor com o Orçamento de Estado. A questão que se coloca, neste momento, é: o que é que o Governo fará relativamente a este apoio ou em apoios que, eventualmente, criará? Serão sujeitos à mesma condição de recursos? Como é que o Governo lidará com essa condição de recursos que está prevista, efetivamente, no Orçamento de Estado?

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós já temos algum tempo de discussão e vários argumentos já foram aqui explicitados no sentido de criticar a proposta que foi apresentada pelo PAN. Há aqui dois que me merecem, a meu ver, um comentário mais acentuado. O primeiro argumento contra que foi aqui colocado é de que este apoio aos profissionais de informação turística era um apoio que discriminava de uma forma demasiado positiva a atividade e os profissionais de informação turística em relação aos outros. Eu acho que o comentário que isto me merece tem a ver com o seguinte: a situação dos profissionais de informação turística é uma situação muito singular, é uma situação de paragem total da sua atividade.

Nós falamos com vários profissionais de informação turística que me disseram, alguns, que há mais de dois meses não tinham qualquer tipo de rendimento proveniente da sua atividade. E o que me parece é que, para quem está numa situação como esta, merece um apoio pelo menos no montante que é aqui referido nesta proposta.

Da mesma forma que aqueles que não são profissionais de atividade turística e que têm uma situação financeira, de rendimento, muito semelhante, fruto da paragem da sua atividade, devem, a meu ver, também ter um apoio semelhante sobre esta matéria, um apoio semelhante ao que está aqui.

E o que está em causa não é reduzir os apoios aos profissionais de atividade turística, é, sim, visto deste ponto de vista, fazer equivaler a outros que estejam exatamente na mesma situação o mesmo apoio.

Olhando para esta Resolução, alguma coisa impede que o Governo Regional trabalhe neste sentido? Não, nada.

O segundo argumento que se coloca sobre esta matéria é o argumento lançado ou avançado pelo Sr. Secretário Regional: bom, há aqui vários apoios, alguns que colocam fundos comunitários, pode haver aqui duplicação, outros não. Não façam isso no Parlamento, deixem lá isso, há aqui um compromisso da parte do Governo Regional de resolver o assunto.

Bom, em primeiro lugar, parece-me que o primeiro comentário que isto me merece é: para quem queria colocar o Parlamento no centro do debate político e na decisão política, esta medida não é propriamente muito pedagógica. Não é pedagógica nem didática. Não é correta, porque o Parlamento deve continuar a ser o centro da discussão política e também de parte da decisão política naquilo que são as suas competências.

A segunda é de que se o Sr. Secretário está disponível para conciliar isto, digamos, mais tarde, através de outros mecanismos que o Governo Regional tem ao seu dispor, olhando para esta Resolução, parece-me que isto em nada

conflitua. Aprovar a proposta do PAN em nada prejudica a intenção do Sr. Secretário.

Se eu passar a ler as primeiras linhas, o que diz é: “Considerar um incentivo não reembolsável, vulgo apoio a fundo perdido, equivalente, pelo menos, ao salário mínimo regional aplicável à Região.”

Bom, se o Sr. Secretário diz que a intenção até é fazer um apoio melhor, olhando para esta Resolução, aquilo que se percebe é que a sua aprovação em nada condiciona o trabalho do Sr. Secretário Regional, antes pelo contrário, dá-lhe um cunho político, dá um sinal político da parte da Assembleia Legislativa. E é disso que se trata, Sras. e Srs. Deputados, de um sinal político de todos os responsáveis políticos deste Parlamento – Deputados, Grupos Parlamentares e Governo – de que os profissionais de informação turística merecem um apoio da parte dos seus eleitos, e que o Governo Regional, disponibilizando-se para isso, por aquilo que percebo, está disponível para aprovar ou para cumprir, naturalmente, esta Resolução, e se for necessário ir mais longe.

É esse o compromisso que este Parlamento deve prestar perante os profissionais de informação turística. E é com este compromisso que nós nos comprometemos perante o povo açoriano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições para este debate.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

Deputado Pedro Nascimento Cabral (*PSD*): Sr. Presidente...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Presidente, do PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: O Sr. Subsecretário estava no uso da palavra. Diga, Sr. Subsecretário.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, para responder aos esclarecimentos aqui solicitados ao Governo, eu gostaria de inscrever novamente o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Presidente: Está inscrito, Sr. Subsecretário.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (*PSD*): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (*PSD*): Era para o Sr. Deputado António Vasco Viveiros ser inscrito.

Presidente: António Vasco Viveiros. Está inscrito. Espero que com melhores condições do que há pouco.

E o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sim, Sr. Presidente. Para uma inscrição, PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Sr. Secretário Regional das Finanças, pode usar da palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria responder, em particular, com o esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN, e que é o promotor desta proposta, relativamente ao que, neste momento, está em vigor para as duas situações, portanto, para os trabalhadores independentes que não são empresários individuais e para os trabalhadores independentes que são empresários em nome individual.

Começando pelos primeiros, foi publicado ontem e entrou em vigor hoje, para os trabalhadores independentes que não são empresários em nome individual, o apoio extraordinário à redução da atividade económica. Portanto, têm direito a um apoio financeiro correspondente ao valor da média da remuneração registada com base no período de 12 meses anteriores e com limite máximo de um apoio social, 438,81 euros.

E o Governo Regional, à semelhança do ano transato, que terminou a 31 de dezembro, fará a sua majoração a esta medida, em que os trabalhadores podem recorrer à Segurança Social de âmbito nacional. Isso é importante, como é óbvio, para a Região Açores, com os seus recursos que são limitados e que devem ser aproveitados da forma mais eficiente.

Relativamente à questão do APOIAR.PT e de o Sr. Deputado ter levantado a questão, tem a sua proposta desde dezembro, e por que razão foi na passada sexta-feira que entrou em vigor, o APOIAR.PT é um programa nacional que nasceu em novembro e que desde meados de dezembro que temos querido pôr em vigor. E, portanto, nesse sentido, a razão de demorar mais algum tempo a entrar em vigor, entrou em vigor, as candidaturas, na passada sexta-feira, teve exatamente a ver com dificuldades levantadas pela própria União Europeia. Portanto, foi a necessidade da utilização dos fundos para este programa. Portanto, como eu lhe disse, foram levantados problemas no dia 13 janeiro, que nós, entretanto, ultrapassamos. E, por isso, o entrar em vigor para os três primeiros trimestres.

E para quebras de faturação dos empresários em nome individual, dos empresários em geral, de 25% ou superiores dá uma compensação relativa à faturação perdida de 20%.

Este APOIAR.PT tem uma segunda versão que foi mais favorável, foi aprovada no Conselho do Governo de ontem, que também vamos operacionalizar agora nos próximos dias, que faz com que para perdas de

faturação superiores, portanto, situações de quase paralisação da atividade, portanto, perdas superiores a 50% dá uma compensação de 40% da faturação perdida. Isso é uma compensação muito elevada.

Repare, por exemplo, no caso da restauração... Quando não se tem faturação porque se tem a atividade muito paralisada, também não se tem os gastos, por exemplo, com os bens alimentares. Portanto, dar 40% da faturação perdida é um apoio muito significativo.

E por isso este compromisso de verificar no sentido, portanto, de respeitar a iniciativa positiva do Sr. Deputado. Portanto, ao contrário do que o Sr. Deputado Francisco César estava a dizer, não há a mínima intenção de retirar protagonismo ao Parlamento. Toda a intervenção que fiz foi exclusivamente no sentido de ser importante a coordenação dos sistemas de incentivos e isso pode ser feito no próprio Parlamento.

A única questão que foi levantada é que, como isto foi com dispensa de análise em Comissão, tive que levantar estas questões. O respeito pelo Parlamento é total. Aliás, na minha intervenção inicial, referi mesmo que o Parlamento é, na mesma, soberano, como sempre, de ouvir e ignorar o que eu estou aqui a dizer. A minha obrigação é chamar a atenção para a coordenação. Já o fiz. De resto, o Parlamento é soberano. E eu respeitarei com toda a naturalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo Regional esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao longo da discussão desta iniciativa e passado já algum tempo, a conclusão a que se chega é que, de facto, esta iniciativa deveria ter sido analisada em

sede de Comissão. Teria sido mais útil, quer para o proponente, quer para todos os partidos com representação, neste caso, na Comissão de Economia e, porventura, também para os próprios destinatários desta medida, que são os guias turísticos.

A questão, aqui, em concreto, é esta: todos nós estamos de acordo relativamente àquilo que é a justiça da compensação que merecem os guias turísticos. Agora, estamos todos também de acordo que há aqui, relativamente aos trabalhadores independentes, uma abrangência muito maior e um número de casos diferente, muito mais significativo.

E nós estamos a falar de um grupo profissional ou de um conjunto de pessoas que, na prática, não tem representação de associações patronais e, portanto, tem uma voz muito mais limitada. E estamos a falar de situações muito díspares. E, portanto, é difícil, e admito que sim, com qualquer Governo, com o anterior e com este, tentar conceber medidas que possam ser transversais a todas as situações e que possam ser equitativas. Isso existe, essa limitação, em qualquer medida.

Agora, a verdade é que este Projeto de Resolução destina-se exclusivamente aos guias turísticos e não a outros grupos profissionais.

E nós temos a postura passada do Governo e do Partido Socialista em outras iniciativas do PSD e de outros partidos em que os Projetos de Resolução, na maior parte das vezes, foram chumbados porque haveria alguma limitação, quando também foi exposto, em muitas dessas situações, que algumas dessas falhas podiam ser colmatadas pelo Governo em matéria de regulamentação posterior. Ou seja, há aqui dois pesos e duas medidas. E eu posso recordar o caso de uma iniciativa chumbada aqui pelo Partido Socialista, no Plenário de maio, que tinha a ver com a majoração dos incentivos ao investimento. O que estava em causa eram algumas taxas que, eventualmente, podiam colidir

com aquilo que era o limite aceitável, e que o Partido Socialista chumbou. E, portanto, há aqui dois pesos e duas medidas do Partido Socialista.

E, de facto, eu fico admirado com aquilo que é a postura do Sr. Deputado Francisco César, que, aqui, olhando para esta Resolução, acha que daqui se pode fazer tudo. É uma recomendação ao Governo, pode incluir os guias turísticos, como pode incluir qualquer outro tipo de profissionais. E, portanto, há, aqui, alguma contradição óbvia.

A questão essencial é esta: nós sabemos que no ponto resolutivo são abrangidos empresários em nome individual. Ora, o APOIAR.PT acaba por ser facilitador dos benefícios para os empresários em nome individual com ou sem contabilidade organizada, que é uma inovação relevante porque grande parte dos empresários em nome individual não tem contabilidade organizada.

Relativamente aos trabalhadores independentes, como disse o Sr. Secretário, há medidas que estão aprovadas que importa avaliar não só a sua eficácia passada. E os números que apresentou relativamente aos apoios que terminaram em dezembro, em que foram anunciados 700 mil euros e foram executados 40 mil euros, é evidente que é essencial perceber o que é que se passou com essa medida. Aliás, como muitas das medidas anunciadas pelo Governo com dezenas de milhões de euros, mas, depois, na prática, o apoio efetivo à economia era muito limitado. Ou seja, necessitamos de transparência e necessitamos de justiça nas medidas, necessitamos de equidade.

E a proposta agora em discussão, ainda que seja justa em concreto para os guias turísticos, parece-nos que aquilo que é essencial é que seja ou uma nova iniciativa em Comissão, ou o Governo acolhendo aquilo que são todas as proibições aqui apresentas, seja elaborada legislação, seja avaliada a situação destes e de outros trabalhadores independentes e que possa sair

legislação que tenha o mínimo de justiça para todos, o que não acontecerá aqui com este Projeto de Resolução. Portanto, ou o Governo fecha os olhos àquilo que são os pontos resolutivos e faz legislação completamente diferente, que é aquilo que propõe o Deputado Francisco César, ou, de facto, há o mínimo de rigor no Projeto de Resolução e aquilo que poderá resultar em termos de normativo pelo Governo, caso seja aprovado, tem que ser especificamente para os guias turísticos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu peço-lhe que reveja o ponto onde está a participar nos trabalhos, porque, de facto, a qualidade com que chega, em todas as suas intervenções, não é a melhor.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tenho que referenciar, aqui, em relação a esta matéria, alguns pontos que considero que são fundamentais. No âmbito do contexto desta matéria, gostaria de fazer esta referência: o Partido Socialista, agora, considera que esta matéria é uma matéria de interesse transcendental, da maior justiça e que é óbvio. Se é tão óbvio, pergunto porque é que o Governo anterior nada fez em relação a esta matéria substancial. Portanto, não parece que V. Exa., o Partido Socialista, agora, de repente, descobriu esta questão e ela anteriormente não existia, sendo que os senhores já tiveram que enfrentar um período de pandemia, em que essa pandemia teve, também, os efeitos que se sabe na área da atividade turística. E, portanto, não é muito coerente a vossa posição.

Em segundo lugar, também, a questão que, há pouco, o Sr. Deputado Pedro Neves mostrava alguma incompreensão em relação à posição do PPM. A

posição do PPM é que, numa matéria destas, o que é importante é não criar situações de injustiça. E o que é importante é: sendo de justiça que os trabalhadores independentes de informação turística possam receber este apoio, a verdade é que, como o próprio Bloco de Esquerda, que é um dos paladinos desta proposta, reconhece, o próprio Bloco de Esquerda diz: bom, mas isto cria aqui uma situação, uma diferenciação entre trabalhadores independentes. E, depois, tem uma solução para esta matéria, que é a seguinte: bom, a proposta fala apenas na equipa amarela, mas nada impede que se inclua também a equipa castanha e a equipa vermelha e a equipa cor lilás. Mas não é esta a proposta que está aqui a ser feita! A Resolução, e é por isto que o PPM não está a votar, é porque se incluísse todas essas equipas, esse arco-íris do conjunto de situações semelhantes ou idênticas, pois, nós votaríamos a favor.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: O que se está a criar é uma situação que diferencia. E é contra isso que nós estamos a votar contra, porque é uma situação que não integra o conjunto de soluções que interessa atacar.

O Governo tem ou não tem uma melhor solução? Tem. O Governo acabou de anunciar que garante que este conjunto de valores que aqui estão considerados serão, de facto, aplicados. E serão aplicados de uma forma universal para todas as situações semelhantes. E, nesse sentido, parece-me evidente que aquilo que o Governo quer fazer é melhor do que aquilo que está a ser recomendado. Se temos uma solução melhor, não vamos aplicar uma situação pior.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Diz também o Sr. Deputado do PAN que já tem um instrumento feito. Não, não tem um instrumento feito, faz uma recomendação. Faz uma

recomendação ao Governo. Ora, o Governo pode aceitar essa recomendação ou pode não aceitar essa recomendação. O que o Governo aqui disse é que dá por bom o interesse específico nesta matéria, mas que tem uma conceção mais universal e que tem um conjunto de mecanismos mais eficazes. E, portanto, não se aceita.

E o PPM votará contra esta recomendação, porque esta recomendação é inferior ao compromisso que o Governo tem nesta matéria e aos mecanismos que o Governo está a desenvolver nesta matéria. Portanto, eu não aceito pior, tendo melhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Pergunto aos Grupos Parlamentares que ainda dispõem de tempo se querem participar ainda no debate. Não havendo, vamos passar à votação desta iniciativa:

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vilson Ponte Gomes.

Deputado Vilson Gomes (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Peço aos colegas nas Flores que desliguem o seu som.

Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Luís Garcia. O meu voto é contra.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Pinto. Pedro Pinto...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Estão-me a ouvir?

Presidente: Faz favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é contra. Mas temos declaração de voto para fazer chegar à Mesa.

Presidente: Sim, senhor.

Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, o meu voto é a favor. Eu também tenho uma declaração de voto. Quero saber se faço por escrito ou se faço à sessão.

Presidente: Faz por escrito, Sr. Deputado.

Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 10/XII – “Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, foi aprovado com: 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; tendo 21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do CHEGA e 2 do PPM.

Resumo da votação: 29 votos a favor; 28 contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

As declarações de voto, como estão previstas no nosso regulamento para estes plenários telemáticos, devem ser enviadas por escrito.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, ponto n.º 3: **Projeto de Resolução n.º 1/XII – “Recomenda ao Governo Regional a atribuição de um Subsídio de Risco aos Bombeiros Profissionais ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores como suplemento remuneratório”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. E eu vou só anunciar os tempos, que são semelhantes ao ponto da ordem de trabalhos anterior: o Governo, o PS e o PAN, neste caso, têm 15 minutos; o PSD, 12; o CDS, 8; o CHEGA, o BE e o PPM, 6 cada; e a Iniciativa Liberal tem 4 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, demais presentes:

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1/XII, do PAN, foi solicitado, porque, devido ao atual contexto

epidemiológico, fruto no novo coronavírus, trouxe impactos incontestáveis para a saúde pública e realçou ainda mais a vulnerabilidade da classe profissional, neste caso os bombeiros, que é objeto da iniciativa do PAN.

Estamos perante uma profissão de risco e com exposição inegável de quem está e de quem são os primeiros de todas as profissões na linha da frente no combate à Covid.

Peço, por isso, a todas as bancadas parlamentares a sensibilidade perante o pedido de urgência para esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Feita a apresentação da iniciativa, vamos abrir o debate.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Mais inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de inscrever a Deputada Alexandra Manes.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever os Srs. Deputados João Vasco Costa e José Ávila.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, queria-me inscrever a mim mesmo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, uma inscrição. Nuno Barata.

Presidente: Nuno Barata. Está inscrito.

Vamos iniciar o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os bombeiros dos Açores merecem todo o nosso reconhecimento. Merecem-no pelas complexas missões de que estão incumbidos, mas também pela abnegação e altruísmo com que desempenham as mesmas missões, sempre disponíveis para dar corpo ao lema “Vida por Vida”.

Este reconhecimento – consensual num período de normalidade – adquire valor reforçado no momento excecional que atravessamos, em que os bombeiros estão na primeira linha de intervenção, em conjugação com outras classes de profissionais e voluntários. E, refira-se também, em conjugação de esforços com todos os açorianos, cujo cumprimento das recomendações das Autoridades de Saúde é um instrumento fundamental de prevenção da propagação do novo coronavírus.

As populações das nove ilhas dos Açores reconhecem e valorizam os nossos soldados da paz.

Os Órgãos de Governo Próprio da Região também os reconhecem e têm vindo a investir nas corporações e nas condições de trabalho dos bombeiros, num trabalho que nunca se poderá dar por terminado e que tem de ser prosseguido na presente legislatura.

Mas este trabalho, que deve ser desenvolvido por todos os Grupos e Representações Parlamentares e pelo Governo Regional, tem de promover o engrandecimento das associações humanitárias e a coesão dos Corpos de Bombeiros, como defendeu em audição na Comissão de Política Geral o Sr. Presidente da Federação de Bombeiros dos Açores.

Ora, na nossa perspetiva, a iniciativa que se encontra em apreciação, numa primeira avaliação, não contribui para a coesão entre os Bombeiros da Região.

Para além das questões relacionadas com a aposentação, que têm sido entendidas como competência reservada da Assembleia da República, o Projeto de Resolução apresentado pelo PAN pretende atribuir subsídio de risco a 300 bombeiros do arquipélago e deixar de fora mais de 500 bombeiros desta mesma Região.

De facto, no ponto 2 da componente deliberativa, o diploma pretende, e cito, “determinar um subsídio de risco aos bombeiros profissionais ao serviço das Associações Humanitárias dos Açores”.

A Região não tem bombeiros profissionais, mas a expressão deve interpretar-se como sendo reportada aos bombeiros voluntários assalariados, deixando de fora os bombeiros voluntários sem remuneração.

A eventual implementação desta medida teria como consequência prática a ocorrência diária de situações em que estariam lado a lado, a cumprir a mesma missão e sujeitos aos mesmos riscos, um bombeiro com subsídio de risco e outro bombeiro sem subsídio de risco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD/Açores não apoia a atribuição de um subsídio de risco que pretende abranger 300 bombeiros e deixar de fora mais de 500 bombeiros da Região. Esta desigualdade tem de ser evitada e devem ser tomadas medidas que contribuam para a valorização dos bombeiros e para a coesão interna das corporações; devemos evitar medidas que – sem pormenorizada fundamentação – possam fomentar a conflitualidade entre os colegas de uma mesma associação, como está já a acontecer com a proposta aqui em análise, segundo declarou em Comissão o Presidente da Federação de Bombeiros dos Açores.

Neste quadro, afigura-se-nos ainda mais crucial a realização das diligências que foram deliberadas por unanimidade na Comissão de Política Geral, e que o PAN – com este pedido de agendamento – impediu que fossem

concretizadas, nomeadamente, a audição do Sindicato Nacional de Bombeiros e do SINTAP, esta última objeto de deliberação apenas no passado dia 18 de janeiro, na sequência de missiva dirigida ao Parlamento pela própria estrutura sindical.

Em síntese, perante as questões enunciadas, consideramos que as audições em apreço, aprovadas, repito, por unanimidade em Comissão, são essenciais para melhor habilitar todos os Grupos e Representações Parlamentares a formular uma posição sobre o diploma.

Neste sentido, ao abrigo do disposto no artigo 134.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores requer à Assembleia que o Projeto de Resolução n.º 1/XII baixe à Comissão Permanente de Política Geral, para realização das diligências adequadas à sua melhor apreciação.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Ao abrigo do artigo 134.º – Requerimento de baixa à Comissão, a Mesa já recebeu o requerimento. Conjugando esta matéria com o n.º 2 do artigo 87.º, que diz o seguinte: “Admitidos os requerimentos, nos termos da alínea d) do artigo 22.º, são imediatamente votados, pela ordem da sua apresentação, sem discussão, nem declarações de voto orais.” Portanto, assim, vou proceder à votação deste requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para a baixa deste diploma à respetiva Comissão:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu sentido de voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vilson Ponte Gomes.

Deputado Vilson Gomes (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira. Jaime Vieira...

João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia. Eu voto a favor.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, sem declaração oral por mais que me custe, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Muito obrigado.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio da votação. Faz favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O requerimento apresentado para que a iniciativa em análise volte à Comissão foi aprovado com: 25 votos a favor do PS, 21 a favor do PSD, 3 a favor do CDS, 2 a favor do PPM, 1 a favor da Iniciativa Liberal, 2 a favor do CHEGA; 2 abstenções do Bloco de Esquerda; e 1 voto contra do PAN.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sendo assim, esta iniciativa baixa à respetiva Comissão.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Entramos, assim, no ponto n.º 4 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 11/XII – “Medidas de Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia Covid-19”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentação da urgência, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, quem vai usar da palavra?

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, para a apresentação é o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Muito obrigado.

Então tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira para a apresentação da urgência.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas, se não estou em erro, o Grupo Parlamentar do PSD retirou o pedido de urgência que o Sr. Presidente acabou de apresentar.

Presidente: Sr. Deputado, os serviços não me informaram, mas, dando por certa essa sua informação e se é o próprio proponente a retirar a urgência, a iniciativa seguirá para a Comissão e seguirá os seus trâmites normais.

E, sendo assim, passamos para o ponto n.º 6 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 7/XII – “Recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antígeno”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, quem apresenta a urgência?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sou eu, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta urgência justifica-se atendendo ao objeto e à oportunidade desta iniciativa em causa, uma vez que recomenda aquisição de 250 mil testes rápidos de antígeno no contexto de pandemia que estamos a viver.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Para participar no debate sobre a urgência desta iniciativa, pergunto se há inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da parte do Grupo Parlamentar do PS, eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, dou então a palavra ao Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atenta e apreciada a iniciada do CDS-PP/Açores, no que concerne à aquisição de 250 mil testes rápidos de antigénio, é do entendimento do Grupo Parlamentar do PS que esta iniciativa carecia de mais alguma reflexão, eventualmente de baixar à Comissão para ser ouvida a própria proponente, bem com o Secretário da Saúde e Desporto, para nos esclarecer relativamente a algumas questões que, no nosso entendimento, são importantes e pertinentes para melhor apreciarmos esta iniciativa, nomeadamente naquilo que diz respeito à aquisição de testes rápidos de antigénio que foi realizada na anterior legislatura, nomeadamente quantos destes testes foram utilizados e qual a capacidade, neste momento, existente na Região, e, por outro lado, naquilo que diz respeito à estratégia nacional de testes para o vírus SARS-Cov-2, constante na Norma n.º19/2020 da Direção-Geral da Saúde.

Sabermos, também, se, atendendo à situação epidemiológica, neste momento, na Região, a referida Norma se aplica na íntegra na Região, ou se foi, é, ou será adaptada à nossa realidade.

E, nesse sentido, é nosso entendimento que, efetivamente, esta iniciativa careceria de maior análise e reflexão para que tivéssemos aqui, efetivamente, mais algumas respostas às questões que acabei de colocar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, diga, faz favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição para o debate no âmbito da urgência, do PPM, eu próprio.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão. Está inscrito. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM irá votar favoravelmente esta urgência. Considera que esta é uma questão, de facto, urgente, é necessário agir com celeridade nesta matéria.

E em relação aos esclarecimentos do próprio proponente e também do Secretário da Saúde, pois, eles estão presentes e podem dar esses esclarecimentos, pelo que a iniciativa está em condições de ser devidamente apreciada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participação neste debate. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência que recomenda ao Governo Regional a aquisição de 250 mil testes rápidos de antigénio.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vilson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Gomes (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia. Eu voto a favor.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, voto favoravelmente.

Presidente: Peço às Sras. e Srs. Deputados que mantenham os microfones desligados.

Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio da votação.

Secretário: Sr. Presidente, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 7/XII – “Recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antígeno”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi aprovado com: 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN; 25 votos contra do PS.

Total da votação: 32 votos a favor e 25 contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, vamos então iniciar o debate da iniciativa. Para esse debate: o Governo Regional, o Partido Socialista e o CDS-PP têm, cada um, 15 minutos; o PSD, 12; o CHEGA, o BE e o PPM, 6 minutos; a Iniciativa Liberal e o PAN, 4 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para a apresentação da iniciativa.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Considerando que se está a verificar a nível regional, nacional e internacional um aumento de novos casos da Covid-19, mas também este aumento da incidência provoca um aumento da pressão sobre os sistemas públicos de saúde com limitados recursos materiais, financeiros e, sobretudo, humanos;

Considerando que os funcionários do Serviço Regional de Saúde estão há muitos meses exemplarmente empenhados no rastreio, na monitorização, no controlo e tratamento da Covid-19;

Considerando também que a rapidez na realização de testes e a obtenção dos respetivos resultados acelera a capacidade de decisão sobre as medidas mais eficazes a adotar no sentido de controlar a propagação da pandemia;

Considerando que a despistagem sistemática das populações é uma ferramenta indispensável à prevenção e ao combate à propagação da epidemia;

Considerando a importância dos testes rápidos de antigénio em determinados contextos;

E considerando que estes testes são testes de proximidade e que os resultados destes são conhecidos após 15 a 30 minutos da sua realização;

Mas considerando ainda também o que tem sido a coerência do CDS e o que tem defendido desde o início da pandemia quanto à testagem. Relembro, aqui, as iniciativas que entraram nesta Casa em abril do ano passado: quanto à recomendação ao Governo Regional da priorização da realização de testes de despistagem à Covid no universo dos utentes dos lares de idosos existentes na Região, bem como também no caso das novas admissões, nos casos em que os utentes transitavam dos cuidados hospitalares, assim como a todos os profissionais em funções naquelas instituições, medida esta que foi aprovada por unanimidade, ou ainda a nossa iniciativa quanto à recomendação da disponibilização de testes de despistagem a toda a população, priorizando a sua realização aos recursos humanos do Sistema Regional de Saúde, forças de segurança e funcionários da Administração Pública Regional a exercer funções no âmbito do presente combate epidemiológico, iniciativa esta que foi, na altura, rejeitada;

Mas também tendo em linha de conta aquilo que tem sido a estratégia deste Governo em testar de forma mais massiva. São exemplo disso: a operação de Rabo de Peixe, ou ainda as testagens nas escolas do concelho de Vila Franca e no concelho de Rabo de Peixe, ou ainda, mais recentemente, a testagem no Corvo, ou ainda também, que nos parece também importante, a recomendação que foi feita por Bruxelas sobre o uso de testes rápidos de antigénio, em que o objetivo é assegurar uma abordagem comum de estratégia de testes eficazes e onde a comissária com a pasta da Saúde sublinhou que a testagem é uma ferramenta decisiva para conter a propagação do vírus, recomendando aos Estados-membros que fizessem testes rápidos de antigénio em complemento aos testes de PCR para conter a propagação do vírus, mitigar infeções e limitar as medidas de isolamento de quarentena, defendendo sempre uma rápida identificação de indivíduos afetados, auxiliar a gestão e administração e regular os grupos de alto risco, como o pessoal médico ou os lares de terceira idade;

E com todos estes considerandos, assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projeto de Resolução: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antigénio, por forma a reforçar a capacidade de rastreio à Covid-19.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Era para inscrever a Sra. Deputada do PSD, a Dra. Ana Quental.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Subsecretário, tem a palavra.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, era para inscrever, em nome do Governo, o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, o Dr. Clélio Meneses.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de inscrever a Deputada Alexandra Manes.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrita, Sr. Deputado.

Mais inscrições?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, da parte do CHEGA, quero inscrever-me. Carlos Furtado.

Presidente: Carlos Furtado. Está inscrito.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, quero-me inscrever pela Representação Parlamentar do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, uma inscrição. Paulo Estêvão, da parte do PPM.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma inscrição, Sr. Presidente. Nuno Barata.

Presidente: Nuno Barata.

Muito bem. Vamos então iniciar o debate. E, para o efeito, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados e Deputadas, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD felicita a iniciativa do CDS pelo Projeto de Resolução que recomenda a aquisição de 250 mil testes rápidos de antigénio. Estes testes são vantajosos porque ganha-se tempo, como já tinha dito a Deputada Catarina, em 15 a 30 minutos temos os resultados, além de que tem uma grande mais-valia porque não são necessários grandes equipamentos laboratoriais. E, assim sendo, eles são aconselhados para utilizar em grande escala. Assim, ele dá-nos um diagnóstico de situação rápido, de modo a agir mais rapidamente e de forma quase que cirúrgica. Eles servem para identificar se o vírus está presente no organismo, servindo como um indicador de saúde, digamos assim. Eles têm a vantagem de testar *in loco*, evitando assim a deslocação de massas, a deslocação de muitas pessoas, muitas vezes de freguesias, como já aconteceu, e conseqüente perigo de transmissão do vírus. Dá-nos também um diagnóstico de situação rápido, de forma a agir, nomeadamente, no isolamento dos positivos, isolando das outras pessoas. Temos o exemplo do que já aconteceu em Rabo de Peixe, Ponta Garça e, mais recentemente, no Corvo.

Daí que a nossa posição será de louvar a importância desta iniciativa.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma iniciativa, de resto, coincidente com aquilo que é a estratégia do Governo Regional nesta matéria. E é uma iniciativa construtiva, tem o pressuposto positivo ser um contributo também para a ação governativa, sem ter alguma marca ou algum registo de crítica ou desmerecimento da ação governativa, como por vezes acontece e há tentação de o fazer.

E louvo o Grupo Parlamentar do CDS-PP por querer dar esse contributo positivo à ação governativa.

Como dizia, esta estratégia, que está na base desta proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP, visa a preponderância dos testes rápidos nalgumas circunstâncias. E, de facto, os testes rápidos são importantes, têm sido relevantes. Havia um lote de 100 mil testes rápidos adquiridos pelo anterior Governo que, apesar de adquiridos, nunca tinham sido utilizados. Este Governo Regional aproveitou esse recurso no sentido de fazer testagens massivas nalgumas localidades, nalgumas circunstâncias. Isto é, de acordo com o contexto epidemiológico, foi entendido que seria uma ferramenta importante e relevante para se identificarem casos positivos, os respetivos contactos próximos e assim, isolando-os, podia conter-se a evolução da pandemia.

Aconteceu em Rabo de Peixe com a utilização de cerca de 7 mil testes rápidos, que fizeram detetar 119 casos positivos. Nas escolas de Rabo de Peixe e Vila Franca do Campo foram utilizados 4300 testes rápidos, detetando-se 68 casos positivos. Nesta operação mais recente, em Ponta Garça e Rabo de Peixe, foram utilizados 3300 testes rápidos, detetando-se 85 casos positivos. Ora, o que é isto quer dizer? Se não se tivesse tomado esta iniciativa, se não tivessem sido testados estes cidadãos, teríamos o vírus a propagar-se, com maior dificuldade e morosidade na identificação dos casos positivos e, assim, na tomada de medidas no sentido do respetivo isolamento e a propagação da pandemia seria mais evidente.

Isto é, em determinadas circunstâncias de contexto epidemiológico, quer seja ao nível do local, como de uma escola, de um lar, de um hospital, de uma empresa, pode ser a forma mais rápida de atacar e de identificar a existência da doença.

Ainda agora foram enviados para o Corvo 500 testes rápidos, no sentido também de que, tendo em conta a particularidade da ilha do Corvo em termos demográficos, em termos etários, com a grande dificuldade que temos ao nível dos recursos médicos e de saúde no Corvo, foi entendido que deveria estar a ilha dotada dos 500 testes rápidos para se poder, nesta situação, perante o alarme que aconteceu com um teste positivo, atacar o problema de imediato.

Como dizia, é esta, também, a estratégia que tem sido desenvolvida, é esta a estratégia que se pretende continuar a desenvolver e que também ela coincide com a estratégia da Europa, da União Europeia, de reforçar a utilização dos testes rápidos.

Sobre esta matéria, devo dizer, para antecipar qualquer tipo de questão, conforme foi indicado aquando do debate da urgência, que já foi aprovada e assinada a Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2021/03, que já está em vigor, já está assinada. E esta Circular Normativa são 19 páginas. Não vou proceder à leitura de toda a Circular Normativa, é pública, e os Srs. Deputados e os açorianos em geral poderão aceder a ela.

Tem aqui muitas questões técnicas, mas basicamente o que identifica é que, no que diz respeito às questões que estão aqui em causa, quando houver sintomas e houver a testagem, sendo negativo, faz-se o teste PCR. Nas outras circunstâncias normais de rastreio genérico... É importante perceber-se isso: o teste rápido pode ser utilizado numa circunstância especial isolada e, nesse caso concreto, sendo negativo e havendo sintomas, deve fazer-se o teste PCR. No entanto, nos casos gerais de rastreio mais genérico e no rastreio

rápido de comunidades mais alargadas, é apenas nessa perspetiva de passar uma malha para identificarmos todos aqueles que possam ser os casos positivos.

De resto, também, foi tomada esta medida no último Conselho do Governo Regional, de se proceder a rastreios regulares de deteção rápida nesses aglomerados. É mais uma iniciativa do Governo Regional, de uma forma positiva e interventiva de testar, testar, testar, de forma a que possamos identificar os casos, tomando assim as medidas adequadas, conforme tem acontecido, de uma forma cada vez mais intensa, conforme temos referido. E foi aprovado, de resto, no Conselho do Governo, por isso coincide esta iniciativa também com esta iniciativa do Governo Regional de testar cada vez mais ao nível destes testes de rastreio mais alargado.

Também, o Governo Regional já decidiu adquirir testes rápidos. Neste momento, estamos em processo de consulta das empresas que podem fornecê-lo e também ao nível da avaliação técnico-científica e da fiabilidade dos denominados testes de saliva. São testes menos invasivos. São testes que estão, já dois deles, aprovados pelo Infarmed. E, também, para algumas populações e de acordo com a evolução de se perceber da fiabilidade destes testes, poderá ser também uma forma de testar cada vez mais de uma forma menos desconfortável para os cidadãos.

Mas, sobretudo, qualquer uma que seja a medida tomada, qualquer um que seja o caminho, todos contribuam, efetivamente, para o controlo da pandemia e para a diminuição deste problema que tanto nos aflige.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia de Covid-19 trouxe, entre muitas outras coisas, um conjunto de novas palavras. A diferente realidade leva-nos a que todos os dias ouçamos falar de diferentes testes para esta doença, das circunstâncias em que são usados, dos seus objetivos e também das suas limitações.

O teste rápido de antigénio caracteriza-se essencialmente pelo facto de o resultado ser obtido num prazo curto, geralmente de minutos, e não necessitar de equipamento laboratorial para ser processado, podendo, por vezes, ser realizado no próprio local onde a amostra é colhida.

Embora não tendo a sensibilidade dos testes PCR, os testes rápidos podem ser muito úteis, nomeadamente: em situações de surto e para a testagem repetida de pessoas em situação de risco coincida com o objetivo de identificar casos positivos rapidamente e de fazer o seu isolamento para limitar o contágio; quando a disponibilidade de testes PCR é limitada e/ou os seus resultados demasiado demorados para as necessidades clínicas, para diagnóstico de doentes sintomáticos nas fases iniciais da infeção; quando o vírus se replica rapidamente e a probabilidade de existir no organismo em quantidades elevadas é grande.

Ou seja, a possibilidade de realizar testes rápidos em grande número pode, assim, ajudar a controlar a pandemia, identificando e isolando as pessoas que com mais probabilidade podem espalhar a doença.

As situações problemáticas de Rabo de Peixe e Ponta Garça são o exemplo da utilidade deste tipo de teste, embora a probabilidade de obter resultados falsos negativos seja maior. Por isso, um resultado negativo num teste rápido não permite excluir por si só uma infeção pelo SARS-Cov-2.

Embora, recentemente, o caso do suposto surto na Portos dos Açores, em Ponta Delgada, que o Diretor Regional da Saúde, Berto Cabral, caracterizou como uma situação, e passo a citar, “muito particular”, em que foi detetada uma taxa de positividade muito elevada, tendo a empresa submetido os 11

funcionários para amostragem a testes PCR que acusaram negativo, por isso, é importante aferir as razões para tal para que se evitem situações com a desta.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a testagem é muito importante e carece de prioridade, pois, como já bem referi, é uma das formas de controlar a pandemia e proceder à tomada de medidas imediatas.

No entanto, surgem-nos aqui algumas dúvidas:

Primeiro, quero registar, desde já, a coincidência que aconteceu entre aquilo que é o número de testes que o CDS, que faz parte do Governo, partido que integra o Governo, propõe para aquisição e, hoje, o que o Sr. Secretário já tinha dito na Antena 1 em declarações e que agora informou aqui o Parlamento que, realmente, vão adquirir 250 mil testes. Registava esta coincidência, não é?

Gostaria de perguntar à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras como é que, por parte do Grupo Parlamentar do CDS, chegaram a este número 250 mil. Ou seja, porquê 250 mil testes e não deixar ao critério do próprio Governo Regional uma aquisição para stock, definindo eles o número necessário?

Outra pergunta é se este número exato de 250 mil testes teve alguma avaliação técnica, a qual nós, restantes Deputados desta Assembleia, desconhecemos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não tendo sido possível o procedimento que defendemos, obviamente que não colocamos em causa a substância do projeto do CDS-PP/Açores.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS é do entendimento que a matéria em causa exige alguns esclarecimentos, nomeadamente, considerando que importa saber, após a aquisição de testes rápidos de antigénio, como eu referi há pouco, realizada na anterior legislatura, pese embora aquilo que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto referiu há pouco da utilização deste tipo de testes já nesta legislatura, a verdade é que já tinham sido utilizados também na anterior, portanto, quantos destes testes foram utilizados e qual a atual capacidade existente na Região, atendendo a que tinham sido adquiridos 100 mil testes rápidos de antigénio na anterior legislatura.

Por outro lado, considerando a intervenção realizada no início de dezembro, na vila de Rabo de Peixe, com recurso a testes rápidos de antigénio, e a não confirmação através de teste RT-PCR relativamente aos resultados negativos obtidos com o conseqüente recrudescer do surto de casos positivos de Covid-19 registado após a referida intervenção, bem como considerando também a estratégia nacional de testes para o vírus SARS-Cov-2 constante na Norma n.º 19/2020 da Direção-Geral da Saúde, considerando também que a Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional dos Açores, ainda não esclareceu se, face à situação epidemiológica regional, a referida Norma se aplica na íntegra à Região, ou se foi, é ou será adaptada à nossa realidade, assim, atenta a importância e a complexidade inerente à materialização da pretensão ínsita na iniciativa ora em apreciação, que carece, como eu referi, de esclarecimentos devidos e necessários por parte, bem como da proponente, bem como do Governo Regional dos Açores, para decidir relativamente ao Projeto de Resolução do CDS-PP/Açores que recomenda ao Governo Regional a aquisição de 250 mil testes rápidos de antigénio, necessitamos de resposta a algumas questões que colocamos à proponente e ao Governo Regional. E, assim, como eu referi, após a aquisição de testes

rápidos de antigénio realizada na anterior legislatura, quantos destes testes foram utilizados e qual a capacidade existente, neste momento, na Região? Considerando a estratégia nacional de testes para o vírus SARS-Cov-2, constante na Norma n.º 19/2020 da Direção-Geral da Saúde e face à situação epidemiológica regional, a referida Norma aplica-se na íntegra à Região, ou foi, está a ser ou será adaptada à nossa realidade?

Por outro lado, considerando também o anunciado do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto e considerando a proposta do CDS-PP/Açores, estes 250 mil testes acrescem aos 250 mil já anunciados pelo Governo Regional, ou tratam-se dos mesmos?

E, por fim, atendendo àquilo que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto falou há pouco na sua intervenção, naquilo que diz respeito aos testes rápidos de saliva, recordando o recentemente sucedido na empresa Portos dos Açores, importava, efetivamente, saber que tipo de pesquisa, de avaliação está a ser feita ao nível do mercado, atendendo a que os testes rápidos de saliva, até à data, ainda não tiveram uma posição formal por parte da Direção-Geral da Saúde nem do Infarmed no nosso País. E, portanto, para que não tenhamos situações como aconteceu na empresa Portos dos Açores, importava, efetivamente, ter aqui uma posição clara e inequívoca relativamente ao tipo de testes que poderão vir a ser adquiridos naquilo que diz respeito à pesquisa rápida do vírus SARS-Cov-2.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA entende que a disponibilidade desses 250 mil testes na Região é, desde logo, um elemento importante para a nossa população, porque transmite confiança, transmite a sensação de que o Governo está atento e que, a qualquer altura, poderá acudir a qualquer foco que, eventualmente, se venha a desenvolver em qualquer localidade da Região.

É importante que exista esse equipamento e isso transmite confiança às pessoas, isso transmite confiança aos agentes económicos e, porque não, isso transmite confiança a quem, eventualmente, pense visitar a Região, porque perceberá, por parte do Governo e por parte, no fundo, de toda a população, que existem mecanismos que acautelam os interesses dos residentes e dos não residentes.

Portanto, nós somos do entender que é da maior importância que esse Projeto de Resolução, agora, aqui, apresentado pelo CDS, seja efetivado pelo Governo, como, de resto, o Sr. Secretário da Saúde já mostrou interesse e, aliás, deu informação no sentido que essa situação se vai concretizar, porquanto isso, quer do ponto de vista de saúde pública, quer do ponto de vista até de natureza económica, será importante para a nossa Região.

Portanto, nós enalteçemos essa iniciativa do CDS-PP e que a mesma, efetivamente, está sendo levada pelo Governo Regional. E entendemos que será importante implementar isso. E até dar nota pública, tanto quanto possível, da disponibilidade desses equipamentos de rastreio rápido.

É só. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, peço desculpa, chamou o meu nome?

Presidente: Sim, senhor. Tem a palavra, Sr. Deputado, para participar no debate.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Eu consigo ouvi-lo muito mal comparativamente com os colegas Deputados.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, demais Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do PAN congratula a iniciativa proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para a aquisição de 250 mil testes rápidos de antigénio para a Região Autónoma dos Açores, em contexto de pandemia e com panorama de crescimento do caso em várias ilhas.

Para o PAN, a quantidade escolhida é vista até como uma providência, porque é a quantidade similar à população açoriana. Salientamos que estes testes são ideias para grandes rastreios em massas, em escolas, em lares, aeroportos, e têm a especial vantagem para apresentar um diagnóstico em pelo menos 30 minutos.

Na realidade arquipelágica que vivemos são ainda uma mais-valia para as ilhas mais isoladas e que não possuem equipamentos de diagnóstico para PCR.

Mas chamamos a atenção que mais importante do que adquirir esses testes seja, possivelmente, a imunização de todos os profissionais de saúde em todos os hospitais e unidades de saúde das ilhas da Região, sem qualquer exceção. E não foi o que aconteceu com a decisão da Secretaria Regional da Saúde e Desporto em excecionar os profissionais do Hospital da Horta para a lógica imunização se tivessem acesso à vacina, como aconteceu no Hospital de São Miguel e da Terceira.

O PAN aprova esta iniciativa com um sentido de voto favorável, porque, para a Representação Parlamentar do PAN, a saúde e o bem-estar dos açorianos está acima das discussões partidárias.

Conseguimos ter a sensibilidade para saber o que é uma iniciativa de urgência das demais, ao contrário do CDS, o partido proponente desta

iniciativa, que prefere fazer política do que beneficiar os açorianos com as iniciativas dos outros partidos, nomeadamente os açorianos que irão ter uma vida bem diferente se o CDS acompanhasse os projetos que o PAN apresentou, ao princípio desta tarde, nesta Assembleia.

O nosso voto vai ser favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero assinalar a coerência do CDS-PP nesta matéria. Não é uma ideia, ao contrário do que algumas intervenções iniciais tentaram fazer passar, que tivesse surgido agora. É uma ideia e é um projeto que o CDS tem vindo a defender desde o início da pandemia, também na legislatura anterior. E, portanto, aqui, nesta matéria, coerência máxima. E, portanto, no primeiro momento em que é possível apresentar esta iniciativa, que é este Plenário precisamente, o CDS volta a apresentar. Eu considero que isso é uma medida absolutamente essencial e absolutamente coerente com a linha de pensamento e a linha de ação que o CDS tem vindo a defender.

Depois, também, dizer o seguinte: nós estamos a enfrentar, como bem dizia, por exemplo, o Bloco de Esquerda, uma situação altamente instável. Nós não sabíamos quando é que a situação podia piorar muito, quando é que a situação podia ficar mais grave. E nós também achamos isso. Como se está a ver, Portugal, na primeira fase da pandemia, foi dos países que apresentou melhores respostas inicialmente e, agora, nesta fase em que nos encontramos da pandemia, nós somos dos países que apresentamos piores resultados. E, portanto, há, aqui, um imponderado.

E como é que se resolvem as questões do ponto de vista da contenção da epidemia? É testando, é realizando a prevenção que se tem que fazer, é agindo em força em relação a esta matéria. E não é ficar à espera, como parece querer o Partido Socialista, que, entretanto, os stocks a nível mundial se esgotem, ou que existam dificuldades muito acentuadas no mercado mundial para o abastecimento deste tipo de testes, ou que, quando eles forem necessários, nós temos que ficar à espera que a aquisição se realize e fretar navios para a China... navios não, aviões e tudo isso.

Portanto, o que é necessário, aqui, é previsão e montar uma estratégia com antecipação, antes que as situações surjam com urgência. E por isso é que o PPM considera que é uma iniciativa absolutamente fundamental. Vamos votar favoravelmente esta iniciativa. Consideramos que esta aquisição deve ser feita com urgência e que esta aquisição faz todo o sentido no contexto em que estamos e que significa que ficamos com maior capacidade de prevenção, ficamos com maior capacidade de rastreio. Por isso, é fundamental que isto se faça e que se faça com celeridade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, queria-me inscrever também. Catarina Cabeceiras.

Presidente: Ainda não acabamos. Não acabamos a primeira ronda, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ah, peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Eu já a inscrevo. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Obviamente, ficando para o fim, a minha intervenção fica bastante prejudicada com as intervenções anteriores. No entanto, queria dizer que a

Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente essa proposta do CDS, porque se revê na estratégia de rastreio que ela encerra em si mesma, porque se revê no teor da proposta e porque entende que a testagem é, de facto, a melhor prevenção, neste momento, para a proliferação do SARS-Cov-2, evitando, assim, situações de Covid-19 e situações de mera transmissão do vírus, mesmo que sem sintomas e que sem doença.

Por outro lado, queria deixar um alerta, um alerta para aquilo que se passou, precisamente, na empresa Portos dos Açores, em que a testagem foi feita com testes, provavelmente, de pouca qualidade, por técnicos pouco qualificados e que lançou na sociedade açoriana em geral, mas em especial na sociedade micalense, um alerta absolutamente desnecessário.

E, portanto, que o uso destes testes seja feito de forma mais cuidada para não levantar alertas desnecessários na sociedade açoriana, alertas esses que muitas vezes levam a especulações em redes sociais e em alguns *media* tradicionais, inclusive, e que em nada abonam para o controlo do pânico que já algumas pessoas vivem, para o controlo da boa informação que é fundamental num processo como esse que estamos a viver de combate a um inimigo praticamente ainda desconhecido e invisível. E, portanto, que isso seja feito de forma mais coerente, mais bem feito e que esses resultados possam ser mais satisfatórios nessa medida.

E é só, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Abro nova ronda de inscrições. A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras já está inscrita. Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): É para inscrever-me. Pedro Nascimento Cabral.

Presidente: Sim, senhor. Esta inscrito. Pergunto se há mais inscrições para esta segunda ronda. Não havendo, vamos dar a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dizer que, também respondendo um bocadinho àquilo que já foi dito, esta iniciativa do CDS surge, como eu disse na minha intervenção inicial, em coerência com aquilo que temos sempre defendido. A verdade é que, já em abril do ano passado, nós éramos a favor de testar, testar, testar. E foi nesse sentido que apresentamos duas iniciativas, uma delas aprovada, como já referi, e outra rejeitada, na altura, com os votos contra do Partido Socialista e com a abstenção do Bloco de Esquerda e do PCP. E, portanto, esta iniciativa surge nessa sequência, daquilo que temos sempre defendido.

Também dizer que, em coerência daquilo que temos defendido, mas também de encontro com aquilo que tem sido a estratégia implementada por este Governo e por aquilo que também tem surgido com as recomendações de Bruxelas, que incentiva e recomenda quanto à testagem mais massiva.

Dizer, também, quando se mencionou o valor dos 250 mil testes, é um valor que nos parece que é coerente. Tendo em conta população dos Açores, parece-nos que é um stock razoável, tendo em conta essa população.

Não estamos a dizer no Projeto de Resolução que é para adquirir já a totalidade dos testes, ou não. Estamos a dizer que nos parece que é um número razoável, até no sentido daquilo que foi dito no âmbito das declarações políticas, de manhã, do que é esta pandemia, que hoje as coisas podem estar bem e amanhã podem não estar. E não podemos estar, parece-nos a nós, a aguardar que as coisas piorem eventualmente ou que queiramos

testar ainda mais massivamente e termos que estar à espera de procedimentos, de existência de testes em mercado.

E, como tal, é uma medida coerente com aquilo que tem sido a nossa ação e que temos defendido, mas também prudente. Parece-nos que temos que ir aprendendo também com aquilo que tem sido a pandemia e da maneira como as coisas decorrem. E, como tal, parece-nos que é importante que seja preparado esse procedimento, para nos prepararmos e termos estes testes rápidos, porque não sabemos quando é que vamos precisar, se é mais hoje, se é amanhã. E, portanto, é nesse sentido que apresentamos e acho que tem toda a prudência.

E não viemos aqui, como nos queriam fazer parecer, porque tínhamos acesso a algumas informações privilegiadas. Não é nada disso. Viemos, sim, em coerência com aquilo que foi sempre a nossa ação no combate à pandemia.

Dizer ao Sr. Deputado do Partido Socialista que eu percebo que o Sr. Deputado não perceba o que é que nós queremos com estes testes, até porque, aquando da discussão das outras iniciativas relativamente à testagem mais massiva, um argumento utilizado pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, na altura, era porque o Sr. Diretor Regional dizia que uma testagem mais ampla ia causar um quadro ilusório geral na Região. E, como tal, eu compreendo que o senhor não compreenda esta nossa iniciativa.

E, portanto, parece-nos que é o momento, agora, de aprovar esta iniciativa do CDS, para nos precavermos, para estarmos preparados para os dias que virão, porque não sabemos como é que eles serão.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

E dou a palavra agora ao Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, salientar, desde logo, a pertinência e a coerência da proposta apresentada pelo CDS-PP, na aquisição destes 250 mil testes rápidos antigénio, que vêm precisamente ao encontro da declaração política que foi feita esta manhã, de que este combate à pandemia de Covid-19 está longe de encontrar um fim.

Nesta medida, esta preocupação premente que existe e esta Resolução que é, hoje, apresentada pelo CDS-PP vem precisamente ao encontro da preocupação que existe por parte deste Governo em estar absolutamente preparado para qualquer aumento de intensidade de eventual contágio, para que não haja, digamos, falta de equipamento que possa de uma forma rápida e de uma forma eficaz testar a população dos Açores.

Recordamos que o principal princípio ou o princípio desta medida visa cumprir o desígnio que é testar, testar, testar. Algo que o anterior Governo do Partido Socialista não se coíbia de dizer que para controlar a pandemia era necessário testar, testar, testar. E que este Governo, agora, este novo Governo, neste tempo novo, que segue, digamos, este princípio de ter os equipamentos necessários para prover à população dos Açores a possibilidade de rastrear esta doença, não se percebe, efetivamente, e causa profunda estranheza como é que o Partido Socialista vota contra o pedido de urgência desta Resolução, remetendo-se a uma posição que, hoje de manhã, acusei, efetivamente, e reitero aqui: é que o Partido Socialista, à segunda, quarta e sexta, sobretudo quando há Plenário, mostra-se absolutamente solidário com o Governo Regional no combate à pandemia e critica todos aqueles que procuram fazer política nesta matéria; mas às terças, quintas e sextas, o Partido Socialista não se coíbe, fora do espaço do Plenário, de fazer

política, como agora pretende fazer ao votar contra a urgência do pedido que é feito pelo CDS-PP.

Este é o Partido Socialista que, enfim, perante uma testagem que foi feita na vila de Rabo de Peixe, disse, de uma forma absolutamente espezuada, que se tratava de um caso show-off. Isto foi relatado, absolutamente, pela comunicação social.

Mas este também é o Governo do Partido Socialista que, efetivamente, falhou na aquisição de máscaras, onde despendeu a quantia de 3 milhões de euros. 3 milhões de euros de máscaras que vieram com defeito e que, neste momento, pelas contas do Hospital de Ponta Delgada, são dadas como sendo, digamos, uma quantia que foi classificada como imparidade. E, nesta medida, é uma quantia que está, enfim, difícil de reaver para a Região.

Mas este também é, efetivamente, o mesmo Partido Socialista que, no que diz respeito à pandemia e no que diz respeito à sua função na proteção da saúde dos açorianos, falhou, no último inverno, na gripe sazonal e na prevenção da gripe sazonal aos açorianos.

Portanto, deixa-nos, de facto, estupefactos essa posição do Partido Socialista, perante uma pandemia em que a Região Autónoma dos Açores atravessa, com grave repercussão a nível mundial e que os Açores não são alheios, que é preciso manter a fúria e a atenção no combate a esta pandemia, permanentemente atenta, apesar dos bons passos, apesar das boas regras que o Governo Regional dos Açores tem implementado. Este é um combate ao qual não podemos baixar a guarda, ao qual não podemos facilitar, ao qual não podemos virar a cara. E, nesta medida, o Projeto de Resolução apresentado pelo CDS merece o nosso elogio e o nosso voto absolutamente favorável.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver mais inscrições, vamos proceder à votação deste Projeto de Resolução.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, inscrevo o Deputado Tiago Lopes, por favor.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Ó Sr. Presidente, se fosse possível, eu também gostava de inscrever, pelo Governo, o Sr. Secretário Regional da Saúde. Tive aqui um problema de comunicação, peço desculpa.

Presidente: Muito bem. Estão inscritos o Sr. Secretário Regional e o Sr. Deputado Tiago Lopes. Mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Algumas das questões que foram aqui colocadas, eu respondi na minha intervenção ainda antes delas serem colocadas porque algumas são previsíveis. E para evitar perder tempo e dizer o mesmo que já estava dito, eu já respondi.

Mas, com a permissão do Sr. Presidente, por me querer ouvir a dizer o mesmo, eu vou voltar a dizer o que já tinha dito relativamente ao número de testes utilizados. Eu vou voltar a repetir.

Em Rabo de Peixe, foram utilizados cerca de 7 mil testes. Destes 7 mil testes, 119 foram positivos. Nas escolas de Rabo de Peixe e Vila Franca do Campo foram utilizados 4300 testes. Destes, 68 foram positivos. Em Ponta Garça e Rabo de Peixe, foram utilizados 3300 testes. Destes, 85 foram positivos. Isto é, esta testagem massiva que foi feita levou a este resultado. Para além disso, foram distribuídos também no Corvo mais 500 testes.

Quanto à norma, eu vou voltar a repetir aquilo que já disse: nos Açores, já foi aprovada, já está assinada e já está pública a nova norma. Eu disse o número da norma e voltar a dizer o número da norma: é a Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2021/03, que tem 19 páginas, como referi, descreve as regras relativas à aplicação dos testes na Região Autónoma dos Açores, aplicando na Região algumas normas nacionais, especificando também a nível regional, conforme já referi. Voltei a referir, mas penso que até pelos próprios tempos distribuídos não podemos estar aqui o dia todo a dizer o mesmo, mas...

Eu já disse, volto a repetir e é esta a posição do Governo Regional sobre esta matéria, de uma forma clara, transparente e em profundo e permanente respeito pelo Parlamento, ao qual este Governo tem manifestado grande prioridade na transmissão da informação. Devo dizer que sempre que este Governo solicitou, através da Comissão de Assuntos Sociais, que o Secretário Regional prestasse esclarecimento, de imediato o Secretário Regional prestou esclarecimentos. E responderá sempre a tudo aquilo que nos é colocado, com respeito, humildade e transparência.

No que respeita à questão dos 250 mil testes, eu nunca referi que o Governo ia adquirir 250 mil testes. É a proposta do CDS. Este Governo o que entende é que é uma boa proposta, aceita a proposta e é nessa perspetiva também que vivemos num tempo novo. Não há qualquer incómodo do Governo, do Parlamento exercer a sua ação proponente. O Governo exerce a sua ação proponente no contributo positivo que todos devem dar para o bem comum e, neste caso, para o combate à pandemia de uma forma especial e concreta. O que quero dizer é que é assim que eu, como Secretário da Saúde, e este Governo em geral vê a ação política e do Governo. É desta forma livre, proponente, responsável, em que todos, de facto, assumem as suas responsabilidades, dando este contributo positivo. E é com apreço

democrático e com responsabilidade política que aceitamos aquilo que é apresentado nesta proposta, os 250 mil testes, por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

No que respeita ao teste de saliva, informo que há dois deles que já foram aprovados pelo Infarmed. Não foram ainda reconhecidos em termos gerais pela DGS, mas o próprio Infarmed já os reconheceu. Estamos a consultar empresas relativamente à parte comercial da aquisição, mas também vários especialistas que garantam a fiabilidade destes testes.

No que diz respeito às vacinas, Sr. Deputado Pedro Neves, de facto, já manifestou essa posição, que é uma posição legítima, é um critério. O critério que este Governo entendeu adotar foi o de priorizar os lares de idosos e respetivos profissionais e, na sequência disso, também os profissionais de saúde.

E, de uma forma muito particular, especial e responsável, assumimos que iríamos começar pelas ilhas de transmissão comunitária. Na altura que as vacinas chegaram aos Açores, eram as duas únicas ilhas – São Miguel e Terceira – com transmissão comunitária. Seria irresponsável terem chegado aos Açores vacinas para vacinar cerca de 5 mil pessoas e não priorizar as ilhas onde existe transmissão comunitária. E é nessa perspetiva. Obviamente, não conseguimos agradar a todos. O que é certo é que, dentro da primeira fase de vacinação, estão, óbvia e necessariamente, as outras ilhas.

E adianto que, durante este mês de fevereiro, serão vacinados os utentes das outras sete ilhas dos Açores, que nos lares são 2292, os colaboradores são 755, na rede de cuidados continuados são 26 utentes e 69 colaboradores e os profissionais de saúde nas outras ilhas são 1194.

Isto é, tudo isto está preparado, tudo isto está definido para concretizarmos aquilo que é o plano aprovado de vacinação, dando prioridade aos mais vulneráveis, conforme ainda hoje o Sr. Presidente do Governo referiu, e aos

locais onde existe maior risco e maior vulnerabilidade. Por isso, começou pelas duas ilhas de transmissão comunitária, mas, de imediato, se avançará para as outras ilhas, mal cheguem as vacinas.

Sobre a questão da Portos dos Açores, também aproveito a oportunidade para esclarecer os Srs. Deputados daquilo que se passou. O Governo Regional e a autoridade de Saúde tiveram conhecimento que tinham sido testados cerca de 100 trabalhadores dessa empresa. E desses 100, tinha havido uma taxa de positividade de 50%, o que é absolutamente anormal. Perante esta informação, desde logo percebeu-se que podia haver aqui algo de estranho. E depois foi confirmado, quando desses 50, 7 fizeram teste PCR e os 7 tiveram resultado negativo, o que confirmou a anormalidade da situação.

Devo esclarecer que estes testes realizados por esta empresa são da responsabilidade desta empresa. Foi esta empresa que teve a iniciativa de proceder à testagem, adquirindo por sua conta e responsabilidade os testes e contratando os profissionais que os fizeram. Isto é, não são testes do Serviço Regional de Saúde, não têm qualquer relação com os testes que estão a ser utilizados pelo Serviço Regional de Saúde. E foram estes testes que deram este resultado anormal.

Na sequência desta anormalidade detetada, o Governo Regional e a Autoridade de Saúde não ficaram à espera de perceber o que é que isto ia dar. Mais uma vez, no momento e no local, intervieram de imediato. E se numa tarde começaram a surgir as notícias dos testes positivos rápidos na Portos dos Açores, naquela própria noite foi determinado fazer testagens PCR. No dia seguinte, todos estavam a ser testados através de teste PCR. E na sequência dessa testagem todos os testes deram negativo, o que confirmou mais uma vez a forma prudente, avisada, mas presente da parte do Governo Regional e da parte da Autoridade de Saúde.

Isto é, não esperamos que o problema se acentuasse ou que o alarme generalizasse, semeando o medo, que entendemos que não é o caminho. Entendemos que o caminho é a responsabilidade, a atuação presente, permanente, dia e noite, hora a hora, minuto a minuto. E, neste caso concreto, foi mais um exemplo da eficácia do Serviço Regional de Saúde, da Autoridade de Saúde, da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, de todos os profissionais de saúde, em todos os casos que referi aqui, desde as testagens massivas a todas essas testagens e, sobretudo, no dia a dia, na noite a noite, estão sempre presentes a responder de uma forma eficaz, generosa e nobre, que deve ser um exemplo da participação cívica de todos no combate a esta pandemia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Agora tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço, desde já, tanto à proponente, bem como ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, os esclarecimentos prestados.

Da parte do Grupo Parlamentar do PS, o Grupo Parlamentar do PS concorda com as testagens. Se assim não fosse, não tinha trabalhado para que agora tivéssemos mais capacidade de análise laboratorial com a parceria estabelecida com a Universidade dos Açores. Se assim não fosse, na legislatura anterior não tinham sido adquiridos os testes rápidos de antigénio que permitiram a sua utilização na anterior e na atual legislatura.

Agora, como devem compreender, é necessário critério, sendo que Bruxelas não é fonte científica, para, como referiu e bem o Sr. Deputado Nuno Barata, não incorrerem num alarmismo desnecessário, como recentemente sucedido numa empresa da Região e para depois não se colocar a culpa na fiabilidade dos testes nem na empresa que os forneceu.

Portanto, relativamente à primeira questão colocada, depreende-se, pelos esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, que temos mais de cerca de 80 mil testes rápidos de antigénio disponíveis, fruto do trabalho de planeamento e preparação feito na legislatura anterior, o que é, efetivamente, de saudar.

Relativamente à estratégia nacional de testes, constante na Norma da Direção-Geral da Saúde, o Sr. Secretário Regional da Saúde remeteu, na sua forma de resposta, para que pudéssemos consultar a Circular Normativa da Direção Regional da Saúde, no entanto, efetivamente, não esclareceu relativamente àquilo que importava aqui saber e para que não, como eu disse, incorrêssemos naquilo que recentemente sucedeu numa empresa da Região, naquilo que diz respeito ao caderno de encargos, àquilo que consta como critérios para avaliação e seleção do tipo de testes rápidos de saliva, como referiu, para que, efetivamente, não torne a acontecer na Região o dito alarmismo que aconteceu fruto dessa utilização desse tipo de testes.

E, portanto, não havendo ainda essa posição formal, como eu referi, por parte da Direção-Geral da Saúde e do Infarmed, era importante que, quer neste Projeto de Resolução, quer no trabalho que está a ser feito por parte do Governo Regional dos Açores, fossem informados e fossem comunicados esses critérios de avaliação e de seleção, para que, de forma clara e transparente, como o próprio Governo Regional dos Açores preconiza em todas as suas intervenções, pudéssemos saber que tipo de testes irão ser adquiridos para que, efetivamente, tivéssemos toda a fiabilidade e toda a segurança no tipo de testes que irão ser utilizados aqui na Região para o combate a esta pandemia.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado Pedro nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Era para inscrever-me.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito. Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, na sequência das declarações dos anteriores Deputados que tomaram a palavra, verifica-se, efetivamente, que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto fez uma descrição pormenorizada da ficha técnica, digamos assim, dos testes rápidos que estão na posse do Governo, bem como daqueles que estão em carteira para aquisição.

E, de facto, parafraseando, aqui, uma citação, é claro que o rigor científico não está em Bruxelas, mas também não esteve no assessor do anterior Presidente do Governo, que encomendou 3 milhões de máscaras, com os resultados que nós sabemos, isto é, absolutamente inócuas para o combate à pandemia face aos defeitos que traziam.

E, nesta medida, mas atendendo, sobretudo, à dúbia participação do Partido Socialista no combate à pandemia, bem patente até num artigo de um Deputado, recentemente, esta semana, do Deputado Berto Messias, no *Diário Insular*, em que em meia dúzia de caracteres extravasa toda, enfim, a posição que vai engasgada, enfim, no rancor socialista pela perda do poder nas últimas eleições legislativas regionais, venham daí e então votem favoravelmente. Ao contrário do voto que fizeram na urgência, votem favoravelmente este Projeto de Resolução do CDS-PP. É para isso que serve o debate. Por isso, ficam, desde já, desafiados, o Partido Socialista fica, desde

já, desafiado para votar favoravelmente este Projeto de Resolução do CDS-PP, da aquisição de 250 mil testes antigénio, para, enfim, podermos cumprir aquilo que é o desígnio do anterior Governo e que este Governo também mantém, que é o testar, testar, testar. Para combater esta pandemia, todos somos poucos. E o Partido Socialista, com o seu voto favorável, dará mais, certamente, um contributo muito importante para, juntos, combatermos essa pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução do CDS-PP:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes. Iasalde Nunes...

João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vilson Gomes.

Deputado Vilson Gomes (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, a favor na urgência e a favor à iniciativa do CDS-PP.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu, naturalmente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia. O meu voto é a favor.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto. Pedro Pinto...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favorável.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes. Sr. Deputado Iasalde Nunes...

Tem a palavra o Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio da votação. Faz favor, Sr. Deputado.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 7/XII, que recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil testes rápidos de antigénio, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi aprovado por unanimidade, com 56 votos a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. E passamos ao ponto n.º 8:

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de

Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregou, nesta Assembleia, no passado dia 19 de janeiro, com pedido de urgência, este Projeto de Resolução, que visa, essencialmente, procurar um conjunto de medidas de apoio às empresas, medidas essas ainda implementadas pelo Governo anterior do Partido Socialista, que desenvolvem a sua atividade nos portos, aeroportos, aeródromos e aerogares da nossa Região.

O pedido de urgência é feito precisamente para responder à situação de emergência que a nossa Região atravessa, em particular estas empresas que, devido à situação pandémica, viram e veem diminuído, de forma drástica, o trânsito de pessoas nessas infraestruturas e, por essa via, a redução das suas receitas.

Acresce ainda o facto de o atual Governo Regional, até à data da entrega desta proposta, não ter decidido renovar esses apoios em tempo útil e de forma eficaz, uma vez que a vigência dos mesmos caducou a 31 de dezembro do ano passado. Daí a justificação deste pedido de urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições. Pergunto se há inscrições. Não havendo inscrições, vamos passar à votação deste pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e

licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”, apresentado pelo Partido Socialista:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, voto favoravelmente.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Teixeira (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vilson Ponte Gomes.

Deputado Vilson Gomes (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o nosso voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia. Eu voto a favor.

Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa para o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 12/XII – “Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias”, apresentado pelo Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade, com 57 votos a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Tiago Branco para a apresentação da iniciativa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, se me permite...

Presidente: Diga, Sr. Deputado. Faz favor.

Eu gostaria de inscrever, para além do Sr. Deputado Tiago Branco, o Sr. Deputado Rui Anjos.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, as inscrições são agora ou após a apresentação da iniciativa?

Presidente: Normalmente, eu abro inscrições logo a seguir à apresentação da iniciativa, mas, de qualquer maneira, já fica inscrito o Sr. Deputado Rui Anjos. E depois darei a palavra, logo após, ao Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é sabido, a pandemia Covid-19 continua a afetar significativamente a Região Autónoma dos Açores. Tal situação, além de se traduzir numa série de constrangimentos ao nível da saúde pública dos açorianos, tem atingido fortemente o tecido empresarial e diminuído a capacidade de sobrevivência das nossas empresas e de salvaguarda dos seus postos de trabalho perante a quebra de receitas.

Não alheias a este facto, também as famílias açorianas têm-se visto confrontadas com dificuldades acrescidas na gestão do seu quotidiano, quer por via da diminuição dos seus rendimentos, quer pela necessidade de, em muitos casos e por determinação das autoridades de saúde, se proceder ao encerramento de estabelecimentos de ensino e outros equipamentos sociais, obrigando a muitos pais e encarregados de educação e demais cuidadores a não poderem, eventualmente, comparecer nos seus locais de trabalho para dar assistência aos seus filhos ou a outros dependentes.

Estas e outras vicissitudes exigem, por isso, que, de forma ágil e imediata, se adotem medidas que minimizem os efeitos nefastos provocados pela pandemia na sociedade e na economia açoriana.

Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sua condição de oposição nesta Assembleia, mas com a responsabilidade acrescida de ser o partido mais representado, tem procurado ser construtivo e parte integrante das soluções e das medidas que a Região necessita de implementar. Fazemo-lo apresentando propostas concretas que visam ajudar o Governo Regional a responder à situação de emergência em que vivemos.

Nesse sentido, é evidente a retração generalizada do trânsito em diversas infraestruturas do transporte aéreo e marítimo, nomeadamente em portos e aeroportos, assim como a quebra acentuada da procura por diversos serviços no setor do Turismo, entre os quais se incluem as atividades marítimo-turísticas.

Até 31 de dezembro de 2020, vigoraram diversas medidas de apoio às empresas, cuja atividade está diretamente dependente do trânsito e dos serviços referidos anteriormente, medidas essas ainda implementadas pelo Governo anterior. No entanto, o atual Governo, até à data da entrega deste Projeto de Resolução nesta Assembleia, decidiu não renovar estes apoios a tempo e de modo eficaz, especialmente aqueles que se referem à isenção temporária do pagamento de tarifas e taxas de diversa natureza.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é fundamental mobilizar todos os recursos possíveis para o apoio às empresas, aos trabalhadores e aos cidadãos açorianos nesta conjuntura adversa que a nossa Região atravessa, sendo que uma das formas de concretizar esse apoio é desonerar essas empresas que estejam nessa difícil situação de um conjunto de taxas, tarifas e licenças.

Por isso, e considerando o facto de estas atividades continuarem fortemente afetadas pela situação pandémica que vivemos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que esta recomende ao Governo Regional dos Açores o desenvolvimento dos procedimentos necessários à execução das seguintes medidas:

Em primeiro lugar, renovar, até 30 de junho de 2021, a isenção do pagamento da tarifa de utilização de posto de acostagem, prevista no artigo 2.º da

Portaria n.º 39/2019, de 30 de maio, destinada às empresas que exercem a atividade marítimo-turística;

Renovar, também, até 30 de junho, para as empresas referidas anteriormente e para as que possuam estabelecimentos comerciais na área da restauração, lazer e comércio a retalho, com exclusão das empresas com escritórios de apoio à atividade portuária, a isenção do pagamento de tarifas de ocupações de terraplenos, terrenos e edificações e de colocação de publicidade e ocupação de espaços nas áreas dos terminais marítimos de passageiros dos Açores e empreendimento Portas do Mar, previstas nos artigos 10.º e 13.º da Portaria n.º 40/2019, de 30 de maio, e nas licenças emitidas;

Renovar, também, até 30 de junho, a isenção do pagamento das taxas de ocupação das licenças de utilização do domínio público aeroportuário, previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A, de 21 de novembro, e fixadas na Portaria n.º 82/2006, de 9 de novembro, na sua atual redação;

Renovar, igualmente, até ao período referido anteriormente, a isenção do pagamento das taxas de publicidade da Aerogare Civil das Lajes, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A;

Renovar, igualmente, a isenção do pagamento das taxas de publicidade nos demais aeroportos, aeródromos e aerogares, previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A, de 21 de novembro;

E, por fim, naturalmente, o Governo proceder à devida compensação às empresas públicas gestoras dos referidos espaços pelas perdas de receita que resultem destas medidas.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Já está inscrito o Sr. Deputado Rui Anjos, também do Partido Socialista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente...

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral tinha-se inscrito para...

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, era para inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sim, eu queria inscrever o Deputado Rui Martins, se faz favor.

Presidente: Rui Martins. Mais inscrições, Srs. Deputados.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente...

Deputado Nuno Barata (IL): Nuno Barata. Para uma inscrição, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor.

Deputado António Lima (BE): Queria inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Presidente: Alexandra Manes. Nuno Barata. Mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já todos percebemos que as situações levantadas em resultado desta iniciativa, em matéria de isenções, que estão nos pontos resolutivos 2, 3, 4 e 5, estão todas já em vigor, essas isenções, através das Resoluções do Conselho do Governo n.º 11/2021, n.º 12 e n.º 14, Resoluções que têm data de 22 de janeiro e 26 de janeiro.

E, portanto, o Partido Socialista, nos motivos da sua Resolução, chega aqui a uma conclusão muito interessante, diz o seguinte: que o Governo decidiu não renovar esses apoios a tempo e de modo eficaz.

Bom, temos que recordar o passado nessa matéria de isenções. Em primeiro lugar, a pandemia, oficialmente, começa a 16 de março, com todas as

restrições. E, na verdade, o Governo Regional só resolve essas isenções através de Resoluções do dia 18 de maio, portanto, dois meses depois. Ou seja, aquilo que o Governo do Partido Socialista fez no início da pandemia foram dois meses até resolver pela aplicação das isenções.

Mas não fica por aqui. Relativamente às isenções que terminaram a 31 de julho, nomeadamente as que constam do ponto resolutivo n.º 4, a Portaria n.º 150, de 22 de outubro, veio repor a necessidade das isenções com efeitos a 1 de Agosto, ou seja, se calhar concluir que o Partido Socialista, entre 1 de agosto e 22 de outubro, tinha decidido não renovar as isenções.

E, portanto, o Partido Socialista o que faz é, por um eventual atraso de três semanas da entrada em vigor dessas isenções, faz um Projeto de Resolução do qual tira conclusões, que essas mesmas conclusões poderia qualquer partido, no fundo, as tirar relativamente àquilo que foi o atraso, quer do reconhecimento inicial dessa isenção no início da pandemia, quer o atraso que o Governo fez entre 1 de agosto e 22 de outubro, nas vésperas de eleições, relativamente à isenções constantes no ponto 4 e 5.

Ou seja, o que se passa é, claramente, um aproveitamento de um atraso, que poderia, naturalmente, ter sido evitado. Estamos a falar de um Governo que iniciou funções, efetivamente, com o programa aprovado, no início de dezembro, mas que em três semanas resolveu a situação; quando o Partido Socialista, sendo Governo ao tempo que era, 24 anos, levou dois meses para a aplicação das isenções. E depois houve aqui um hiato entre o dia 1 de agosto e o dia 22 de outubro relativamente a isenções.

Mas o que importa aqui é que as isenções estão em vigor, estão em vigor até 21 de maio. E o que esperamos é que a situação de pandemia permita que depois de 31 de maio elas possam não ser necessárias, ainda que, se a pandemia continuar nos termos em que tem continuado, naturalmente que haverão de ser prorrogadas mais uma vez.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As conclusões que se podem tirar nos últimos dois meses, para quem se assume como governo transformista, é exatamente o Partido Socialista andar a propor, cabalmente e eficazmente, ora vindas de trás e a produzir consoante o facto do momento que vivemos, medidas concretas, e o Partido Social Democrata a reboque e, nomeadamente, o Governo Regional a propor exatamente a mesma coisa.

Ainda há pouco, assistimos, na questão dos testes, da compra dos 250 mil testes, exatamente aqui uma desarticulação entre propostas vindas dos partidos que apoiam o partido do Governo e o próprio Executivo.

Mas acho que o mais importante é considerar o facto de que essas atividades continuam fortemente afetadas pela situação pandémica que a Região vive. E saliento que uma das formas de concretizar este apoio é desonerar as empresas que estejam nesta situação de um conjunto de taxas, tarifas e licenças. Ora, este diploma segue exatamente este sentido.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Sr. Presidente.

O Orador: Sr. Presidente, posso intervir?

Presidente: Pode sim, senhor. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Bem, o Projeto de Resolução n.º 12/XII, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, é uma proposta meritória e que visa prorrogar uma série de medidas que foram concertadas na anterior legislatura.

Como disse, e bem, o Deputado António Vasco Viveiros, há aqui uma tentativa de aproveitamento político e não colhe o argumento de que o Governo não iria prorrogar estas medidas ou que nada iria fazer.

E o Deputado Rui Anjos fez de conta, também, que não ouviu a intervenção que o precedeu.

As medidas e isenções em causa já reuniam os contributos dos partidos, aliás, num esforço de comprometimento com a tomada de decisão. E, a título de exemplo, o CDS também contribuiu para a definição dessas medidas com a proposta de isenção das taxas de acostagem para os operadores marítimo-turísticos.

Agora, esta iniciativa acaba por ser prejudicada ou já estar esvaziada exatamente com as Resoluções do Conselho do Governo n.º 11 e n.º 12, de 22 de janeiro. As Resoluções que referi prorrogam as medidas constantes no diploma do Partido Socialista. E difere, a proposta do Partido Socialista do que já está em vigor, no período da prorrogação. Este Governo irá avaliar a necessidade das medidas após 31 de maio. E o PS propunha que elas vigorassem até 30 de junho. Decide bem o Governo em ir avaliando à medida que a situação pandémica também evolui.

Consideramos, por isto, esta iniciativa meritória, sem dúvida, mas é, neste momento, extemporânea.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Sra. Deputada Alexandra Manes...

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os efeitos de todas as restrições impostas devido à pandemia pela Covid-19 são já bem conhecidos, nomeadamente na retração da economia, onde a grande maioria das empresas tiveram um decréscimo abrupto da receita. Estamos certos de que as restrições terão um forte impacto na economia mundial. No entanto, torna-se ainda mais preocupante quando esta é a Região que apresenta um risco de pobreza acima de média nacional, situando-se no 31,8%, sendo mesmo a maior do nosso País.

Como tal, e mesmo tendo o Governo Regional procedido à manutenção das isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias, através da publicação da Resolução do Conselho do Governo n.º 11/2020, de 21 de janeiro, com a diferença temporal de um mês para o seu término, comprometendo-se, no seu ponto 6, a uma eventual prorrogação das isenções previstas dependendo do evoluir da situação pandémica, para o BE, devem as empresas ser compensadas pelas perdas manifestas destas receitas, tal como a presente iniciativa menciona, e passo a citar: “Proceder à compensação, às empresas públicas gestoras dos referidos espaços, pelas perdas de receita que resultem destas medidas”.

Fiquei com uma dúvida, que pode ser uma dúvida só minha, pode ser até algum desconhecimento da minha parte: se a presente Resolução do Governo Regional n.º 13/2021, de 22 de janeiro de 2021, procederá à devida compensação às empresas públicas. Gostava que me esclarecessem isso.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Olhe, eu vou começar precisamente pelas palavras que a Sra. Deputada Alexandra Manes acabou de deixar como pergunta. Mais do que deixar a dúvida se as empresas públicas vão, ou não, ser ressarcidas destes valores que serão descontados, justamente descontados, das taxas e licenças a cobrar aos operadores marítimo-turísticos, eu diria que é uma obrigação do acionista perante as empresas fazê-lo. É uma obrigação perante a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, a Portos dos Açores, a SATA-Aeródromos, a ANA Vinci, a Aerogare Civil das Lajes, todas aquelas empresas públicas ou privadas que vão ver as suas receitas diminuídas por via da isenção das taxas que aqui estão previstas serem isentadas.

É uma medida da mais elementar justiça, é uma medida que vem resolver alguns, senão muitos, dos problemas que algumas dessas empresas têm neste momento, até porque as empresas, como nós sabemos, estão instaladas em instalações aeroportuárias e em instalações do domínio público portuário. Pagam taxas de ocupação de terrapleno a coberto e a descoberto muito acima do preço de mercado noutras zonas, pela razão da notoriedade desses espaços e da importância que esses espaços têm para as suas atividades. Essas empresas praticamente estão paradas desde abril do ano passado.

Quando em junho, julho, se acreditava que houvesse alguma retoma, de facto houve um animar do mercado com as medidas que foram tomadas para a circulação, quase a título gratuito de uma certa classe média, entre as ilhas dos Açores, com uns programas que nós conhecemos, mas o que é facto é que esses programas esvaziaram precisamente a ilha de São Miguel e a ilha Terceira, que eram as ilhas que, naquele momento, careciam de mais apoios, as economias que estavam a ser mais sacrificadas pela falta de visitantes, pela falta de turistas.

E, portanto, a Iniciativa Liberal associa-se a essa medida do Partido Socialista por ser da mais elementar justiça e por, nos seus termos resolutivos, prever a compensação a todas as empresas que vão ser prejudicadas na receita pela aplicação da isenção de taxas e licenças.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atendendo ao nosso horário e ao nosso regulamento para estes Plenários por videoconferência, vamos encerrar os nossos trabalhos. E regressamos amanhã às 10 horas, para o período de tratamento de assuntos políticos.

Boa noite a todos. Até amanhã.

Eram 19 horas e 03 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

Gil Alberto Medeiros Borges

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Documentos entrados**1- Declarações de voto:****Declaração de voto do Grupo Parlamentar do CH****Projeto de Resolução n.º 10/XII**

Mediante as explicações prestadas pelo Governo durante o debate, o Chega vota contra a proposta do PAN, porque entende que as medidas levadas a efeito por parte do Governo não diminuem a proposta do PAN, inclusivamente alargam a sua abrangência a todos os profissionais que atualmente estão afetados pela redução ou paralisação da atividade nos últimos meses, razão pela qual entende que a aprovação desta proposta não acrescenta em nada o que já existe atualmente em matéria de apoios a estes profissionais.

2 - Projetos de Lei:

Assunto: N.º 598/XIV (PSD) – Lei de Bases do Clima – n.º 4/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 - 04;

Assunto: N.º 605/XIV (NICR) – Define as bases da política climática - n.º 5/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 - 04;

Assunto: N.º 615/XIV (PSD) – Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira - n.º 11/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 - 27;

Assunto: N.º 614/XIV (BE) – Integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na Segurança Social - n.º 12/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 - 27;

Assunto: N.º 645/XIV (PCP) – Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade - n.º 14/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 09.

3 - Propostas de Lei:

Assunto: N.º 65/XIV (ALRAM) – Procede à alteração do artigo 120.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação conferida pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março - n.º 7/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 - 05;

Assunto: N.º 68/XIV (GOV) – Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias - n.º 8/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 - 19;

Assunto: N.º 66/XIV (GOV) – Altera matéria de benefícios fiscais e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC - n.º 9/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 19.

4 – Projeto de Decreto do Presidente da República:

Assunto: Pedido de parecer sobre o projeto de renovação do estado de emergência – n.º 6/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12– 17

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

Assunto: Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para a renovação do estado de emergência – n.º 10/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01– 05

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

Assunto: Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para alteração e renovação do Estado de Emergência – n.º 13/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01– 12

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

5 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes visuais e performativas - MC - (Reg. DL 660/XXII/2020) – n.º 2/XII-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 12– 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 10;

Assunto: Cria e regula o apoio à programação dos teatros e cineteatros que integram a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses - MC - (Reg. DL 661/XXII/2020) – n.º 3/XII-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 12– 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 10;

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) 910/2014, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno - MC - (Reg. DL 534/XXII/2020) – n.º 4/XII-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 12– 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 12;

Assunto: Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1986 e 1991 - MC - (Reg. DL 694/XXII/2020) – n.º 5/XII-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 12– 23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 12;

Assunto: Cria um regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social - MAAC - (Reg. DL 730/XXII/2020) – n.º 6/XII-OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 12– 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 04.

6 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 2/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 01 – 29;

N.º 3/XII

Assunto: [Programa de apoio à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 15;

N.º 4/XII

Assunto: [Regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2021 – 01 – 13

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 5/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro – Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 01 – 14

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 15;

N.º 6/XII

Assunto: [Regime jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 19;

N.º 7/XII

Assunto: [Programa de Apoio aos Custos Fixos das Empresas do Setor do Turismo](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 19;

N.º 8/XII

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

7 – Projetos de Resolução:

N.º 4/XII

Assunto: [Apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 22;

N.º 6/XII

Assunto: [Cria a Comissão Eventual COVID-19](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 22;

N.º 7/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antigénio](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 01 – 12

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 8/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas de apoio às famílias](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 15;

N.º 9/XII

Assunto: [Medidas de apoio extraordinário aos idosos](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 13

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 10/XII

Assunto: [Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2021 – 01 – 14

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 11/XII

Assunto: [Medidas de Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia COVID-19](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 12/XII

Assunto: [Isenções de taxas, tarifas e licenças em instalações portuárias e aeroportuárias](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 19

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 13/XII

Assunto: [Recomenda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, requeira ao Governo da República a criação imediata do Fundo de Resolução para os lesados do BANIF](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20

Comissão: -----

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM Comissão

N.º 14/XII

Assunto: [Forte de São João Baptista da Praia Formosa](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 22;

8 – Petições:

N.º 1/XII

Assunto: Pela realização das obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina

Proveniência: Heitor Manuel Faria Amaral

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 - 19

N.º 2/XII

Assunto: Plano Regional de Acessibilidades dos Açores

Proveniência: ACESS AZORES

Data de Entrada: 2020 – 12 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão;

N.º 3/XII

Assunto: Comparticipação do Estado nas despesas com medicina homeopata

Proveniência: José Humberto Ferreira

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30

Comissão: CAS

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão.

9 – Requerimentos:

Assunto: [Resultados do processo interno de inquérito realizado a propósito da alegada promiscuidade existente no âmbito da aplicação do “vale saúde” entre o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada e a Clínica do Bom Jesus](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15

Referência: 54.07.00 – N.º 003/XII;

Assunto: [Caderno de encargos Porto Espacial de Santa Maria](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 16

Referência: 54.06.01 – N.º 004/XII;

Assunto: [Acesso a documentação disponibilizada ao PSD/A \(Porto das Lajes das Flores\)](#)

Autores: Miguel Costa, Andreia Costa, Sandra Faria e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 18

Referência: 54.02.08 – N.º 005/XII;

Assunto: [Contratação de recursos humanos para combate à COVID-19](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 006/XII;

Assunto: [Extinção da AZORINA, SA](#)

Autores: Ana Luís e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 007/XII;

Assunto: [Integração de trabalhadores das empresas públicas que serão extintas](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 008/XII;

Assunto: [Plano e decisão da vacinação regional contra a Covid-19](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 29

Referência: 54.08.00 – N.º 009/XII;

Assunto: [Encerramento parcial da Estrada Regional na zona da Lajinha](#)

Autores: Carlos Ferreira e Bruno Belo (PS)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30

Referência: 54.03.07 – N.º 10/XII;

Assunto: [Cortes na concessão de apoio para o desenvolvimento do programa de “Atividades de Treino e Competição”](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30

Referência: 54.06.02 – N.º 11/XII;

Assunto: [Despesa realizada com a contratação de serviços jurídicos externos à administração regional e setor público empresarial regional](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 12/XII;

Assunto: [Empreitada no Centro de Saúde das Velas](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 07

Referência: 54.01.05 – N.º 13/XII;

Assunto: [Alteração da delimitação da Reserva Ecológica do concelho de Angra do Heroísmo, conforme Despacho n.º 1/2021 de 4 de janeiro de 2021](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 07

Referência: 54.08.03 – N.º 14/XII;

Assunto: [Custos com a Aeronave Airbus A330 da Sata Azores Airlines](#)

Autores: António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, Marco Costa e Paulo Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 15/XII;

Assunto: [Dação em pagamento](#)

Autores: António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, Marco Costa e Paulo Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 16/XII;

Assunto: [Informação sobre a eventual existência de caso positivo à Covid-19 em Estrutura Residencial para idosos](#)

Autor: Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 17/XII;

Assunto: [Número de testes realizados pela metodologia RT-PCR](#)

Autor: Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 18/XII;

Assunto: [Protocolos de cedência de arruamentos no Nordeste](#)

Autores: Flávio Soares e Sabrina Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 19/XII;

Assunto: [Espirometrias e/ou Pletismografias no Hospital da Horta](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08

Referência: 54.06.07 – N.º 20/XII;

Assunto: [Criação do POA S. Mateus/Luz na ilha Graciosa](#)

Autores: Andreia Costa, José Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 11

Referência: 54.02.04 – N.º 21/XII;

Assunto: [Efeitos do mau tempo nas infraestruturas portuárias e nas obras em curso no porto das Lajes das Flores e de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 12

Referência: 54.01.00 – N.º 22/XII;

Assunto: [Risco de perda de operacionalidade do Porto de Ponta Delgada](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 12

Referência: 54.10.02 – N.º 23/XII;

Assunto: [Violação das disposições aplicáveis ao transporte marítimo de animais no embarque no navio Malena oriundo da ilha das Flores](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 14

Referência: 54.08.00 – N.º 24/XII;

Assunto: [“Linha Branca”, operação para 2021](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 25/XII;

Assunto: [Questões não esclarecidas pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto em sede de audição na Comissão de Assuntos Sociais](#)

Autores: Tiago Lopes e Célia Pereira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 26/XII;

Assunto: [Encerramento do Serviço de Segurança Social na ilha do Corvo](#)

Autor: Iasalde Nunes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18

Referência: 54.02.09 – N.º 27/XII;

Assunto: [Desigualdade de tratamento entre agricultores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 28/XII;

Assunto: [Recrutamento de profissionais de saúde para o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.](#)

Autores: Tiago Lopes e Francisco César (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 29/XII;

Assunto: [Auditoria às dívidas da Região à SATA](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20

Referência: 54.06.00 – N.º 30/XII;

Assunto: [Substituição do requerimento](#)

Autores: Bárbara Chaves e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21

Referência: 54.02.01 – N.º 31/XII;

Assunto: [Transferências do Governo Regional dos Açores para as autarquias locais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia de 2016 a 2020](#)

Autores: Sabrina Furtado, Jaime Vieira, Flávio Soares e Délia Melo (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 32/XII;

Assunto: [A preponderância do POSEI na Agricultura dos Açores](#)

Autora: Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 33/XII.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício Gp18-XII a solicitar a exoneração de João Paulo da Silva Carvalho do cargo de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir do dia 25 de novembro de 2020, inclusive

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 11 – 26;

Assunto: Carta endereçada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a pronúncia da ALRAA relativamente ao Programa da Comissão Europeia para 2021

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 09;

Assunto: Ofício a informar que a Mesa da Comissão Especializada Permanente de Economia, na sua reunião de 11 de dezembro de 2020 elegeu os seguintes Senhores Deputados: Sérgio Humberto Rocha de Ávila (PS), Presidente; José Manuel Gregório de Ávila (PS), Relator; Paulo Duarte Gomes (PSD), Secretário

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2020 – 12 – 11;

Assunto: Ofício Gp40-XII, a indicar o nome do Senhor Deputado Nuno Gomes como membro, sem direito a voto, da Comissão Especializada

Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 12 – 14;

Assunto: Ofício a remeter cópia do Voto de Recomendação apresentado pelo representante da CDU e aprovado por unanimidade, na reunião do passado dia 27 de novembro de 2020, sobre o Porto da Horta

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2020 – 12 – 14;

Assunto: Ofício Gp42-XII, a informar que pelo facto de passar a fazer parte do XIII Governo Regional dos Açores, o Senhor Deputado Artur Lima do Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi substituído pela Senhora Deputada Andreia Vasconcelos, com efeitos a partir de 24 de novembro de 2020

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a informar que Joana Prenda Bettencourt passa a exercer o cargo de auxiliar de secretário, pelo Círculo Eleitoral de S. Miguel e pelo Círculo Regional de Compensação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Paulo Duarte Gomes, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Vânia Marisa Figueiredo Ferreira, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Luís Carlos Cota Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Rui Miguel Mendes Espínola, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a remeter um Voto de Saudação apresentado na Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores

Proveniência: Marciano Ramos Lima, Secretário do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores

Data de Entrada: 2020 – 12 – 15;

Assunto: Ofício 1342-GP, a remeter o Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores referente ao ano de 2019, bem como o Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2019

Proveniência: José F.F. Tavares, Meritíssimo Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 12 – 17;

Assunto: Ofício a informar que se constituíram como Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia, os seguintes Senhores Deputados: Sérgio Ávila (PS), José Ávila (PS), Paulo Duarte Gomes (PSD), Mário Tomé (PS), António Vasco Viveiros (PSD), Nuno Gomes (CDS-PP), Carlos Furtado (CH), António Lima (BE), Paulo Estêvão (PPM), Nuno Barata (IL) e Pedro Neves (PAN)

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2020 – 12 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Sabrina Furtado, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 12 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Célia Otelinda Borges Pereira, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 12 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: José Gabriel Freitas Eduardo, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 12 – 21;

Assunto: Ofício 1396-JC, a informar que o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2019, foi aprovado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em sessão de 15 de dezembro de 2020

Proveniência: José Manuel de Araújo Barros, Meritíssimo Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 12 – 21;

Assunto: Ofício 1371-ST, a remeter, para conhecimento, o relatório de verificação interna de contas aprovado pelo Tribunal de Contas, n.º 11/2020 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-402VIC4) – Associação *Nonagon* – Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel

Proveniência: Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 12 – 22;

Assunto: ofício do Gabinete da Ministra da Cultura a remeter o Projeto de Portaria que aprova o regulamento dos Programas de Apoio às Artes [Referente à Audição 2-ogp]

Proveniência: Sara Gil, Chefe do Gabinete da Ministra da Cultura

Data de Entrada: 2020 – 12 – 22;

Assunto: ofício do Gabinete da Ministra da Cultura a remeter o Projeto de Portaria que estabelece os requisitos de credenciação, aprova o formulário para instrução do pedido de credenciação e define a entidade credenciadora dos teatros e cineteatros da RTCT [Referente à Audição 3-ogp]

Proveniência: Sara Gil, Chefe do Gabinete da Ministra da Cultura

Data de Entrada: 2020 – 12 – 22;

Assunto: Ofício Gp44-XII, a informar que pelo facto de passar a fazer parte do XIII Governo Regional dos Açores como Diretor Regional, o Senhor Deputado Nuno António de Bettencourt Gomes, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi substituído pelo candidato seguinte, Rui Miguel Oliveira Martins, com efeitos a partir de 22 de dezembro de 2020

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 12 – 29;

Assunto: Ofício Gp45-XII, a informar que pelo facto de passar a fazer parte do XIII Governo Regional dos Açores como Diretora Regional, a Senhora Deputada Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi substituída pelo candidato seguinte, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, com efeitos a partir de 22 de dezembro de 2020

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 12 – 29;

Assunto: Carta endereçada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativamente ao convite para participar por videoconferência, com uma Delegação da ALRAA, na audição sobre o Programa da Comissão Europeia para 2021, que se realizará a 12 de janeiro de 2021, pelas 14H30, em formato misto, na Assembleia da República

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30;

Assunto: Correio eletrónico ref.^a 127, de 30 de dezembro de 2020, solicitando uma interpelação ao Governo Regional a respeito da questão do abastecimento marítimo de mercadorias à ilha do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a reavaliação da Comissão que deverá emitir parecer tendo em conta a matéria em causa, no âmbito da Petição n.º 48/XI – “Programa Regressar – Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Bárbara Torres Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2020 – 12 – 30;

Assunto: Correio eletrónico n.º Gp48-XII, de 04 de janeiro de 2021, a indicar a afetação dos Deputados Rui Martins e Pedro Pinto às Comissões da ALRAA, a saber: Comissão Permanente – Deputado Rui Martins; Comissão e Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (esta sem direito a voto) e Comissão e Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Política Geral – Deputado Pedro Pinto; Comissão e Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia – Deputado Rui Martins, com efeitos a partir de 24 de dezembro de 2020

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 01 – 04;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do BE solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a admissão, nos termos Estatutários e Regimentais, a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 2/XII – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos

Proveniência: Alexandra Manes e António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2021– 01 – 04;

Assunto: Ofício a informar que se constituíram como Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, os seguintes Senhores Deputados: Bárbara Chaves (PS), José Eduardo (PS), Sabrina Furtado (PSD), José Contente (PS), Rui Espínola (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), António Lima (BE), Paulo Estêvão (PPM) e Pedro Neves (PAN)

Proveniência: Bárbara Torres Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08;

Assunto: Ofício 3-ST, a remeter, para conhecimento, a lista de verificações internas de contas, realizadas pelo Tribunal de Contas em 2020 – 2.º semestre, objeto de homologação simplificada

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 01 – 05;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Valdemira Gouveia, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 05;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Patrícia Miranda, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 05;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Maria Isabel Teixeira, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 06;

Assunto: Ofício a remeter à ALRAA as Demonstrações Financeiras (3.º trimestre de 2020) do Setor Empresarial Regional, dando cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do DLR n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 01 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar a eleição dos novos órgãos sociais para o triénio 2021 - 2024

Proveniência: O Presidente da AOMA – Associação Operadores Marítimos dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 01 – 11;

Assunto: Correio eletrónico n.º Gp53-XII, de 12 de janeiro de 2021, a comunicar que o Deputado Rui Martins, passa a exercer o cargo de Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 22 de dezembro de 2020

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 01 – 12;

Assunto: Ofício S/027/2021/XII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cópia do áudio da intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, proferida no dia 12 de janeiro de 2021, na Comissão Permanente da ALRAA

Proveniência: Andreia Costa, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de suspensão do mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do estatuto dos Deputados, no período compreendido entre 18 de janeiro e 18 de fevereiro de 2021 (ambos inclusive)

Proveniência: Mário Tomé, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

Assunto: Ofício S/029/2021/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado Mário Tomé, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do

Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata Marta Matos que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 18 de janeiro e até 18 de fevereiro de 2021 (ambos inclusive)

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Pedro Pinto, Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que retira o pedido de declaração de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 4/XII – “Apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores” e do Projeto de Resolução n.º 6/XII – “Cria a Comissão Eventual COVID-19”

Proveniência: do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 19;

Assunto: Ofício a requerer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o pedido de declaração de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 9XII – “Medidas de Apoio Extraordinário aos Idosos”

Proveniência: do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 19;

Assunto: Correio eletrónico formulando solicitação de submissão de iniciativa à discussão no próximo plenário

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2021 – 01 – 19;

Assunto: Comunicação de substituição do Sr. Deputado Mário Tomé pela Sra. Deputada Marta Matos, na Comissão Especializada Permanente de Economia, com efeitos a partir de 18 de janeiro de 2021

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

Assunto: Pedido de deliberação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 7/XII – “Recomenda ao Governo Regional a aquisição de duzentos e cinquenta mil Testes Rápidos de Antigénio

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a remeter nota curricular da Dra. Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros, indigitada na reunião do Conselho do Governo, para a presidência do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21;

11 – Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Renovação da declaração do estado de emergência](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2020 – 12 – 17;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Renovação da declaração do estado de emergência](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2021 – 01 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Renovação da declaração do estado de emergência](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2021 – 01 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 598/XIV \(PSD\) – Lei de Bases do Clima – Audição n.º 4/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 605/XIV \(NICR\) – Define as bases da política climática – Audição n.º 5/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1986 e 1991 - PCM” - \(Reg. DL 694/XXII/2020\) – Audição n.º 5/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 13;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Jaime Luís Melo Vieira possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 464/19.9T9RGR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 20/XI – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2019](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20;

Assunto: [Sobre a Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Rui Miguel Oliveira Martins](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre a Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre a Proposta de lei n.º 68/XIV \(GOV\) - Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias – Audição n.º 8/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento \(UE\) 910/2014, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno - PCM - \(Reg. DL 534/XXII/2020\) – Audição n.º 4/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que cria um regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa Estabilização Económica e Social - MAAC - \(Reg. DL 730/XXII/2020\) – Audição n.º 6/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 53/XI - Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e Topo](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o regime de atribuição de apoios financeiros do estado às artes visuais performativas – MC \(Reg. DL 660/XXII/2020 – Audição n.º 2/XII – GR e sobre o Projeto de Portaria que aprova o Regulamento dos Programas de Apoio às Artes](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que cria e regula o apoio à programação dos teatros e cineteatros que integram a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses – MC \(Reg. DL 661/XXII/2020 – Audição n.º 3/XII – GR e sobre o Projeto de Portaria que estabelece os requisitos de credenciação, aprova o formulário para instrução do pedido de credenciação e define a entidade credenciadora dos teatros e cineteatros da RTCT](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 08;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 49/XI – Pela atribuição do cargo de Médico Residente da ilha do Corvo ao Dr. António Salgado de Almeida](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 51/XI – Proposta de alteração ao regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 20;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 65/XIV \(ALRAM\) que procede à alteração do artigo 120.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação conferida pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março – Audição n.º 7/XII – AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 01 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 615/XIV \(PSD\) – Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira – Audição n.º 11/XII – AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 66/XIV \(GOV\) – Altera a matéria de benefícios fiscais e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC – Audição n.º 9/XII – AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 01 – 18;

12 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 142, 143, 144 e 145, da XI Legislatura e os Diários n.^{os} 1 e 2 da XII Legislatura.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 3, 4 e 5.

O redator, André Silva